

Diário do Legislativo de 05/01/2008

MESA DA ASSEMBLÉIA

Presidente: Deputado Alberto Pinto Coelho - PP

1º-Vice-Presidente: Deputado Doutor Viana - DEM

2º-Vice-Presidente: Deputado José Henrique - PMDB

3º-Vice-Presidente: Deputado Roberto Carvalho - PT

1º-Secretário: Deputado Dinis Pinheiro - PSDB

2º-Secretário: Deputado Tiago Ulisses - PV

3º-Secretário: Deputado Alencar da Silveira Jr. - PDT

SUMÁRIO

1 - ATAS

1.1 - 90ª Reunião Extraordinária da 1ª Sessão Legislativa Ordinária da 16ª Legislatura

1.2 - Reunião de Comissões

2 - RELATÓRIO

3 - MATÉRIA ADMINISTRATIVA

4 - ERRATAS

ATAS

ATA DA 90ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 16ª LEGISLATURA, EM 19/12/2007

Presidência do Deputado Alberto Pinto Coelho

Sumário: Comparecimento - Abertura - 1ª Parte: Ata - 2ª Parte (Ordem do Dia): 1ª Fase: Requerimento do Deputado Luiz Humberto Carneiro; aprovação - 2ª Fase: Palavras do Sr. Presidente - Discussão e Votação de Proposições: Requerimentos dos Deputados João Leite, Sargento Rodrigues e Mauri Torres; aprovação - Discussão, em 1º turno, do Projeto de Lei nº 755/2007; discursos dos Deputados Carlin Moura e Vanderlei Miranda; encerramento da discussão; discursos dos Deputados André Quintão e Durval Ângelo; votação do Substitutivo nº 1; aprovação - Discussão, em turno único, do Projeto de Lei nº 1.737/2007; discurso do Deputado Durval Ângelo; encerramento da discussão; votação do projeto, salvo emendas; aprovação; votação da Emenda nº 2; aprovação; votação da Emenda nº 1; rejeição - Discussão, em turno único, do Projeto de Lei nº 1.738/2007; discurso do Deputado Durval Ângelo; encerramento da discussão; questão de ordem; chamada para recomposição de quórum; questões de ordem; votação do Substitutivo nº 1, salvo emenda; aprovação; prejudicialidade da Emenda nº 1 - Discussão, em 2º turno, do Projeto de Lei nº 408/2007; aprovação na forma do vencido em 1º turno - Suspensão e reabertura da reunião - Acordo de Líderes; Decisão da Presidência - Discussão, em 2º turno, do Projeto de Lei nº 1.598/2007; aprovação - Discussão, em 2º turno, do Projeto de Lei nº 1.599/2007; aprovação - Discussão, em 2º turno, do Projeto de Lei nº 1.600/2007; aprovação na forma do vencido em 1º turno - Discussão, em 2º turno, do Projeto de Lei nº 1.601/2007; aprovação - Discussão, em 2º turno, do Projeto de Lei nº 1.602/2007; aprovação - Discussão, em 2º turno, do Projeto de Lei nº 1.603/2007; aprovação - Discussão, em 1º turno, do Projeto de Lei nº 1.604/2007; aprovação - Discussão, em 1º turno, do Projeto de Lei nº 1.631/2007; aprovação - Discussão, em 1º turno, do Projeto de Lei nº 1.632/2007; aprovação - Discussão, em 1º turno, do Projeto de Lei nº 1.673/2007; aprovação com Emenda nº 1 - Discussão, em 1º turno, do Projeto de Lei nº 1.674/2007; aprovação na forma do Substitutivo nº 1 - Discussão, em 1º turno, do Projeto de Lei nº 1.675/2007; aprovação - Discussão, em 1º turno, do Projeto de Lei nº 1.677/2007; requerimento do Deputado Paulo Guedes; aprovação do requerimento - Discussão, em 1º turno, do Projeto de Lei nº 1.682/2007; aprovação - Discussão, em 1º turno, do Projeto de Lei nº 1.745/2007; aprovação com a Emenda nº 1 - Discussão, em 1º turno, do Projeto de Lei nº 1.806/2007; aprovação - Discussão, em turno único, do Projeto de Lei nº 1.676/2007; discursos dos Deputados Durval Ângelo e Sargento Rodrigues; encerramento da discussão; questão de ordem; discurso do Deputado Durval Ângelo; questões de ordem; chamada para a recomposição do número regimental; inexistência de quórum para a continuação dos trabalhos - Encerramento.

Comparecimento

- Comparecem os Deputados e as Deputadas:

Alberto Pinto Coelho - Doutor Viana - José Henrique - Dinis Pinheiro - Alencar da Silveira Jr. - Adalclever Lopes - Ademir Lucas - Agostinho Patrús Filho - Almir Paraca - Ana Maria Resende - André Quintão - Antônio Carlos Arantes - Antônio Genaro - Bráulio Braz - Carlin Moura - Carlos Mosconi - Carlos Pimenta - Cecília Ferramenta - Célio Moreira - Chico Uejo - Dalmo Ribeiro Silva - Délio Malheiros - Delvito Alves - Dimas Fabiano - Djalma Diniz - Domingos Sávio - Doutor Rinaldo - Durval Ângelo - Elisa Costa - Elmiro Nascimento - Eros Biondini - Fábio Avelar - Fahim Sawan - Getúlio Neiva - Gil Pereira - Gilberto Abramo - Gláucia Brandão - Gustavo Valadares - Hely Tarquínio - Inácio Franco - Jayro Lessa - João Leite - Lafayette de Andrada - Leonardo Moreira - Luiz Humberto Carneiro - Luiz Tadeu Leite - Maria Lúcia Mendonça - Mauri Torres - Neider Moreira - Padre João - Paulo Cesar - Paulo Guedes - Pinduca Ferreira - Rêmoló Aloise - Rômulo Veneroso - Ronaldo Magalhães - Sargento Rodrigues - Sávio Souza Cruz - Sebastião Costa - Sebastião Helvécio - Vanderlei Jangrossi - Vanderlei Miranda - Walter Tosta - Wander Borges - Weliton Prado - Zé Maia - Zezé Perrella.

Abertura

O Sr. Presidente (Deputado Alberto Pinto Coelho) - Às 20h13min, a lista de comparecimento registra a existência de número regimental. Declaro aberta a reunião. Sob a proteção de Deus e em nome do povo mineiro, iniciamos os nossos trabalhos. Com a palavra, o Sr. 2º-Secretário, para proceder à leitura da ata da reunião anterior.

1ª Parte

Ata

- O Deputado Durval Ângelo, 2º-Secretário "ad hoc", procede à leitura da ata da reunião anterior, que é aprovada sem restrições.

2ª Parte (Ordem do Dia)

1ª Fase

O Sr. Presidente - Nos termos do edital de convocação, a Presidência passa à 2ª Parte da reunião, em sua 1ª Fase, com a discussão e a votação de pareceres e a votação de requerimentos.

Requerimento do Deputado Luiz Humberto Carneiro, solicitando tramitação em regime de urgência para o Projeto de Lei nº 755/2007. Em votação, o requerimento. As Deputadas e os Deputados que o aprovam permaneçam como se encontram. (- Pausa.) Aprovado. Cumpra-se.

2ª Fase

O Sr. Presidente - Esgotada a matéria destinada à 1ª Fase, a Presidência passa à 2ª Fase da Ordem do Dia, com a discussão e a votação da matéria constante na pauta.

Palavras do Sr. Presidente

A Presidência informa ao Plenário que fez retirar da pauta desta reunião o Projeto de Lei Complementar nº 34/2007 e os Projetos de Lei nºs 18, 30, 56, 389, 524, 598, 641, 700, 1.404, 1.414, 1.583, 1.584, 1.585, 1.760, 1.770, 1.854, 1.876 e 1.879/2007, apreciados na extraordinária realizada ontem, à noite, bem como os Projetos de Resolução nºs 1.413, 1.724 e 1.887/2007 e os Projetos de Lei nºs 817, 1.805 e 1.817/2007, apreciados na extraordinária realizada hoje, pela manhã.

Discussão e Votação de Proposições

O Sr. Presidente - Vem à Mesa requerimento do Deputado João Leite, solicitando a inversão da pauta desta reunião, de modo que o Projeto de Lei nº 1.093/2007 seja apreciado em último lugar. Em votação, o requerimento. As Deputadas e os Deputados que o aprovam permaneçam como se encontram. (- Pausa.) Aprovado. Vem à Mesa requerimento do Deputado Sargento Rodrigues, solicitando a inversão da pauta desta reunião, de modo que o Projeto de Lei nº 1.676/2007 seja apreciado em penúltimo lugar. Em votação, o requerimento. As Deputadas e os Deputados que o aprovam permaneçam como se encontram. (- Pausa.) Aprovado. Vem à Mesa requerimento do Deputado Mauri Torres, solicitando a inversão da pauta desta reunião, de modo que o Projeto de Lei nº 755/2007 seja apreciado em 1º lugar. Em votação, o requerimento. As Deputadas e os Deputados que o aprovam permaneçam como se encontram. (- Pausa.) Aprovado.

Discussão, em 1º turno, do Projeto de Lei nº 755/2007, do Deputado Vanderlei Miranda, que altera o "caput" do art. 3º da Lei nº 14.870, de 16/12/2003, que dispõe sobre a qualificação de pessoa de direito privado como Organização da Sociedade Civil de Interesse Público - Oscip. A Comissão de Constituição e Justiça conclui pela constitucionalidade do projeto. A Comissão de Administração Pública opina pela aprovação do projeto na forma do Substitutivo nº 1, que apresenta. Em discussão, o projeto. Com a palavra, para discutir, o Deputado Carlin Moura.

O Deputado Carlin Moura* - Sr. Presidente, Srs. Deputados e Sras. Deputadas, em razão da semana muito atribulada e corrida, os ânimos estão um tanto ou quanto acirrados, mas o espírito natalino nos ajudará e, sem dúvida nenhuma, encerraremos esta semana com muito êxito. Todavia, eu não poderia deixar de vir a esta tribuna para discutir um projeto de extrema importância. Trata-se do Projeto de Lei nº 755/2007, que dispõe sobre a qualificação de pessoas de direito privado com o Organização da Sociedade Civil de Interesse Público - Oscip. Essa discussão é fundamental, pois, na Comissão de Participação Popular, tivemos a oportunidade de travar um importante debate com os órgãos da sociedade civil a respeito do conteúdo do projeto, que apresenta algumas preocupações fundamentais, pois visa a alterar a atual legislação que regulamenta as Oscips no Estado, apesar de ter também alguns pontos positivos.

O primeiro ponto positivo é o seguinte: o projeto prevê um controle mais rigoroso das Oscips por parte dos seus órgãos fiscalizadores. Não podemos deixar de considerar isso como um aspecto positivo, mas, por outro lado, o projeto apresenta algumas questões bastante preocupantes, pois altera alguns critérios para o funcionamento das Oscips.

O primeiro critério alterado pelo projeto é o tempo de existência exigido da entidade para que ela seja considerada uma Oscip. Esse tempo de funcionamento, de acordo com a proposta em tramitação, foi reduzido. Passou-se a exigir um tempo menor do que o previsto na atual legislação. O substitutivo final do projeto, aprovado pela Comissão, considera algumas questões que merecem ser refletidas por esta Casa. O projeto de lei tem como objetivo alterar essa legislação. Conforme consta no relatório, no que tange ao objetivo social da Oscip, a proposição substitui a atividade educação gratuita pelo ensino fundamental ou médio gratuitos, para introduzir o ensino profissionalizante ou superior. Essa é uma das alterações que nos preocupa. De acordo com o projeto, as Oscips estarão autorizadas a assumir o ensino técnico e profissionalizante no Estado. Isso é muito grave, pois corre-se o risco de o ensino profissionalizante e técnico ficarem a cargo das Oscips.

O segundo critério é o seguinte: o tempo de existência da entidade é reduzido para 12 meses. Talvez o terceiro critério seja o mais grave de acordo com o nosso entendimento. Em vez de se exigir o tempo de existência da entidade, está-se exigindo como critério a permanência de seus dirigentes. Em lugar de se ter uma entidade com a existência pré-estabelecida, pode-se substituir isso pela figura do seu dirigente. Oficializou-se a figura do oscipeiro. Se uma pessoa está na direção de uma Oscip há dois, três, quatro anos, e entra no Conselho Diretor de uma nova Oscip, seu tempo de permanência na Oscip anterior será considerado para efeito da nova Oscip.

São considerações bastante complicadas que criam uma figura muito solta na estrutura jurídica da entidade. Assim, essas alterações são bastante preocupantes e não servem aos interesses de Minas Gerais. Da forma como as Oscips estão previstas, não vão cumprir seu papel. Há uma denúncia permanente nas nossas intervenções e na sociedade civil de que as Oscips estão sendo utilizadas como um instrumento de terceirização no Estado. Portanto, Sr. Presidente, o tempo de permanência e a substituição da entidade pela pessoa para efeito de comprovação do tempo são critérios que merecem a nossa séria reflexão. Isso nos faz concluir que a legislação não deve ser alterada dessa forma. A legislação que já existe contemplaria essa possibilidade. Então, em razão da discussão ocorrida na Comissão de Participação Popular

desta Casa, com a presença de representantes do Sindicato dos Servidores Públicos, do Sind-Saúde e da Secretaria de Desenvolvimento Social, entendemos que, da forma como o projeto está redigido, não merece o apoio dos parlamentares desta Casa. Então, pedimos a rejeição do projeto, ficando a proposta da forma como é na legislação atual. São essas as nossas considerações, Sr. Presidente.

O Sr. Presidente - Com a palavra, para discutir, o Deputado Vanderlei Miranda.

O Deputado Vanderlei Miranda - Sr. Presidente, existem aqui algumas questões que não vou tratar porque acredito que fogem da discussão. Embora entendendo o ponto de vista do Deputado Carlin Moura e seu posicionamento em relação ao projeto, convém dizer que a Comissão de Constituição e Justiça concluiu pela constitucionalidade do projeto. Acredito que temos na Comissão de Constituição e Justiça companheiros íntegros que conhecem de fato a matéria para, ao analisar, concluir pela constitucionalidade. Esse é um aspecto importante. O segundo aspecto é que a Comissão de Administração Pública também opinou pela aprovação do projeto na forma do Substitutivo nº 1 que apresenta.

Quero aqui pedir aos colegas, Deputados e Deputadas, o apoio à aprovação desse projeto. Sabemos que o terceiro setor, hoje, é uma realidade e que dá uma grande contribuição à sociedade. Dizer que o governo terceiriza suas responsabilidades por meio das Oscips não é uma verdade, porque, muito antes das Oscips, já tínhamos as ONGs, que cumprem um papel brilhante, embora ultimamente os noticiários, de certa forma, joguem lama nas ONGs sérias porque, nesse momento, há uma tendência de nivelamento por baixo. Mas as ONGs estão aí há muitos anos prestando um relevante serviço à sociedade e, é claro, também aos governos.

Sabemos que as Oscips surgiram com a proposta de serem, no terceiro setor, essa ferramenta que tem condições de ajudar muito. A questão do prazo para seu reconhecimento se dá única e exclusivamente pelo fato de que não vemos nenhuma diferença entre uma empresa e uma Oscip que recebe das entidades que têm o poder de conceder a autorização e fiscalizar a condição para seu funcionamento. Vamos imaginar uma empresa que recebe seu CNPJ e tem que esperar um ano para comercializar seus produtos. Isso não tem sentido, pois ela já passou por um crivo de avaliações, fiscalizações e comprovações de idoneidade que lhe permitem, tão logo receba seu CNPJ e sua inscrição estadual, começar a operar, a vender seus produtos.

Acredito que uma Oscip, uma ONG ou qualquer instituição sem fins lucrativos, com propostas sociais, devem receber, tão logo estejam registradas, a condição de começar a operar, a contribuir e a fazer suas parcerias. Elas até podem funcionar, mas, no que se refere às parcerias e aos recursos dos governos, seja municipal, seja estadual, seja federal, ficam amarradas, um ano aguardando.

Já temos uma outra situação delicada: embora uma não dependa da outra, no Município, uma entidade espera dois anos para receber seu reconhecimento de utilidade pública e, no Estado, um ano. Já existem esses desencontros, e acredito que é hora de modernizar, de desburocratizar, de aprovarmos, nesta Casa, um projeto de lei que facilitará a vida desses parceiros, que, em sua totalidade, trabalham com a intenção de contribuir, no terceiro setor, de uma forma que, para o Estado, custa muito barato.

A aprovação desse projeto é um avanço no aspecto de facilitar o trabalho desses parceiros do terceiro setor, e peço aos Deputados e Deputadas que votem "sim", pois sua aprovação, com certeza, mostrará sua importância até mesmo para o atendimento das demandas que chegam até nós por meio dessas Oscips. Depois, queremos avançar mais para tornar isso também uma realidade para as associações, fundações e ONGs, de modo geral.

Queremos facilitar ao máximo. Quero crer que uma das funções deste Parlamento é produzir leis que de fato permitam a parceria da iniciativa privada, entre as organizações civis e os governos e as empresas, para podermos realmente dar a nossa contribuição e aproveitar ao máximo essa disponibilidade de mão-de-obra que, com certeza, custa muito barato e produz muito resultado positivo. Muito obrigado.

O Sr. Presidente - Não há outros oradores inscritos. Encerra-se a discussão. Com a palavra, para encaminhar a votação, o Deputado André Quintão.

O Deputado André Quintão* - Sr. Presidente, acompanhamos a tramitação desse projeto e realizamos audiência pública na Comissão de Participação Popular. Foi apresentado um substitutivo mais amplo e, entre vários pontos nele apontados, alguns até aperfeiçoam o sistema de controle das Oscips. Entretanto, particularmente um nos preocupa, porque flexibiliza e facilita muito a proliferação delas.

Trata-se daquele que permite que a experiência de um dirigente da Oscip seja contado como tempo para a qualificação e posterior assinatura do termo de parceria. Traduzindo, pode ser criada uma Oscip hoje e ser incorporado um dirigente para ela que tenha experiência no ramo da Oscip, há três ou quatro anos. A experiência do dirigente compensa a não-existência da entidade com aquela determinada missão, por dois anos.

Quero dizer que sou um defensor das parcerias entre poder público e sociedade civil organizada. Por uma coincidência, hoje, dia 19 de dezembro, faz exatamente 10 anos que foi aprovada a minha primeira lei na Câmara Municipal de Belo Horizonte. Ela foi sancionada pelo Prefeito Célio de Castro, em 19/12/97, antes da legislação de Oscips, ou seja, uma lei municipal que dispõe sobre parceria do poder público municipal com entidades da sociedade civil sem fins lucrativos, conhecida, em Belo Horizonte, como lei das parcerias.

Então, sou um defensor da ação complementar das entidades da sociedade civil, mas daquelas que já têm uma missão consagrada, como uma pastoral da criança, uma associação de catadores de material reciclável, uma pastoral do menor e uma entidade vinculada a várias igrejas. Há muitas igrejas de todas as religiões, em Belo Horizonte, que têm seu braço social com entidades sérias. Portanto, defendo o trabalho dessas entidades com o poder público, e não que este se utilize de um mecanismo legal a fim de facilitar a contratação, sem concurso público, a contratação com salários superiores ao que o servidor público recebe, a transferência de ações, atividades e atribuições do poder público, para uma figura jurídica criada por lei sem a estabilidade e continuidade que possui um órgão público. Penso que esse é o debate. Por isso, Sr. Presidente, sem prolongar mais, pois o Deputado Carlin Moura fez uma discussão de muito conteúdo, votaremos - e falo não só em nome do PT, mas também em nome do PCdoB - e encaminharemos contra o projeto de lei pelos argumentos aludidos.

O Sr. Presidente - Com a palavra, para encaminhar, o Deputado Durval Ângelo.

O Deputado Durval Ângelo* - Sr. Presidente, Srs. Deputados, os argumentos foram expostos de forma bem clara pelos Deputados Carlin Moura e André Quintão. Só gostaria de confirmá-los. Penso que devemos ter claro que a organização de uma Oscip deve ser precedida de uma experiência e um processo de mobilização das comunidades, e não pode ser algo só com o objetivo de estabelecer convênio, contrato ou prestação de serviço com órgão público. Dessa forma, poderíamos abrir uma porta enorme para a privatização de serviços públicos.

Quando a lei federal coloca a questão do prazo mínimo para a existência, ela parte disso; ou seja, que sejam reconhecidas entidades e organizações que já estão trabalhando nesse processo de mobilização. Nós, no PT, Deputado Vanderlei Miranda, até pelo respeito e consideração com V. Exa. e pelo carinho e todo o trabalho conjunto com o próprio PMDB, não obstruiremos essa matéria e, aliás, apresentamos emendas para melhorar o projeto.

Vamos votar o projeto. Não vamos obstruir os trabalhos para dificultar a votação, mas acredito que podemos estar abrindo uma porta a algo muito perigoso. As organizações não surgirão dos processos de consciência da necessidade de mobilização de setores da comunidade, elas poderão surgir em função das parcerias pura e simplesmente.

Por exemplo, sabemos que há tantas organizações sérias no meio de igrejas cristãs de diferentes denominações e sabemos também do grande papel social realizado por obras sociais, mas consideramos que a Oscip tem de ter um período mínimo de intervenção. Para aprovarmos aqui uma entidade como de utilidade pública e ela se habilitar para estabelecer convênio com órgãos públicos, são exigidos, no mínimo, dois anos de funcionamento para se evitar o casuismo dessa criação.

Com isso não queremos manifestar nada contrário à emenda de V. Exa. Vamos votar, mas vamos encaminhar contrariamente, em virtude desse relaxamento do prazo. Deslocar um pouco o eixo e tirar a exigência da experiência da entidade para um dos membros é muito pouco. Então, a relação que seria de caráter público acaba sendo privada, particularizada. Portanto, Sr. Presidente, Deputado Sargento Rodrigues, o nosso encaminhamento - esperando que as conversas tenham avançado - , é para clarear um pouco as questões.

O Sr. Presidente - Em votação, o Substitutivo nº 1. As Deputadas e os Deputados que o aprovam permaneçam como se encontram. (- Pausa.) Aprovado. Está, portanto, aprovado, em 1º turno, o Projeto de Lei nº 755/2007 na forma do Substitutivo nº 1. À Comissão de Administração Pública.

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei nº 1.737/2007, do Governador do Estado, que autoriza a abertura de crédito suplementar de R\$141.971.144,65 do Orçamento Fiscal do Estado em favor do Tribunal de Justiça do Estado de Minas Gerais. A Comissão de Fiscalização Financeira opina pela aprovação do projeto com a Emenda nº 2, que apresenta, e pela rejeição da Emenda nº 1. Em discussão, o projeto. Com a palavra, para discutir, o Deputado Durval Ângelo.

O Deputado Durval Ângelo* - Serei breve. Sabemos das exigências da CLT a respeito da jornada de trabalho, não é, Deputado Doutor Viana? V. Exa. faz muita falta na mesa dos trabalhos. Esta Casa sente-se muito segura quando V. Exa. a conduz com a sua experiência.

O projeto é necessário. Acredito que ninguém será contra o crédito suplementar, mas já falei aqui umas dez vezes, quando da votação desse projeto, apelando aos Deputados para que o projeto não fosse votado. Também apresentei emendas a ele, mas foram rejeitadas.

Quero esclarecer que, na época, levantamos o fato de no dia 23 de novembro o Tribunal haver reativado várias vagas de Oficial de Apoio, importantíssimas para o funcionamento da Justiça. Em Belo Horizonte foram aprovadas 100 vagas no último concurso; em Contagem, minha cidade, foram 39 vagas; e outras tantas cidades.

Já Ribeirão das Neves não teve nem uma vaga reativada. E nós, em comissão - eu, o Deputado João Leite e outros Deputados -, estivemos por duas vezes, no segundo semestre, no fórum de Ribeirão das Neves. A situação da Vara de Execuções Criminais é difícil, pois conta cinco funcionários, e dois estão de licença.

Quero falar da penúria e das dificuldades em que está a Justiça de Ribeirão das Neves. Há mais de 4 mil condenados cumprindo pena em Ribeirão das Neves. Se o projeto da Secretaria vingar, serão 8 mil condenados no final do próximo ano. Os funcionários são: uma Juíza, um Promotor e cinco funcionários. Em razão do local insalubre em que funciona a Vara de Execuções Criminais, os funcionários foram contaminados por tuberculose. Fiz um apelo dizendo que não dá para votar o projeto de suplementação sem que haja um olhar para Ribeirão das Neves.

Agradeço ao Presidente desta Casa o seu empenho pessoal e ao Presidente do Tribunal de Justiça a sua sensibilidade quando assumiram o compromisso de ativar três vagas de Coordenadores em Ribeirão das Neves e, na primeira Corte do próximo ano, reativar vagas para Oficial de Apoio para aquela cidade, para que haja o mínimo de condições.

O relatório da Comissão de Direitos Humanos tem 8 ou 10 páginas. É um relatório sobre a situação caótica da Justiça em Ribeirão das Neves. Acho que, se uma comissão da Assembléia vai a uma cidade, temos de dar um retorno. Pelo menos temos de demonstrar que somos conseqüentes com o relatório que aprovamos na comissão, que vistoriamos. Quero dizer à sociedade de Ribeirão das Neves, aos operosos Juizes, Promotores e aos servidores da Justiça daquela cidade que, de imediato, serão resolvidos os problemas das três vagas de Coordenadores e que será reativada a vaga de Oficial no próximo ano. Ribeirão das Neves terá prioridade na informatização porque fica acumulada com muitas cartas e precatórios de presos que têm processos em outros lugares e estão lá para execução, ou de outros lugares que têm problemas em Ribeirão das Neves. Isso irá, por meio da informatização, resolver os problemas dos precatórios, aliviará a situação. Só queremos elogiar e votar a favor.

Chegamos hoje, no penúltimo dia dos trabalhos, dizendo que valeu a pena a luta, que valeu à pena termos feito esse alerta. A Assembléia Legislativa tem que ser uma caixa de ressonância dos problemas de Minas Gerais. Hoje falei nesse microfone que temos legitimidade pelo voto. Mas não é só pelo voto, é também pelo processo permanente de representação. Ganhamos legitimidade pela interlocução com a sociedade. Estamos satisfeitos por chegarmos a esse entendimento. Somos favoráveis ao projeto, como sempre fomos desde o início, só levantamos uma questão de encaminhamento.

O Sr. Presidente - Não há outros oradores inscritos. Encerra-se a discussão. Em votação, o projeto, salvo emendas. As Deputadas e os Deputados que o aprovam permaneçam como se encontram. (- Pausa.) Aprovado. Em votação, a Emenda nº 2. As Deputadas e os Deputados que a aprovam permaneçam como se encontram. (- Pausa.) Aprovada. Em votação, a Emenda nº 1. As Deputadas e os Deputados que a aprovam permaneçam como se encontram. (- Pausa.) Rejeitada. Está, portanto, aprovado, em turno único, o Projeto de Lei nº 1.737/2007 com a Emenda nº 2. À Comissão de Redação.

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei nº 1.738/2007, do Governador do Estado, que autoriza a abertura de crédito suplementar de R\$46.472.650,00 ao Orçamento Fiscal do Estado, em favor do Ministério Público do Estado de Minas Gerais. A Comissão de Fiscalização Financeira opina pela aprovação do projeto na forma do Substitutivo nº 1, que apresenta, ficando prejudicada a Emenda nº 1. Em discussão, o projeto. Com a palavra, para discuti-lo, o Deputado Durval Ângelo.

O Deputado Durval Ângelo* - Srs. Deputados e Sras. Deputadas, essa hesitação do Presidente mostra como esse projeto teve um parto difícil. Freud explica o ato falho. Mas chegamos a um consenso. Quero deixar bem claro que o Deputado Zé Maia, Presidente da Comissão, recebeu uma comissão de representantes da Associação Mineira do Ministério Público, tendo à frente o Perdigão e o Procurador Baeta, junto também do membro daquela Associação, o Procurador Rômulo Ferraz, que teve oportunidade de registrar isso em Plenário.

Acredito que foi feita uma interlocução republicana de alto nível, o que levou o Presidente da Comissão, inicialmente relator da matéria, a perceber que esse projeto é institucional. É necessário ao Ministério Público.

Eu e o Presidente estivemos ontem em uma festa muito significativa no Ministério Público. Fomos à posse do Conselho Superior, que teve como grande campeão de votos o Procurador Antônio Sérgio Toné, com 560 votos - dos nove o mais votado -, também o Corregedor-Geral, Márcio Heli de Andrade, que esteve também, entre os Procuradores, disputando com o bravo companheiro André Ubaldino e o Márcio Heli, que teve também uma expressiva votação, mostrando sua liderança e o carinho que a categoria tem com ele.

Lá ouvimos intervenções muito sérias desses dois Procuradores. Primeiro, de muito respeito à Assembléia e ao relacionamento institucional, tanto do Antônio Sérgio Toné, como do Márcio Heli Andrade. O Presidente acabou sendo o próprio centro da atividade, pela forma carinhosa com que as intervenções lhe eram dirigidas. Deputado Rêmoló Aloise, pode haver erros violentos do Ministério Público. V. Exa. é testemunha de que este parlamentar nunca se omitiu em relação a isso. Denunciei dois Promotores de Araxá por pedofilia, e eles foram afastados do Ministério Público. Denunciei um Promotor relapso, que ia, uma ou duas vezes por semestre, na sua Comarca em Piratininga, e ele também foi afastado. Denunciei Promotores que receberam punição, mas não chega a duas mãos cheias, em uma categoria que tem mais de 1000 membros. Denunciei ainda um Promotor de São Sebastião do Paraíso que ganhou uma casa de presente - um lote - de um Deputado Federal. Vergonhoso, vergonhoso. Uma coisa da cooperativa de que esse Deputado é dono. Fui ao Conselho Nacional do Ministério Público e fiz a denúncia. Erro de membros não pode ser entendido como erro da instituição. É fundamental para a democracia o Ministério Público. Da mesma forma, não se pode confundir a ação de um Deputado com a de todo o Poder Legislativo. Não concordamos com isso. A Associação está de parabéns pela interlocução que fez. Os Procuradores Baeta, Rômulo Ferraz e o Promotor Perdígão, Presidente da entidade, colaboraram. Encaminharemos favoráveis a esse projeto porque há um relacionamento institucional.

Concedo aparte ao nobre colega, nossa patativa do Mucuri, o companheiro por quem temos respeito em ter aqui como colega.

O Deputado Getúlio Neiva (em aparte) - Obrigado, Deputado Durval Ângelo. O Deputado João Leite realmente é um Deputado que contamina com os seus epítetos. Agradeço muito a menção. Fiquei muito feliz quando soube do entendimento feito entre o Ministério Público e a Assembléia com relação à prestação de contas da sua folha de pagamentos.

Os levantamentos que tínhamos buscado na área técnica mostravam uma incoerência, mostravam que o Ministério Público, nos últimos quatro anos, não obedeceu à Lei de Responsabilidade Fiscal - LRF - no que tange ao percentual de gastos que poderia ter com os servidores. Ademais, no levantamento que fizemos havia uma rubrica oculta, não revelada. Não sabíamos de quanto nem para que servia a rubrica.

Lamento que, naquele instante, a Comissão não tenha feito um relatório para comunicar a todos os Deputados - especialmente a mim, que ao longo de todo o ano debati esse tema - o resultado da visita. Em função da confiança que tenho nos colegas, acredito que aquilo que conversaram e em que houve consenso estava correto, que as explicações foram satisfatórias. Ouvi dizerem isso, porque não fui comunicado pessoalmente sobre o resultado, não me apresentaram, em nenhum instante, relatório que comprovasse efetivamente que o Ministério Público havia cumprido a LRF no que tange ao percentual de aplicação para o pagamento dos servidores.

Lamento não ter sido comunicado, mas confesso, Sr. Presidente, Srs. Deputados, meu querido Deputado Durval Ângelo, que acreditei nesse entendimento da Assembléia com o Ministério Público por confiar nos companheiros, por confiar no Presidente, por acreditar que são sérios e sinceros ao verificarem os números apresentados pelo Ministério Público. Não conheço esses números, conheço somente aqueles números que provam que o Ministério Público não cumpriu a LRF.

Acredito que V. Exa., o ilustre Presidente, a Mesa e os Líderes dos partidos verificaram, conferiram esses números e checaram que efetivamente o Ministério Público teria cumprido a LRF. Existe divergência no tocante às prestações de contas do governo do Estado, porque o entendimento do Tribunal de Contas do Estado é diferente do entendimento do Tribunal de Contas da União. Sabemos a polêmica que isso causou no ano passado. Da mesma forma, temos de acreditar que os números do Ministério Público estão corretos.

Alegra-me, nesta oportunidade em que se discute o projeto que destinará mais dinheiro para quitar as responsabilidades do Ministério Público, dizer que na minha terra existem bons Promotores que estão trabalhando direitinho. Lá houve uma seqüência de Promotores muito ruins. A situação melhorou, os Promotores estão trabalhando direitinho. Alegra-me mais ainda o fato de estarmos percebendo que o chefe do Ministério Público está tomando providências a fim de que haja respeito para com a Assembléia de Minas. Isso é importante. Parece que não, mas a instituição Assembléia Legislativa está tendo tratamento diferenciado por parte do Dr. Jarbas Soares. Os Promotores também começaram a aquietar-se e estão cumprindo suas obrigações naturais. Por isso merecem o nosso cumprimento. Aproveito essa intervenção final, Deputado Durval Ângelo, não para pedir desculpas, mas para relatar que hoje fiz uma intervenção pedindo mais atenção desta Casa para a maioria, que também precisa de suporte. Disse que defender apenas as minorias era contraproducente para o Poder Legislativo. Não quis dizer, não disse e não quero que entendam, em nenhum momento, que eu tenha dito que a Comissão de Direitos Humanos desta Assembléia não funciona bem. Ao contrário. Não compareço às reuniões, mas as vejo pela televisão. Vejo que dramas fortíssimos e importantes são ali levantados. Existem depoimentos pessoais, a população acorre à Comissão, onde tem absoluta liberdade para falar, contar seus casos. No início do meu pronunciamento, falava exatamente sobre a coragem que o Deputado Durval Ângelo tem para enfrentar determinados assuntos ditos tabus. Essa Comissão, ao contrário, Sr. Presidente, merece os maiores encômios da minha parte. A Comissão de Direitos Humanos faz um trabalho magnífico. Queria ressaltar que é preciso também defender as maiorias, e não apenas cuidar das minorias. Precisamos estabelecer um critério para defender a maioria. No próximo ano, vou-me dedicar a isso, a defender a maioria dos cidadãos que trabalham, que não podem sair de casa porque não há segurança nas ruas; a maioria dos cidadãos que têm dificuldade de ir às escolas. A Comissão de Direitos Humanos não atende apenas as minorias, mas também as maiorias. Parece que fui mal entendido. Quero deixar bem claro, se for preciso, um pedido público de desculpas aos Deputados Durval Ângelo e João Leite.

O Deputado Durval Ângelo* - Deputado Getúlio Neiva, isso só confirma o conceito que tenho de V. Exa., da sua grandeza de espírito. Não imaginei outra coisa de V. Exa. Tenho a certeza de que a sua opinião é essa. V. Exa. é um homem marcado pela perseguição de um regime de exceção, conheceu a prisão da perseguição política. Quando falamos em direitos humanos, referimo-nos a um conceito bem amplo que agora comemora 59 anos. A segurança pública é um dos direitos humanos sociais. Muitas vezes o problema é a falta de direitos humanos. Se houvesse mais emprego, saúde, educação de qualidade, escola com tempo integral, segurança pública, talvez teríamos menos problemas na sociedade. Há dois anos, estive em uma jornada convocada por igrejas cristãs, pelo Conselho Mundial das Igrejas e outras entidades, em Madri. Fiz um relatório da realidade no Brasil e apresentei alguns dados. Disse que houve 43 mil mortes por arma de fogo no Brasil, no ano anterior, e um cidadão madrileno de uma congregação religiosa disse que o Chefe de Polícia tinha caído porque, na grande Madri, com 7 milhões de habitantes, houve cerca de nove assassinatos em um semestre. Lá, há maior equilíbrio social, mais direitos humanos. A realidade é outra. O problema é que temos de dar um choque de direitos humanos na sociedade, em toda a sua dimensão, inclusive em relação às minorias e às maiorias; aos direitos sociais, econômicos, culturais, ambientais - nesse sentido haverá grande polêmica com dois projetos que estão na pauta - e internacionais. Como disse a V. Exa., não pensei em outra coisa. Sei que a sua opinião é essa, com certeza absoluta.

O Deputado Sargento Rodrigues (em aparte)* - Quero cumprimentar V. Exa. Em suas últimas palavras, V. Exa. me fez recordar o último debate que tivemos na TV Assembléia. Tive a oportunidade de me expressar exatamente dessa forma. A minha visão de direitos humanos é mais ampla. Cumprimos nossa missão constitucional, como porta-vozes da sociedade e dos que não têm voz, como aqueles que defendem, com justiça, equidade e equilíbrio, os direitos de primeira, segunda e terceira montas, especialmente os direitos sociais, como considerou o constituinte originário. Não há de falar sobre violação de direitos humanos pela polícia, antes que ele seja violado pelo próprio poder público, de uma forma mais ampla.

O Deputado Durval Ângelo* - Muitas vezes, até a família, o manto sagrado da família, como violação de direitos humanos.

O Deputado Sargento Rodrigues (em aparte)* - Fizemos questão de citar o que V. Exa. disse naquele debate. Deputado Durval Ângelo, nesta época em que se aproxima o Natal, todos nós, seres humanos, ficamos mais sensíveis por tudo que essa data representa para nós. À medida que assistimos a uma criança pedindo esmola no sinal de trânsito, descalça, sem rumo, sem destino, estamos ali...

O Deputado Durval Ângelo* - Muitas vezes, brincando de circo.

O Deputado Sargento Rodrigues (em aparte)* - Estamos ali, Deputado Durval Ângelo, assistindo à mais expressiva violação dos direitos humanos que o cidadão pode ter. À medida que vemos uma criança abandonada, muitas vezes dormindo em calçada do Centro da cidade ou na periferia, sem acesso à educação, a emprego... De periferia posso falar muito bem a V. Exa, pois passei praticamente quase todos os anos da minha vida convivendo com a periferia, participando efetivamente da vida de uma comunidade, especialmente no Bairro Cabana, onde tive oportunidade de morar por 20 anos. Ali, sim, assistimos a essa violação dos direitos humanos. Muitas vezes, ela é perpetrada, praticada pela omissão, e aí nos encontramos e nos convergimos. Nesse aspecto convergimos, pois sabemos perfeitamente que deixar uma criança sem educação, sem acesso a uma escola decente... O ser humano tem direitos elementares. Invocamos até mesmo Hegel, que disse que não basta a liberdade; ela tem de ser não apenas o ato sagrado, insculpido no inciso XV do art. 5º da Constituição Federal, na norma jurídica, tratada da seguinte forma: é o direito de ir e vir livre pelo território nacional, de poder entrar e sair com os seus bens. É o direito de ir e vir, mas de barriga cheia, bem alimentada, participando de uma escola, com acesso à educação, à segurança, ao lazer, com a proteção da família, da sociedade e do Estado. Então Hegel disse que não basta a liberdade para que o homem seja livre, ele tem de ter...

O Deputado Durval Ângelo* - Ele tem de ter as condições materiais para tecer a liberdade.

O Deputado Sargento Rodrigues (em aparte)* - Exatamente. É por isso que nesse aspecto convergimos. Muito antes de ele sofrer qualquer violação por qualquer agente público, policial ou não, estamos assistindo a essa violação no nosso imenso Brasil continental. É nesse aspecto que devemos unir os nossos esforços, é nesse aspecto que devemos unir-nos da tribuna desta Casa, nas comissões, nas audiências públicas, quando efetivamente exercemos o nosso mandato em plenitude. Portanto, faço essas considerações para afirmar que convergimos nesses aspectos e para sempre.

O Deputado Durval Ângelo* - Agradeço-lhe, Deputado Sargento Rodrigues. Em um debate, tive a oportunidade de dizer-lhe que temos plena concordância nesses aspectos. Antes da votação do projeto, gostaria de falar ao Deputado Getúlio Neiva. Deputado Getúlio Neiva, voto a favor do projeto por questão institucional, mas não sei se os números do Ministério Público estão ou não corretos. Não quanto a estar ou não ultrapassando o gasto da LRF. Sugiro ao Deputado Zé Maia que a comissão dele, já que não votaram a proposta de emenda do Deputado Gilberto Abramo, faça uma tomada de contas do Ministério Público. Nós é que somos os fiscais disso. Somos nós, o Poder Legislativo, que temos de exercer essa fiscalização. As contas do próprio Tribunal de Contas somos nós que julgamos, ou seja, julgamos a conta daquele que tem conta. Então, Deputado Zé Maia, penso que seria o caso, isso é correto, institucional, pois eu não votaria. O Deputado Getúlio Neiva disse que demos um cheque em branco e que conferimos as contas, que estão todas corretas. Não tenho essa convicção. Tem de ser feita uma tomada de contas para verificarmos isso. Diz-se também que o Tribunal de Contas extrapola os seus gastos e entra na faixa de gastos da Assembléia. Como Poder, temos de verificar essa questão. Sei que a Assembléia Legislativa gasta a metade do que constitucionalmente poderia e que é o Poder que, nos últimos 10 anos, aumentou menos o seu orçamento. Isso a sociedade não diz. Nos últimos 10 anos, de todos os Poderes, incluindo-se os órgãos públicos, como o Tribunal de Contas e o Ministério Público, a Assembléia Legislativa foi o órgão que, percentualmente, aumentou menos o seu orçamento. Temos de estar atentos a essa questão. Voto a favor, mas não dou aquele cheque em branco que o Deputado Getúlio Neiva mencionou. Temos de verificar a questão. O próprio Ministério Público tem de nos ajudar nisso, pois é o fiscal da lei. O Promotor, o patrimônio público e o CAO têm de verificar se o Ministério Público está extrapolando ou não os limites dos seus gastos. E a Assembléia tem de exercer o seu papel de fiscal.

Voto favoravelmente, mas não dou aquele cheque em branco e a concordância em relação às contas, afirmando que estão certas. V. Exa. falou sobre uma rubrica secreta. Temos de abrir essa caixa-preta para saber o que está acontecendo.

O Deputado Getúlio Neiva (em aparte) - Deputado Durval Ângelo, talvez o Deputado Zé Maia, Presidente da Comissão de Fiscalização Financeira, possa dar-nos um alento, uma informação genérica, nem que fosse pequena, sobre a confirmação. Acreditei na notícia do encontro do Ministério Público na Assembléia, quando provou à Comissão que as contas estavam corretas. Acreditei nos companheiros, mas não sei se as contas estão corretas.

O Deputado Durval Ângelo* - Veja bem, a informação é do Ministério Público, e não da Assembléia, mas temos de verificar a questão. Concedo aparte ao Deputado Zé Maia, Presidente da Comissão.

O Deputado Zé Maia (em aparte)* - Prezados Deputado Durval Ângelo e Deputado Getúlio Neiva, é evidente que, no período em que o projeto tramitou na Comissão, tivemos, primeiro, um parecer da assessoria da Assembléia, que procedeu a um estudo aprofundado. Na sequência, o Ministério Público encaminhou a esta Casa, ou seja, ao Presidente Alberto Pinto Coelho, que passou à nossa Comissão, praticamente um compromisso desse órgão, pois a nossa avaliação seria preliminar, uma vez que o ano ainda não estava no final, já que só se pode obter uma conclusão definitiva do cumprimento do índice da Lei de Responsabilidade Fiscal no fechamento do exercício.

Na verdade, a Comissão deu um voto de confiança ao Ministério Público, pois, por meio do documento que enviou à Assembléia Legislativa, assumiu um compromisso e afirmou que não extrapolaria os limites fixados na Lei de Responsabilidade Fiscal.

No momento do parecer, que foi oferecido pelo Deputado Sebastião Helvécio, a Comissão, analisando os documentos e o trabalho da Assembléia e do próprio Ministério Público, e tendo em vista que não se chegou ao fim do exercício fiscal, deu um voto de confiança ao compromisso assumido por esse órgão, por escrito, e encaminhado a esta Casa. Deputado Durval Ângelo, isso é muito importante. Aquele documento encaminhado a esta Casa é um compromisso. O Ministério Público disse que não extrapolaria e assumiu um compromisso. Esta Casa está dando esse voto de confiança, e esperamos que tudo seja cumprido de acordo com o combinado. Um documento, ou seja, um registro foi encaminhado a esta Casa. Em razão da importância do Ministério Público e dos seus membros, achamos por bem dar-lhes um voto de confiança para conferir, ao final do exercício, se tudo o que foi dito é realidade, e enfim chegarmos à conclusão de que o voto de confiança valeu a pena.

O Deputado Getúlio Neiva (em aparte) - Para esclarecer bem esse assunto e para não encerrarmos o ano sem uma explicação, gostaria de dizer que, na verdade, tentei acessar as informações pelo meu computador, mas ele não abre uma rubrica. Fui informado de que o Ministério Público teria encaminhado à direção da Casa uma prestação de contas, provando que, nos últimos quatro anos, cumpriu a Lei de Responsabilidade Fiscal.

Pelo que disponibiliza o sistema da Assembléia, os números não batem, além de haver uma rubrica oculta, que não conseguimos acessar. Essa é a preocupação. Mas estou com V. Exa. Devemos realmente dar um voto de confiança para a instituição Ministério Público.

O Deputado Durval Ângelo* - Acho que em fevereiro, Deputado Zé Maia, devemos solicitar os dados, essa tal rubrica secreta tem que ser analisada, e temos que verificar tudo isso. Então nosso encaminhamento é favorável ao projeto, mas pela apuração. Acredito, Deputado Zé Maia, que a mesma confiança que V. Exa. tem na instituição eu também tenho. Então, se existe esse compromisso, acho que é suficiente para

votarmos. É muito simples: se entendermos que está extrapolando, temos os instrumentos legais para agir como Poder Legislativo. Concedo aparte ao Deputado Rêmoló Aloise.

O Deputado Rêmoló Aloise (em aparte)* - Nobre Deputado Durval Ângelo, há poucos meses esta Casa, em menos de 72 horas, votou um projeto de lei complementar encaminhado pelo Procurador do Estado, que pedia horas-extras para os Promotores que faziam plantão no fim de semana. Após uma discussão interna nesta Casa, houve 21 emendas a esse projeto de lei complementar que não vou relatar porque todos conhecem. A partir daí, abriu-se uma discussão entre esta Casa e o Ministério Público. Foi motivo de uma Adin, e V. Exa. sabe perfeitamente como isso está caminhando.

Com o passar dos meses, no meu entendimento de hoje, parece ter havido algumas conversas para curar aquela cicatriz daquele momento da disputa acirrada, em que 60 Deputados modificaram totalmente o que era fundamental na lei orgânica aprovada por esta Casa, em 1993, dos procedimentos dos Promotores e do Procurador. O que queria esta Casa? Queria que houvesse mais critérios, que as denúncias fossem fundamentadas e que se respeitasse a posição daquelas denúncias que não levavam a nada. Tanto isso é verdade, Deputado Durval Ângelo, que V. Exa. e o Deputado Sargento Rodrigues, por um motivo que entendo, encaminharam uma proposta de emenda à Constituição, solicitando a extinção do Tribunal de Justiça Militar. Vejam bem que o Deputado Sargento Rodrigues deve ter seus motivos, não vou entrar nesse mérito, tanto é que, a pedido dele, pelos motivos que expôs, assinei. V. Exa. disse que aquele Tribunal está onerando e que não pratica nada que deveria praticar.

Voltando ao Ministério Público, houve esse problema imenso. Hoje estamos aqui, após uma discussão do Deputado Zé Maia, que, no primeiro minuto, falou que não votaria de maneira nenhuma. Foi matéria jornalística. Disse que aquilo era um absurdo. Estão extrapolando a Lei de Responsabilidade Fiscal. Bem acima dos gastos deste Poder, em três anos, foram de R\$200.000.000,00 para R\$600.000.000,00. Tudo isso foi discutido.

V. Exa. sabe dos meus problemas com o Ministério Público da minha terra. Não posso trazê-los para a instituição, pois acredito que deva haver esse respeito. Já tenho algumas questões desde 1995. Há 12 anos, temos problemas locais, talvez mais por questões políticas que funcionais. Em 1997, sofri uma ação cível por causa de um aparelho de radioterapia, Deputado Carlos Mosconi. Comprei um aparelho importado, pois íamos montar um grande centro de radioterapia para cuidar dos doentes que vão para Barretos, pois lá existe a quimioterapia e a radioterapia. Entretanto, houve uma denúncia dos meus adversários políticos na Câmara Municipal, segundo a qual, nesse convênio feito pela Feam por ordem do ex-Governador Eduardo Azeredo, poderiam ter sido desviados R\$150.000.000,00. Esse aparelho custou US\$100.000,00, e foi tudo feito por meio de importação, de crédito bancário. Entraram com uma ação cível e outra criminal. Esta última ganhei rapidamente, e a primeira acabei de ganhar há 15 dias. Isso aconteceu há 10 anos, e meus bens estão bloqueados até hoje. Tenho um dinheiro no Banco Itaú - se quiserem, posso mostrar-lhes - que está bloqueado. Fizeram-me um bloqueio total de 10 anos. Um negócio horroroso. Fiquei silencioso e esperei o resultado. Aqui, foram 3 a 0, na decisão final. Recusaram, agravaram e foram derrotados - falo de três Promotores. Isso já é antigo.

Na minha eleição, quatro Promotores de minha terra natal entraram com ação de abuso de poder econômico. Gastei cento e poucos mil reais em minha campanha. Não tive um centavo de doação. Meu hospital foi invadido pela Polícia Federal, atendendo ao SUS, por superfaturamento, quando faltavam seis meses para minha eleição. A denúncia foi dos mesmos Promotores, Deputado Durval Ângelo. Não conheço nem nunca conversei com nenhum deles.

Portanto, se V. Exa. acha que o Tribunal de Justiça Militar deveria ser extinto, teria mil motivos mais para poder entrar em um confronto com o Ministério Público, mas, como a questão é institucional, e não pessoal, gostaria de comunicar aos Deputados que serei a primeira página do "Estado de Minas" de amanhã, dia em que o Ministério Público entra de férias e que haverá uma denúncia abrindo-se...

O Deputado Durval Ângelo* - Por que um Deputado Federal de sua cidade cobrou no jornal dele, não é?

O Deputado Rêmoló Aloise (em aparte)* - Não, não vou entrar na questão do Deputado Federal. Não quero entrar em questões de Deputados.

O Deputado Durval Ângelo* - Mas é bom dizer as coisas com clareza.

O Deputado Rêmoló Aloise (em aparte)* - Não, se há divergências políticas entre este Deputado e o Federal, teve de haver. Essa é uma questão que podemos discutir. Ele já foi condenado, aqui, pelo TRE por abuso de poder econômico. O processo dele está subindo. Não entrarei nessa discussão, pois ela não cabe aqui. Quero deixar claro, Deputado Durval Ângelo, que as coisas nesta Casa mudaram. Sinto que isso aconteceu neste mês. Vieram aqui, acertaram algumas coisas. Houve uma proposta de que o que estava na Adin seria regulamentado internamente, e V. Exa. sabe disso.

O Deputado Durval Ângelo* - Sei.

O Deputado Rêmoló Aloise (em aparte)* - Então, partindo de tudo isso que disse...

O Deputado Durval Ângelo* - Praticamente, como quase todas as questões discutidas aqui...

O Deputado Rêmoló Aloise (em aparte)* - Partindo de tudo o que eu disse e por estar envolvido até a alma com o Ministério Público de minha terra, não poderia de maneira alguma, considerando que amanhã serei novamente notícia no jornal, preocupar ninguém. Isso demorará 20 anos, são 600 no papel que sofrerá perícia, mas criará o fato, que às vezes é maior que o ato praticado.

O Deputado Durval Ângelo* - A versão é maior que o fato.

O Deputado Rêmoló Aloise (em aparte)* - Então vejo, Sr. Presidente, que deveríamos votar a matéria do Ministério Público cumprindo o Regimento da Casa. Isso, Deputado Alberto Pinto Coelho, é o mínimo que se poderia fazer nesta noite. Não haverá, por parte deste Deputado, nenhuma obstrução, mas V. Exa. deveria ter, dentro deste Plenário, 39 Deputados, considerando-se a relevância da matéria e as questões anteriores suscitadas por mais de 50 Deputados naquela ocasião. Entramos em uma questão para modificar a Lei Orgânica do Ministério Público e vencemos, em menos de 72 horas: 1º turno, 2º turno e redação final.

Há projetos que estão aqui há cinco anos. Então, houve uma vontade da Casa. Há em andamento uma proposta de emenda à Constituição, solicitando que o Ministério Público mande as prestações de contas fora do Executivo. Se a proposta de emenda à Constituição fosse votada, em 2º turno, essa suplementação não teria discussão. O Deputado Zé Maia, Presidente da Comissão de Fiscalização Financeira, teria na sua mão informação sobre onde esse dinheiro seria gasto. Não iríamos discutir isso. Acho que essa questão teve uma gravidade, neste Plenário; saiu daqui pela primeira vez. Houve um confronto direto com o Ministério Público.

Então, para encerrar e não ser cansativo, há coisas na vida nas quais somos mal interpretados. Eu aprendi com o meu colega que ninguém é

obrigado a ouvir o que você está falando e que também não sou obrigado a deixar de falar aquilo que penso dever falar como parlamentar. Vai aqui um desabafo, vou enfrentar essa nova ação civil, a partir de amanhã, Carlin Moura, mas isso faz parte da vida parlamentar. Substituirei o Deiró, que ficou por três dias naquela sanfona, Domingos, que você conhece, pois já foi Prefeito. Aliás, V. Exa. conhece bem a minha terra natal, pois esteve lá recentemente, em visita, e foi muito bem atendido.

O Deputado Durval Ângelo* - Deputado Rêmoló Aloise, V. Exa. tem o nosso apoio e solidariedade, porque eu, mais que ninguém, sou sabedor da injustiça e agonia que V. Exa. sofreu por parte do Ministério Público, naquela cidade. V. Exa. esqueceu-se de falar que um dos Promotores - e isso apareceu depois em conversas autorizadas pela justiça - deu fuga a empresário fraudador do milho. V. Exa. esqueceu-se de falar que um outro Promotor fazia churrasco na casa do Deputado Federal, fato constatado e denunciado por este Deputado. V. Exa. esqueceu-se de falar que um outro Promotor teve o benefício de um imóvel, fato muito mal explicado, e não fez prestação de contas da construção da sua casa. Este poder não se omitiu e fez a denúncia, e não foi por V. Exa., mas pelo compromisso com a verdade. V. Exa. separou bem: o que é institucional e o que é local. Disse: a Comissão de Direitos Humanos deve ter denunciado, nesses 13 anos que estamos lá, talvez não uma mão cheia de Promotores. A categoria tem mais de mil Promotores e Procuradores. Então, há um saldo positivo.

Recebi aqui uma sugestão de um Deputado e a torno pública ao Deputado Zé Maia. Caso o Ministério Público não esteja cumprindo os seus gastos de acordo com a Lei de Responsabilidade Fiscal, a Assembléia proporá um Termo de Ajustamento de Conduta - TAC -, que o Procurador-Geral assinará aqui, nesta Casa. E, se não cumprir o TAC, cabem as penalidades da lei, pois é este o Poder que deve fiscalizar. Há a máxima de Montesquieu, que pensou a organização do Estado de forma tripartite, como temos hoje: só o poder controla o poder. Então, penso que devemos nos revestir de poder e ter uma postura enquanto poder. Não podemos abaixar a cabeça, e prova disso é que somos nós que estamos aprovando a suplementação orçamentária. Não poderiam ser feitos os empenhos se nós não o aprovássemos hoje, e o prazo é até amanhã. Então, isso é demonstração do poder que temos, e vamos exercê-lo com plenitude, se identificarmos qualquer erro.

Gostei da sugestão do Deputado Ademir Lucas. Podemos até fazê-la por escrito à Mesa desta Casa, como um TAC, com as penalidades da lei.

O Sr. Presidente - Não há outros oradores inscritos. Encerra-se a discussão.

Questões de Ordem

O Deputado Rêmoló Aloise - Sr. Presidente, pediria a V. Exa. que, após a votação dessa matéria, procedesse à verificação de quórum.

O Sr. Presidente - A Presidência solicita ao Sr. Secretário que proceda à chamada para a recomposição do número regimental.

O Deputado Rêmoló Aloise - Se V. Exa. examinar visualmente verá que neste Plenário há número suficiente de Deputados. Retiro o pedido de verificação após a votação. Mas farei isso, desde que V. Exa. faça visualmente a recomposição. É muito fácil, pois temos prática nessa matéria. Não há necessidade de desgastar os meus colegas desta Casa. Repito, se houver quórum, retiro o pedido de verificação após a votação da matéria da pauta.

O Sr. Presidente - A Presidência verifica, de plano, a existência de quórum para votação.

O Deputado Rêmoló Aloise - Sr. Presidente, mais uma vez gostaria de externar o corporativismo desta Casa. Tudo o que sucedeu nestes seis meses está sucedendo agora. Aprendi isso em 18 anos. Depois daquela luta ferrenha que travamos aqui, vemos nesta noite aqueles que foram contrários ao Ministério Público debater, fazer exatamente o contrário do que se precisava, assinando um cheque em branco, Deputado Durval Ângelo. Isso faz parte da democracia, faz parte desta Casa. Sr. Presidente, isso é um desabafo. Já passei de um certo limite parlamentar. Eu e V. Exa. temos uma diferença de idade de apenas três meses, talvez haja um ou dois Deputados mais velhos do que nós. Entendo perfeitamente a preocupação do Deputado Domingos Sávio com a recomposição, pois ele é jovem ainda e terá um grande futuro político. Isso faz parte da democracia. Espero que entendam o meu desabafo. Amanhã, quando lerem o "Estado de Minas", podem ficar tranquilos, pois, juntamente com os meus dois filhos, estou com a consciência tranqüila: lá não houve desvio de dinheiro do SUS; houve, sim, atendimento de mais de milhares de pessoas, pois faz mais de 30 anos. Entendo perfeitamente o que está passando o Líder do Governo, Deputado Mauri Torres. Os senhores sabem o que está acontecendo com ele, e ele sabe muito bem o que está passando; faz parte da vida política. Todos nós temos de entender que para ser político temos de ter cores diferentes. Cada um tem a sua cor, e eu tenho de respeitar isso. Não se pode, de forma alguma, diminuir as cores vermelha, amarela, preta, branca ou qualquer que seja, nos momentos difíceis. Obrigado, Sr. Presidente, por ter suportado, por mais de 15 minutos, as minhas palavras.

O Sr. Presidente - Em votação, o Substitutivo nº 1, salvo emendas. As Deputadas e os Deputados que o aprovam permaneçam como se encontram. (- Pausa.) Aprovado. Com a aprovação do Substitutivo nº 1, fica prejudicada a Emenda nº 1. Está, portanto, aprovado, em turno único, o Projeto de Lei nº 1.738/2007 na forma do Substitutivo nº 1. À Comissão de Redação.

Discussão, em 2º turno, do Projeto de Lei nº 408/2007, do Governador do Estado, que autoriza o Poder Executivo a permutar o imóvel que especifica, no Município de Arinos. A Comissão de Fiscalização Financeira opina pela aprovação do projeto na forma do vencido em 1º turno. Em discussão, o projeto. Não há oradores inscritos. Encerra-se a discussão. Em votação, o projeto. As Deputadas e os Deputados que o aprovam permaneçam como se encontram. (- Pausa.) Aprovado. Está, portanto, aprovado, em 2º turno, o Projeto de Lei nº 408/2007 na forma do vencido em 1º turno. À Comissão de Redação.

Suspensão da Reunião

O Sr. Presidente - A Presidência vai suspender a reunião por 30 minutos para entendimentos entre as Lideranças sobre a apreciação das matérias constantes na pauta. Estão suspensos os nossos trabalhos.

Reabertura da Reunião

O Sr. Presidente - Estão reabertos os nossos trabalhos.

Acordo de Líderes

A totalidade dos Líderes com assento nesta Casa acordam seja o Projeto de Lei nº 1.116/2007 retirado da pauta desta reunião.

Sala das Reuniões, 19 de dezembro de 2007.

A Presidência acolhe o Acordo e determina seu cumprimento.

Mesa da Assembléia, 19 de dezembro de 2007.

Alberto Pinto Coelho, Presidente.

O Sr. Presidente - Discussão, em 2º turno, do Projeto de Lei nº 1.598/2007, do Governador do Estado, que autoriza o Poder Executivo a doar ao Município de Abaeté o imóvel que especifica. A Comissão de Fiscalização Financeira opina pela aprovação do projeto. Em discussão, o projeto. Não há oradores inscritos. Encerra-se a discussão. Em votação, o projeto. As Deputadas e os Deputados que o aprovam permaneçam como se encontram. (- Pausa.) Aprovado. À Comissão de Redação.

Discussão, em 2º turno, do Projeto de Lei nº 1.599/2007, do Governador do Estado, que autoriza o Poder Executivo a doar ao Município de Brasília de Minas o imóvel que especifica. A Comissão de Fiscalização Financeira opina pela aprovação do projeto. Em discussão, o projeto. Não há oradores inscritos. Encerra-se a discussão. Em votação, o projeto. As Deputadas e os Deputados que o aprovam permaneçam como se encontram. (- Pausa.) Aprovado. À Comissão de Redação.

Discussão, em 2º turno, do Projeto de Lei nº 1.600/2007, do Governador do Estado, que autoriza o Poder Executivo a doar ao Município de Campo Belo o imóvel que especifica. A Comissão de Fiscalização Financeira opina pela aprovação do projeto na forma do vencido em 1º turno. Em discussão, o projeto. Não há oradores inscritos. Encerra-se a discussão. Em votação, o projeto. As Deputadas e os Deputados que o aprovam permaneçam como se encontram. (- Pausa.) Aprovado. Está, portanto, aprovado, em 2º turno, o Projeto de Lei nº 1.600/2007 na forma do vencido em 1º turno. À Comissão de Redação.

Discussão, em 2º turno, do Projeto de Lei nº 1.601/2007, do Governador do Estado, que autoriza o Poder Executivo a doar ao Município de Juiz de Fora o imóvel que especifica. A Comissão de Fiscalização Financeira opina pela aprovação do projeto. Em discussão, o projeto. Não há oradores inscritos. Encerra-se a discussão. Em votação, o projeto. As Deputadas e os Deputados que o aprovam permaneçam como se encontram. (- Pausa.) Aprovado. À Comissão de Redação.

Discussão, em 2º turno, do Projeto de Lei nº 1.602/2007, do Governador do Estado, que autoriza o Poder Executivo a doar ao Município de Juiz de Fora o imóvel que especifica. A Comissão de Fiscalização Financeira opina pela aprovação do projeto. Em discussão, o projeto. Não há oradores inscritos. Encerra-se a discussão. Em votação, o projeto. As Deputadas e os Deputados que o aprovam permaneçam como se encontram. (- Pausa.) Aprovado. À Comissão de Redação.

Discussão, em 2º turno, do Projeto de Lei nº 1.603/2007, do Governador do Estado, que autoriza o Poder Executivo a doar ao Município de Pitangui os imóveis que especifica. A Comissão de Fiscalização Financeira opina pela aprovação do projeto. Em discussão, o projeto. Não há oradores inscritos. Encerra-se a discussão. Em votação, o projeto. As Deputadas e os Deputados que o aprovam permaneçam como se encontram. (- Pausa.) Aprovado. À Comissão de Redação.

Discussão, em 1º turno, do Projeto de Lei nº 1.604/2007, do Governador do Estado, que autoriza o Poder Executivo a doar ao Município de Santo Antônio do Monte o imóvel que especifica. A Comissão de Justiça conclui pela constitucionalidade do projeto. A Comissão de Fiscalização Financeira opina pela aprovação do projeto. Em discussão, o projeto. Não há oradores inscritos. Encerra-se a discussão. Em votação, o projeto. As Deputadas e os Deputados que o aprovam permaneçam como se encontram. (- Pausa.) Aprovado. À Comissão de Fiscalização Financeira.

Discussão, em 1º turno, do Projeto de Lei nº 1.631/2007, do Governador do Estado, que autoriza o Poder Executivo a doar ao Município de Barbacena o imóvel que especifica. A Comissão de Justiça conclui pela constitucionalidade do projeto. A Comissão de Fiscalização Financeira opina pela aprovação do projeto. Em discussão, o projeto. Não há oradores inscritos. Encerra-se a discussão. Em votação, o projeto. As Deputadas e os Deputados que o aprovam permaneçam como se encontram. (- Pausa.) Aprovado. À Comissão de Fiscalização Financeira.

Discussão, em 1º turno, do Projeto de Lei nº 1.632/2007, do Governador do Estado, que autoriza o DER-MG a doar ao Município de Campo Belo o imóvel que especifica. A Comissão de Justiça conclui pela constitucionalidade do projeto. A Comissão de Fiscalização Financeira opina pela aprovação do projeto. Em discussão, o projeto. Não há oradores inscritos. Encerra-se a discussão. Em votação, o projeto. As Deputadas e os Deputados que o aprovam permaneçam como se encontram. (- Pausa.) Aprovado. À Comissão de Fiscalização Financeira.

Discussão, em 1º turno, do Projeto de Lei nº 1.673/2007, do Governador do Estado, que autoriza o Poder Executivo a doar ao Município de Taiobeiras o imóvel que especifica. A Comissão de Justiça conclui pela constitucionalidade do projeto com a Emenda nº 1, que apresenta. A Comissão de Fiscalização Financeira opina pela aprovação do projeto com a Emenda nº 1, da Comissão de Justiça. Em discussão, o projeto. Não há oradores inscritos. Encerra-se a discussão. Em votação, o projeto, salvo emenda. As Deputadas e os Deputados que o aprovam permaneçam como se encontram. (- Pausa.) Aprovado. Em votação, a Emenda nº 1. As Deputadas e os Deputados que a aprovam permaneçam como se encontram. (- Pausa.) Aprovada. Está, portanto, aprovado, em 1º turno, o Projeto de Lei nº 1.673/2007 com a Emenda nº 1. À Comissão de Fiscalização Financeira.

Discussão, em 1º turno, do Projeto de Lei nº 1.674/2007, do Governador do Estado, que autoriza o Poder Executivo a doar ao Município de Carangola o imóvel que especifica. A Comissão de Justiça conclui pela constitucionalidade do projeto na forma do Substitutivo nº 1, que apresenta. A Comissão de Fiscalização Financeira opina pela aprovação do projeto na forma do Substitutivo nº 1, da Comissão de Justiça. Em discussão, o projeto. Não há oradores inscritos. Encerra-se a discussão. Em votação, o Substitutivo nº 1. As Deputadas e os Deputados que o aprovam permaneçam como se encontram. (- Pausa.) Aprovado. Está, portanto, aprovado, em 1º turno, o Projeto de Lei nº 1.674/2007 na forma do Substitutivo nº 1. À Comissão de Fiscalização Financeira.

Discussão, em 1º turno, do Projeto de Lei nº 1.675/2007, do Governador do Estado, que autoriza o Poder Executivo a doar ao Município de Brasília de Minas os imóveis que especifica. A Comissão de Justiça conclui pela constitucionalidade do projeto. A Comissão de Fiscalização Financeira opina pela aprovação do projeto. Em discussão, o projeto. Não há oradores inscritos. Encerra-se a discussão. Em votação, o projeto. As Deputadas e os Deputados que o aprovam permaneçam como se encontram. (- Pausa.) Aprovado. À Comissão de Fiscalização Financeira.

Discussão, em 1º turno, do Projeto de Lei nº 1.677/2007, do Governador do Estado, que disciplina o Acordo de Resultados e o Prêmio por Produtividade no âmbito do Poder Executivo, e dá outras providências. Vem à Mesa requerimento do Deputado Paulo Guedes, solicitando o adiamento da discussão do Projeto de Lei nº 1.677/2007 por 5 dias. Em votação, o requerimento. As Deputadas e os Deputados que o aprovam permaneçam como se encontram. (- Pausa.) Aprovado. Cumpra-se.

Discussão, em 1º turno, do Projeto de Lei nº 1.682/2007, do Governador do Estado, que autoriza o Poder Executivo a doar ao Município de Varginha o imóvel que especifica. A Comissão de Justiça conclui pela constitucionalidade do projeto. A Comissão de Fiscalização Financeira opina pela aprovação do projeto. Em discussão, o projeto. Não há oradores inscritos. Encerra-se a discussão. Em votação, o projeto. As Deputadas e os Deputados que o aprovam permaneçam como se encontram. (- Pausa.) Aprovado. À Comissão de Fiscalização Financeira.

Discussão, em 1º turno, do Projeto de Lei nº 1.745/2007, do Governador do Estado, que autoriza o Poder Executivo a doar ao Município de Claro dos Poções o imóvel que especifica. A Comissão de Justiça conclui pela constitucionalidade do projeto com a Emenda nº 1, que apresenta. A Comissão de Fiscalização Financeira opina pela aprovação do projeto com a Emenda nº 1, da Comissão de Justiça. Em discussão, o projeto. Não há oradores inscritos. Encerra-se a discussão. Em votação, o projeto, salvo emenda. As Deputadas e os Deputados que o aprovam permaneçam como se encontram. (- Pausa.) Aprovado. Em votação, a Emenda nº 1. As Deputadas e os Deputados que a aprovam permaneçam como se encontram. (- Pausa.) Aprovada. Está, portanto, aprovado, em 1º turno, o Projeto de Lei nº 1.745/2007 com a Emenda nº 1. À Comissão de Fiscalização Financeira.

Discussão, em 1º turno, do Projeto de Lei nº 1.806/2007, do Governador do Estado, que autoriza o Departamento de Estradas de Rodagem do Estado de Minas Gerais - DER-MG - a doar ao Estado de Minas Gerais o imóvel que especifica. A Comissão de Justiça conclui pela constitucionalidade do projeto. A Comissão de Fiscalização Financeira opina pela aprovação do projeto. Em discussão, o projeto. Não há oradores inscritos. Encerra-se a discussão. Em votação, o projeto. As Deputadas e os Deputados que o aprovam permaneçam como se encontram. (- Pausa.) Aprovado. À Comissão de Fiscalização Financeira.

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei nº 1.676/2007, do Governador do Estado, que autoriza o Tribunal de Justiça Militar do Estado de Minas Gerais a abrir créditos suplementares ao seu orçamento para o exercício de 2007. A Comissão de Fiscalização Financeira opina pela aprovação do projeto com a Emenda nº 1, que apresenta. Em discussão, o projeto. Com a palavra, para discutir, o Deputado Durval Ângelo.

O Deputado Durval Ângelo* - Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sras. Deputadas. Quero registrar o nosso voto contrário a esse projeto que autoriza o Tribunal de Justiça Militar do Estado de Minas Gerais a abrir créditos suplementares ao seu orçamento para o exercício de 2007. Voto contrário - e talvez o meu voto seja o único contrário nesta Casa - e digo por quê. Quem quiser manifestar-se que o faça depois. Nos últimos 15 dias, tenho mostrado aqui o desserviço desse Tribunal à causa da democracia, um Tribunal que julga muito poucos processos.

Deputado Jayro Lessa, quando, há 12 anos, entrei pedindo a extinção desse Tribunal, cada Juiz julgava dois processos por mês. Com as mudanças implementadas pela Emenda à Constituição nº 45, cada Juiz julga cinco processos por semana. Já no Tribunal de Justiça, há casos de cada Juiz julgar até 200 processos por semana.

E trata-se de um Tribunal caro. Li hoje à tarde a lista de parentes de Oficiais, de Coronéis, que lá estão empregados. Aliás, li até sobre as gratificações que recebem policiais militares ao trabalharem naquele Tribunal, mais auxílio-creche e auxílio-alimentação. E mais: há uma resolução que estabelece a lotação de 15 praças e três Oficiais naquele Tribunal - esse número é exagerado -, mas transformaram lá num quartel e, desrespeitando a resolução, há mais de 40 lotações. Anunciei que tomaremos providências e encaminharemos denúncia ao Conselho Nacional de Justiça e ao Patrimônio Público.

Concursos são feitos, mas vagas não têm provimento para não desempregar a parentada de vários que lá estão. Tenho o nome de todos. Alguns citei hoje à tarde aqui.

Agora, peço a atenção de todos para dizer como se arvora esse Tribunal. Não satisfeito em querer ser órgão revisor do Tribunal de Justiça, o Tribunal de Justiça Militar recebeu uma denúncia contra o Deputado Sargento Rodrigues. E pasmem, senhores, a denúncia foi aceita como se o Tribunal de Justiça Militar tivesse competência para julgar Deputado. Um absurdo! Essa é questão pacífica nos tribunais superiores: só o Tribunal de Justiça tem competência para tal.

No final da tarde, pouco antes de encerramos nossa reunião da tarde, o Superior Tribunal de Justiça, numa ação movida por um Procurador desta Casa, o advogado Marcelo Leonardo, suspendeu liminarmente o processo do Tribunal de Justiça Militar contra o Sargento Rodrigues, entendendo que é óbvio que o Tribunal não tem competência para julgar. Nisso é que dá colocar Coronéis que não entendem de lei. Alguns nem terminaram o curso de Direito; outros nem tinham começado a cursá-lo. Então, tem de mandar esse povo para a escola estudar Direito, direitos humanos, pois estão absolvendo Oficial que assassina, seqüestra e trafica. Isso é um absurdo!

Eles tinham marcado a oitiva do Deputado Sargento Rodrigues para o próximo dia. Que petulância! Quem sabe o Cel. Deputado Lafayette de Andrada, ou o Cel. Deputado Jayro Lessa, ou o Brigadeiro-do-Ar Deputado João Leite serão julgados por esse Tribunal, que se arvora no direito de incluir na corporação quem foi expulso pela Justiça comum, sentença mantida no Tribunal de Justiça. Julga-se como órgão revisor e agora acha que pode julgar Deputado. Ainda bem que o Ministro do Superior Tribunal de Justiça, no final da tarde, corrigiu esse erro. Por isso somos contra. Trata-se de uma excrescência.

Sr. Presidente, amanhã não será votado o orçamento desta Casa? Deputado Alberto Pinto Coelho, colocaremos dificuldades amanhã, se a Proposta de Emenda à Constituição nº 37 não estiver na pauta, porque ela tem de ser votada amanhã. Isso é imperativo.

Quero dizer, sem brincadeira, que hoje, à tarde, denunciei a reforma e os gastos equivocados. Não repetirei isso, porque as notas taquigráficas estão à disposição. Acho que temos de votar contra esse poder que o Tribunal teria para abrir créditos suplementares ao seu orçamento, assim como os outros tribunais e o próprio Ministério Público. Penso que não devemos conceder isso. Mesmo que seja um voto isolado, votarei contra. Acho que, em regime democrático e em tempo de democracia, lugar de Coronel é no quartel. Tribunal é lugar de Juiz formado e concursado, é lugar de Desembargador formado e concursado. Coronel tem de ir para o quartel. É isso que eles têm de fazer, cuidar da segurança pública, cuidar do seu mister e não se arvorarem em ser Juizes.

Deputado Sargento Rodrigues, talvez eles imaginassem que podiam cassar o seu mandato. Um Oficial condenado até por tráfico de drogas, com 1,5kg de cocaína, ou porque deu um tiro na nuca de alguém é absolvido, mesmo com condenações grandes. Talvez eles achassem que, ao condenarem V. Exa. à pena acessória, diferentemente dos Oficiais que lá estão, isso seria a perda do mandato.

Mesmo que seja um voto isolado, votarei contra. Registrarei para a posteridade que não sou conivente com um órgão que estou cansado de chamar de "tribunal de injustiça militar". Não adianta telefonarem para mim fazendo ameaças. Não tenho medo de ameaças nem de cara feia. Estão dizendo que lá há Coronel matador, que há um Disque Morte, que há pessoas que foram presas porque mataram. Não tenho medo disso. Continuo contra o Tribunal de Justiça Militar enquanto for vivo, enquanto aqui estiver.

O Sr. Presidente - Com a palavra, para discutir, o Deputado Sargento Rodrigues.

O Deputado Sargento Rodrigues* - Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sras. Deputadas, disse ao nosso ilustre Líder do Governo, Deputado Mauri Torres, que queria ser breve, como de fato o serei, já que há um apelo por parte dos demais colegas Deputados.

Mas não poderia, Sr. Presidente, deixar de fazer um encaminhamento do Projeto de Lei nº 1.676/2007, que prevê um acréscimo orçamentário da ordem de 5% para o Tribunal, dito pelo Deputado Durval Ângelo, de "injustiça militar". Gostaria, Sr. Presidente, de dizer que, há cerca de dois meses, temos vivido com uma certa apreensão, e não porque tenhamos cometido algum delito que nos envergonhe perante a sociedade ou perante os meus pares nesta Casa. Mas uma apreensão, Deputado Durval Ângelo, como muito bem disse V. Exa., porque, infelizmente, no

Tribunal de Justiça Militar, rasgaram a Constituição da República e rasgaram a Constituição Estadual, numa vontade deliberada daqueles que, num passado muito recente, tiveram de aceitar a ascensão de um Sargento eleito Deputado Estadual. Talvez ainda não tenham compreendido o que é a democracia. Talvez ainda tenham uma esperança de fazer calar a minha voz, pois assim, certamente, ficaria de exemplo para que nenhum outro praça da Polícia Militar ou do Corpo de Bombeiros Militar pudesse ousar manifestar seu direito de cidadão nem buscasse nesta Casa o direito de se queixar e reclamar.

Por muito tempo, vivemos dentro dos quartéis sem voz, sem ninguém que pudesse olhar por nós. Neste momento, Sr. Presidente, Srs. Deputados e Sras. Deputadas venho aqui fazer um desabafo. V. Exa. nos tem acompanhado desde o primeiro momento, quando o Tribunal de Justiça Militar do nosso Estado acatou, volto a insistir, rasgando a Constituição da República denúncia por crime de motim praticado por este Deputado em pleno exercício de mandato no ano de 2004.

Fomos acionados pelas entidades de classe da Polícia Militar e do Corpo de Bombeiros Militar quando o Governador anunciou o reajuste de 6%, no dia 3/6/2004. Estávamos todos no Centro de Operações da Polícia Militar, quando lá chegamos junto com o ex-Deputado Federal Cabo Júlio.

Adentramos naquele recinto e o próprio Cel. Sócrates Edgar dos Anjos, naquela época Comandante-Geral da Polícia Militar, solicitou que operássemos a rede de rádio para que a tropa da Polícia Militar retornasse ao trabalho, porque naquele momento não aceitaram o reajuste de 6% anunciado pelo Governador Aécio Neves, fruto do desdobramento e de muita negociação. O nosso Presidente Alberto Pinto Coelho e, à época, o nosso Presidente Mauri Torres partilharam conosco de um acordo democrático assinado pelo Líder de Governo, pelo Presidente da Assembléia, pelo Secretário Danilo de Castro, pelos Coronéis, hoje Juiz do Tribunal de Justiça Militar, Cel. Marcelino, ex-Comandante-Geral do Corpo de Bombeiros e o Cel. Sócrates, ex-Comandante-Geral da Polícia Militar. Assinaram conosco o Secretário de Defesa Social Lúcio Urbano, o Dr. Agílio Monteiro, ex-Subsecretário de Administração Penitenciária, bem como o ex-Deputado Federal Cabo Júlio e as nossas entidades de classe, um acordo para que pudéssemos por fim àquela mobilização de classe.

Nós, mais uma vez, Sr. Presidente, exercendo aquilo que nos foi conferido nas urnas de forma democrática, fazendo a interlocução, sendo o porta-voz de nossa categoria, estávamos lá, sim, dentro do prédio do quartel do Comando-Geral da Polícia Militar, no dia 3/6/2004.

Pasmem, Srs. Deputados e Sras. Deputadas, mesmo a nossa Constituição Estadual determinando de forma imperativa que não houvesse nenhuma interpretação diferente daquela dada, mesmo V. Exas. gozando do mesmo instituto dos congressistas, previsto na Constituição da República, segundo o qual o Deputado Federal e o Senador da República somente o Supremo Tribunal Federal poderá julgá-los, aqui em Minas Gerais apenas o Tribunal de Justiça é o foro competente para julgar V. Exas. assim como eu.

Mas não foi assim que o Tribunal de Justiça Militar entendeu. Parece-me, Deputado Durval Ângelo, que eles ainda entendem que estariam julgando o 2º-Sargento da Reserva, Washington Fernandes Rodrigues. Ao fazerem isso, rasgaram a nossa Constituição. Entenderam que poderiam colocar no banco dos réus o Deputado em exercício de mandato. Quando fomos solicitados, Sr. Presidente, eu estava exatamente dentro do meu gabinete nessa data e nesse horário, quando os Presidentes das entidades de classe nos ligaram dizendo o que o Governador havia acabado de anunciar.

Sr. Presidente e Srs. Deputados, estive fazendo uma reflexão. Ao sair do nosso gabinete aqui na Rua Rodrigues Caldas, no 5º andar, e descer pela Rua Professor Antônio Aleixo, em continuação da Rua Rodrigues Caldas, Deputado Durval Ângelo, andamos apenas cinco quarteirões e, ao adentrar o prédio do quartel do Comando-Geral, ali eles eliminaram o nosso mandato.

Eles nos calaram, violaram a Constituição da República e a Constituição Estadual dizendo que lá não havia entrado o Deputado, mas o Sargento. Pasmem, senhoras e senhores, fiquei sem dormir algumas noites pensando e matutando como tiveram a coragem de denunciar-me por crime de motim.

Ao analisar a situação, Sr. Presidente - como fiz no gabinete de V. Exa. por várias vezes -, folheando o Código Penal Militar, constatei que o art. 149, pelo qual me denunciaram, Deputados Sebastião Costa e Dalmo Ribeiro Silva, que operam constantemente na área do direito, diz o que caracteriza crime de motim: "reunirem-se militares em desobediência a ordem superior".

Pergunto a V. Exas.: este Deputado, que saiu de seu gabinete naquele dia, naquele momento, ao adentrar o prédio do quartel do Comando-Geral, estava subordinado a qual superior? Qual era o superior deste Deputado naquele momento, sendo que nós, naquele momento, cumpríamos a nossa missão constitucional, Sr. Presidente, de fiscalizar os atos do Executivo, de adentrar em qualquer quartel, delegacia ou em qualquer estabelecimento policial?

Estávamos cumprindo a nossa missão constitucional, ou seja, éramos interlocutores de uma categoria, mas, ao chegarmos ao quartel, violaram completamente o instituto da imunidade parlamentar, da inviolabilidade à fala, à opinião, ao voto. Rasgaram a Constituição da República. Por quê? Porque será que o Cel. Sócrates Edgard dos Anjos não teve a coragem de dizer aos demais Juizes daquele Tribunal que ele próprio havia autorizado este Deputado e o ex-Deputado Federal Cabo Júlio a operar a rede de rádio? Porque ele não teve a hombridade de dizer que havia pedido a este Deputado e ao ex-Deputado Federal Cabo Júlio que operassem a rede de rádio a fim de que a tropa retornasse ao trabalho?

Esse acordo, Sras. Deputadas e Srs. Deputados, foi assinado pelo Deputado Mauri Torres, nosso Presidente à época, pelo nosso Líder do Governo, pelo Secretário de Governo Danilo de Castro, pelo próprio Cel. Sócrates, pelo próprio Cel. Marcelino, que hoje são Juizes daquele Tribunal. Hoje estamos fazendo a discussão desse projeto, estamos avaliando se concedemos ou não essa dotação orçamentária suplementar. O Cel. Sócrates, ao ouvir-me desta tribuna, entende que o encaminhamento desse projeto está sendo feito pelo Sargento ou pelo Deputado? Estive preocupado com esse processo durante várias noites. Estava preocupado não em sofrer uma sanção penal, porque, em 1997, ao sair fardado às ruas, ocupar o carro de som e lutar pelos meus companheiros em público, sabia que poderia sofrer uma prisão de até 20 anos por liderar um motim ou uma greve.

O entendimento do Ministério Público não foi esse. Entendeu que naquele momento não havia greve. Em 2002, o Procurador Jackson Campomizzi informou a este Deputado e aos demais Deputados que participaram da reunião que não havia greve, não havia motim, não havia revolta, mas o que houve foi uma reivindicação salarial. Isso foi relativo a 1997. Fomos informados por escrito, e o Presidente tem conhecimento de todos esses documentos.

No caso de 2004, quando estávamos investidos no mandato de Deputado Estadual, entenderam que este Deputado havia cometido crime de motim. Graças a Deus e graças à Justiça, hoje o Superior Tribunal de Justiça, em resposta ao "habeas corpus" impetrado pelo Dr. Marcelo Leonardo, brilhante e competente advogado, se manifestou, às 20h34min, dizendo que a ação penal está suspensa até o julgamento do mérito.

Portanto, disse ao Tribunal de Justiça Militar: "Não é competência dos senhores julgar Deputado Estadual". Da mesma forma, em 2001, manifestou-se o STF, quando suscitado conflito de competência pelo Tribunal de Justiça, na época dos inquéritos de 1997. Deputado Luiz Humberto, o STF disse: "É competência do STF julgar o Deputado Federal Cabo Júlio. É competência do Tribunal de Justiça do Estado de Minas Gerais julgar os policiais investidos em mandatos; os demais, a auditoria da Justiça Militar".

Mas pasmem, senhores e senhoras, ignoraram um acórdão do STF; ignoraram o relatório do Ministro Ilmar Galvão, dizendo com todas as letras de quem era a competência.

Pergunto a V. Exas.: será revanchismo? Será que podemos aceitar que um dos pares desta Casa seja julgado pelo Tribunal, que não tem essa competência? Esse é o apelo e o desabafo que faço esta noite. Disse ao nosso Presidente, ao nosso Líder do Governo, que têm nos acompanhado nessa labuta, que não podemos permitir que coisas como essas ocorram em Minas Gerais, onde estamos acostumados a respirar liberdade.

Sr. Presidente, não aceito e não vou aceitar que cometam tamanha aberração jurídica de rasgar a Constituição, de passar inclusive por manifestações expressas do STF. Foi isso o que fizeram a todo momento.

Estamos discutindo. Será que devemos conceder suplementação orçamentária, Deputado Sebastião Costa? Será que merecem suplementação orçamentária ou será que devemos fazer o mesmo apelo do Deputado Durval Ângelo, que solicitou ao Presidente colocar na pauta o Projeto de Emenda à Constituição nº 37, de sua autoria e assinado por 52 Deputados desta Casa, para a sua extinção?

Deputado Sebastião Costa, conhecemos a evolução orçamentária do Tribunal de Justiça Militar. Em 2004, R\$15.000.000,00; em 2005, R\$19.000.000,00; em 2006, R\$21.000.000,00; em 2007, R\$26.000.000,00.

Deputados Carlos Pimenta, Luiz Tadeu Leite, Gil Pereira, Arlen Santiago, Ruy Muniz, Paulo Guedes; Deputadas Elbe Brandão e Ana Maria Resende; todos os companheiros viram o Governador acabar de assinar um ato que destina R\$21.000.000,00 para combater a fome, a miséria e a seca no Norte de Minas, que já matou 120 mil cabeças de gado.

Deputado Sebastião Costa, onde essa verba da ordem de R\$26.000.000,00 seria mais bem empregada? No Brasil, apenas três Estados ainda mantêm os Tribunais de Justiça Militar. Para que serve o Tribunal de Justiça Militar? Qual o seu fim social? Desafio qualquer companheiro a me relatar que esse Tribunal tem um fim social relevante para a nossa sociedade.

Deputado Luiz Humberto, poderíamos destinar esses R\$26.000.000,00 ao Tribunal de Justiça, para a instalação de novas comarcas, a criação de mais varas, o pagamento de mais Juízes, para haver mais justiça, conforme se pretende com a interiorização, a cada ano.

Faço, portanto, um desabafo, um desabafo de quem passou dois meses esperando uma posição da Justiça Superior. E ela chegou, Sr. Presidente. Graças a Deus, fecharei este ano com chave de ouro. Em relação ao Projeto de Lei nº 700, creio que terei melhor acolhida dos meus pares, porque sou respeitado pela minha conduta e retidão, pelo meu comportamento e trabalho. Amanhã estarei aprovando a terceira lei ordinária. Também sou autor de uma emenda à Constituição que concedeu aposentadoria aos policiais civis. Fecharei este ano com quatro leis de minha autoria, obviamente compartilhadas com os meus colegas Deputados. Tenho muito orgulho de ser Deputado e de defender o Poder Legislativo, mas não poderia deixar de fazer esse desabafo. Faço porque precisamos realmente colocar fim em um Tribunal, que não é necessário em 24 Estados. Em 24 Estados da Federação não há Tribunal de Justiça Militar.

O Deputado Durval Ângelo fez o levantamento e citou a Emenda nº 45, que trouxe a reforma do Judiciário. Deputado Sebastião Costa, olhe o perigo que os nossos Praças estão correndo com o advento da Emenda nº 45, até mesmo este Deputado não havia percebido em face do Tribunal de Justiça Militar. Hoje temos dois Coronéis, um do Corpo de Bombeiros e o outro da PM, ex-Comandantes-Gerais dessas instituições, que assinaram ato de demissão de centenas de policiais e bombeiros. A Justiça de 1ª instância, Juizes togados compactuam com o fim do Tribunal, querem o fim do Tribunal, só não têm coragem de dizer para não sofrerem retaliações. Só não dirão. Mas se forem chamados e conversarem com cada Deputado em "off", falarão que também são favoráveis à extinção do Tribunal de Justiça Militar.

Pasmem, senhores. Quase por unanimidade, Deputado Sebastião Costa, as decisões das ações cíveis que os Juízes de 1ª instância têm concedido nos julgamentos, os Coronéis têm reformado. É óbvio que vão reformar, pois há dois ex-Comandantes-Gerais, um do Corpo de Bombeiros e o outro da PM, que não permitirão que a ação de reintegração, de uma anulação ou punição, que eles mesmos deram, passem em 2ª instância sem eles reformarem.

Citei isso, Deputado Sebastião Costa, apenas para reflexão, para entendermos o quanto ela está sendo injusta neste momento. Aqui estão os números apresentados. Tenho certeza, Deputado Humberto, que com 26 milhões, em Uberlândia, V. Exa. ajudaria muito na segurança pública e no crescimento da sua região e de todo o Triângulo. Havia citado, Deputado Gil, os 21 milhões que o Governador destinou para o Norte de Minas.

Portanto, ao encerrar as minhas palavras, faço um apelo para que V. Exas. reflitam nesse recesso. Estaremos aqui, Sr. Presidente, cobrando de V. Exa. que coloque em pauta a proposta da Emenda à Constituição nº 37, do Deputado Durval Ângelo, porque é vontade do Tribunal de Justiça deste Estado, que não quis falar abertamente em uma entrevista na Rádio Itatiaia, mas que deixou nas entrelinhas que é vontade dele também acabar. O patrimônio e o orçamento vão para o Tribunal, e, com certeza, fará muito mais justiça. Digo a V. Exas. que acompanharei o Deputado Durval Ângelo, não votarei favoravelmente a um pedido de dotação orçamentária, pois não concordo com ele. Por tudo que foi dito, peço que V. Exas. façam uma reflexão. Hoje foi este Deputado que querem colocar a todo custo no banco dos réus para ser julgado pelos Coronéis. É isso que querem fazer com o Deputado, não julgar o Deputado, querem julgar o Sargento que deu voz a uma classe e que a trata com respeito, que respeita os seus pares e que trabalha de forma limpa e transparente, contando com a ajuda dos pares desta Casa. Façam essa reflexão. Não tem como votar favoravelmente, Sr. Presidente, em um projeto com o qual não concordo. Concedo aparte ao Vice-Líder do meu Partido.

O Deputado Carlos Pimenta (em aparte) - Quero, neste final de noite - praticamente o último projeto está em votação, não entrarei no mérito -, hipotecar a nossa total e irrestrita solidariedade a V. Exa. nesse fato, pois não foi apenas um Deputado que se expôs dessa forma, mas todo o Poder Legislativo. Como companheiro de Partido, como amigo de V. Exa. estamos totalmente com V. Exa. em qualquer circunstância. Acompanhei o sofrimento.

Em alguns momentos de convivência nesta Casa, pude sentir a agonia e compartilhar de toda essa ansiedade de V. Exa. Pode contar conosco, estamos solidários a V. Exa. em qualquer circunstância, pois tem um papel bonito na história deste Parlamento nos últimos anos e representa, com muita eficiência e galhardia, a sua classe. Esta Casa não lhe tem negado apoio nos projetos, pois estes trazem benefícios a essa classe tão sofrida que é a dos policiais militares.

Institucionalmente, em relação a esse projeto, não acompanharemos V. Exa. porque estamos no final do ano. Se o Tribunal de Justiça Militar deve existir ou não, teremos de travar outra discussão. Pode contar com o nosso total apoio. Quando for discutida a extinção ou não do Tribunal de Justiça Militar, analisaremos a questão com muito critério. Ouvi a declaração do Presidente do Tribunal de Justiça, que disse que esse Tribunal não tem razão para existir em Minas Gerais. Isso reforça as nossas convicções, que transmitiremos no momento adequado.

Receba a nossa total e irrestrita solidariedade pelo que fizeram com V. Exa. e pelo sofrimento por que passou. Pode contar com este

parlamentar e com a grande maioria desta Casa.

O Deputado Sargento Rodrigues* - Agradeço as palavras do ilustre companheiro Deputado Carlos Pimenta. Certamente o nosso Presidente tem conduzido o Poder Legislativo com maestria. Tenho certeza de que, no momento adequado, colocará em votação a Proposta de Emenda à Constituição nº 37. Tenho conversado com os Deputados desta Casa e percebi que o sentimento é de votar favoravelmente pela extinção do Tribunal.

Portanto, aguardarei o momento de sabedoria do nosso Presidente, que tem defendido o nosso Poder de forma brilhante, com sensatez, coerência e, acima de tudo, altivez. Agradeço o apoio que recebi do nosso Presidente desde o primeiro momento. Aguardaremos o momento exato, com paciência, de colocar a Proposta de Emenda à Constituição nº 37 em votação. Muito obrigado a todos.

O Sr. Presidente - Não há outros oradores inscritos. Encerra-se a discussão.

Questão de Ordem

O Deputado Rêmoló Aloise - Após ouvir atentamente o Deputado Durval Ângelo e, posteriormente, o Deputado Sargento Rodrigues e o companheiro de bancada do Deputado Sargento Rodrigues, Deputado Carlos Pimenta, que fez um apelo, percebi que houve um pedido dos Deputados. Parece-me que a instituição foi levada a estar ao lado dos nobres Deputados. O Deputado Durval Ângelo promove os Juizes do Tribunal de Justiça Militar, que, uma vez extinto, automaticamente, Deputado Getúlio Neiva, ganharão um grande presente. Isso não acontecerá neste Natal, porque o tempo não permite. Talvez os novos Desembargadores venham no ano que vem. Então, haverá a oportunidade para um colega nosso também, para o Deputado Dalmo Ribeiro Silva, brilhante Deputado desta Casa que esteve pleiteando uma vaga no Tribunal. Mas estou com dúvida. Deputado Getúlio Neiva, não estou conseguindo entender algo, após ouvir tudo isso, na companhia de pouco mais de 20 Deputados. O Deputado Padre João, regimentalista, não gosta de votar sem quórum e não gosta de votar "na caneca", porque é corrupção. Quando eu presidia as reuniões, V. Exa. dizia: "Corrupção na caixeta não pode". E ninguém pediu recomposição de quórum, e nenhum Deputado disse nada. Já são 22h55min. Não sei se há duas medidas. O Deputado Sargento Rodrigues esteve brilhante na tribuna e viu a Casa praticamente vazia. Quando eu era médico, tinha um lugar do corpo, Sargento, que não pegava anestesia. Sabe onde é? No bolso. Por maior dose de xilocaína pura, sem adrenalina que potencializa anestesia, no bolso não adianta. Estamos mexendo no bolso. Ninguém pediu nada. Olha que coisa fantástica! Primeiro extingui a Proposta de Emenda à Constituição nº 37, do Deputado Durval Ângelo, que assinei. Se vai extinguir, para que precisa de dotação orçamentária? Vai para o Tribunal de Justiça? É correlata? Não consegui entender. Então indago do Deputado Durval Ângelo, brilhante tribuno, se vai pedir, pelo voto contrário, a recomposição do quórum, ou vai votar sem quórum. Seria apenas uma questão. Podemos também transferir essa dotação para o Tribunal de Justiça pelo prêmio que você está dando àqueles que quiseram castigar. No meu entendimento, foi um castigo. O brilhante Leonardo, funcionário desta Casa, conseguiu sustar ou suspender, por meio de um mandado de segurança, a condenação do Sargento. Entendo que o Presidente é um regimentalista nato. O Deputado Padre João, nem se fala. V. Exa. vai dar-me uma ótima oportunidade, depois de 18 anos nesta Casa, para que não se peça mais verificação de nada. Muito obrigado, Sr. Presidente.

O Deputado Durval Ângelo - Sr. Presidente, art. 164.

O Sr. Presidente - Com a palavra, pelo art. 164 do Regimento Interno, o Deputado Durval Ângelo.

O Deputado Durval Ângelo - Deputado Rêmoló Aloise, na realidade o que estamos autorizando ao Tribunal de Justiça Militar, e posicionei-me contra, não é a suplementação orçamentária mas o poder de remanejamento de 5%, que já foi dado ao Tribunal de Contas, ao Ministério Público, ao Tribunal de Justiça, e que a Assembléia tem. Tanto é que, nos outros dois que votamos, você tem os valores, e nesse não tem. A outra questão é que a proposta de emenda à Constituição, para quem lê atentamente, usa uma expressão de que o Juiz togado do Tribunal de Justiça Militar será Desembargador. Tem uma diferença fundamental, que eu me permitiria aprofundar aqui. Mas, antes de mais nada, antes de entrar na questão fundamental que V. Exa. levanta, gostaria que V. Exa. registrasse sua presença, porque gosto de vê-lo brilhar no painel. Ver o nome de V. Exa. apagadinho deixa-me chateado.

O Deputado Rêmoló Aloise - Já nasci iluminado, Durval, não preciso de luz de painel.

O Deputado Durval Ângelo - Como canta Caetano Veloso, gente é para brilhar, então queira registrar sua luzinha aí.

O Deputado Rêmoló Aloise - Se depender de luz, estou liquidado, principalmente neste Natal em que as luzes na Assembléia estão muito reduzidas.

O Deputado Durval Ângelo - Mas eu gostaria de responder à questão de V. Exa. sobre se vou pedir ou não a verificação de quórum. Acredito que o Presidente desta Casa seja um zeloso guardador do Regimento Interno e que só proclamará um resultado com as prerrogativas regimentais garantidas. Então, dou esse voto de confiança ao Presidente. Ele saberá discernir se o Regimento Interno estará sendo cumprido ou não. Deixo a critério da Presidência, que será sábia na decisão.

Questões de Ordem

O Deputado Padre João - Sr. Presidente, quero destacar a falta de um veto, que entraria na faixa constitucional, a um projeto de lei de nossa autoria e que tratava de organismos geneticamente modificados. Esta Casa votou. Foi trabalhado o projeto de lei com substitutivo. Tivemos notas técnicas do governo. Então, não entendemos a razão do veto, em primeiro lugar. Depois, não conseguimos entender o porquê de não ter sido apreciado na Comissão Especial. Quando fiz o levantamento de vários vetos, constatei que entraria ou anteriormente ao dia ou no dia, nunca além. Esse é o histórico que temos. Estou dizendo isso, Sr. Presidente, porque, da mesma forma que foi utilizado o Regimento para impedir a apreciação do veto, utilizarei todos os mecanismos que o Regimento me permite para buscar o entendimento em relação a esse veto - não quero pegar nenhum colega de surpresa amanhã. Mas, para não cansar os nobres colegas e percebendo que não temos quórum para a votação, pediria que V. Exa. encerrasse, de plano, a reunião. Como o projeto tem sua apreciação em turno único, não terá prejuízo se ficar para amanhã, Deputado Rêmoló Aloise. E agradeço pela referência, sobretudo em relação àquela caixa de madeira, cujo nome me absterei de dizer. Amanhã, teremos quórum para apreciar essa matéria.

O Deputado Rêmoló Aloise - Deputado, V. Exa. vai encerrar a discussão do projeto, uma vez que o Deputado Padre João pediu o encerramento de plano?

O Sr. Presidente - O encerramento da discussão já ocorreu.

O Deputado Rêmoló Aloise - V. Exa. não havia anunciado.

O Sr. Presidente - Havia anunciado antes de conceder a palavra ao Deputado para questão de ordem. A Presidência tinha encerrado a discussão do projeto em pauta.

O Deputado Rêmoló Aloise - Peço, então, a V. Exa. para retificar minhas palavras.

O Sr. Presidente - Pretendemos responder à questão levantada pelo Deputado Padre João, antes do início da reunião extraordinária prevista para a manhã de amanhã. Naturalmente, para isso, a assessoria dará todas as informações, e nossa certeza é a de que o seu zelo e o conhecimento regimental assegurem que a data em que o projeto de iniciativa de V. Exa. entrará na faixa constitucional efetivamente não seja o dia de amanhã. Essa é a nossa expectativa e a nossa certeza, com base na interpretação correta e retilínea do Regimento desta Casa. Amanhã teremos a oportunidade de prestar esses esclarecimentos, embasados no Regimento deste Parlamento.

Tendo em vista a importância das matérias constantes na pauta, a Presidência, em atenção à questão de ordem anteriormente suscitada pelo Deputado Padre João, determina seja feita a chamada para a recomposição do número regimental. Solicito ao Sr. Secretário que proceda à chamada dos Deputados para a recomposição de quórum.

O Sr. Secretário (Deputado Lafayette de Andrada) - Faz a chamada.

O Sr. Presidente - Responderam à chamada 23 Deputados. Portanto, não há quórum para a continuação dos trabalhos.

Encerramento

O Sr. Presidente - A Presidência encerra a reunião, convocando as Deputadas e os Deputados para as extraordinárias de amanhã, dia 20, às 9 e às 20 horas, e para a solene também de amanhã, logo após a apreciação do Projeto de Lei nº 1.616/2007, nos termos dos editais de convocação, bem como para a ordinária na mesma data, às 14 horas, com a ordem do dia já anunciada. Levanta-se a reunião.

* - Sem revisão do orador.

ATA DA 37ª REUNIÃO Ordinária da Comissão de Constituição e Justiça NA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 16ª LEGISLATURA, em 4/12/2007

Às 9h30min, comparecem na Sala das Comissões os Deputados Dalmo Ribeiro Silva, Gilberto Abramo, Delvito Alves, Hely Tarquínio, Neider Moreira, Sargento Rodrigues, Sebastião Costa e Antônio Júlio (substituindo este ao Deputado Gilberto Abramo, por indicação da Liderança do PMDB), membros da supracitada Comissão. Havendo número regimental, o Presidente, Deputado Dalmo Ribeiro Silva, declara aberta a reunião e, em virtude da aprovação de requerimento do Deputado Neider Moreira, dispensa a leitura da ata da reunião anterior, a qual é dada por aprovada e é subscrita pelos membros da Comissão presentes. A Presidência informa que a reunião se destina a apreciar a matéria constante na pauta. O Presidente acusa o recebimento das seguintes proposições, para as quais designou os relatores citados a seguir: no 1º turno, Projetos de Lei nºs 1.831, 1.832, 1.835, 1.838 e 1.851/2007 (Deputado Gilberto Abramo); 1.843, 1.849, 1.857 e 1.861/2007 (Deputado Sebastião Costa); 1.834, 1.836, 1.837, 1.844 e 1.860/2007 (Deputado Delvito Alves); 1.846 e 1.856/2007 (Deputado Dalmo Ribeiro Silva); 1.817, 1.827, 1.833, 1.845, 1.847, 1.853 e 1.858/2007 (Deputado Hely Tarquínio); 1.840, 1.841, 1.850 e 1.855/2007 (Deputado Sargento Rodrigues); 1.829 e 1.848/2007 (Deputado Neider Moreira). Passa-se à 1ª Fase da 2ª Parte (Ordem do Dia), compreendendo a discussão e a votação de pareceres sobre proposições sujeitas à apreciação do Plenário. Com a palavra, o Deputado Hely Tarquínio, relator do Projeto de Lei Complementar nº 33/2007, no 1º turno, emite parecer no qual conclui pela constitucionalidade, pela legalidade e pela juridicidade da referida matéria. Anunciada a discussão, o Presidente informa que se encontra sobre a mesa proposta de emenda da Deputada Cecília Ferramenta. Encerrada a discussão, o Presidente submete a votação o parecer do relator, salvo a proposta de emenda apresentada, que é aprovado. Em seguida, submete a votação a proposta de emenda de autoria da Deputada Cecília Ferramenta, a qual é rejeitada. Após, discussão e votação, são aprovados, cada um por sua vez, os pareceres pela constitucionalidade, pela legalidade e pela juridicidade, no 1º turno, 835/2007 com a Emenda nº 1 e 1.760/2007 este na forma do Substitutivo nº 1 (relator: Deputado Dalmo Ribeiro Silva); 1.698 e 1.747/2007, ambos na forma do Substitutivo nº 1 (relator: Deputado Delvito Alves); 1.795/2007 com a Emenda nº 1 (relator: Deputado Neider Moreira); 1.806/2007 (relator: Deputado Sebastião Costa); 1.817/2007 (relator: Deputado Hely Tarquínio). Os pareceres sobre os Projetos de Lei nºs 1.834, 1.836, 1.837 (relator: Deputado Delvito Alves) e 1.854/2007 (relator: Deputado Dalmo Ribeiro Silva), no 1º turno, deixam de ser apreciados em virtude de solicitação de prazo regimental pelos relatores. Na fase de discussão do parecer do relator, Deputado Sargento Rodrigues, que conclui pela constitucionalidade, pela legalidade e pela juridicidade na forma do Substitutivo nº 1, do Projeto de Lei nº 596/2007, no 1º turno, o Presidente defere o pedido de vista do Deputado Antônio Júlio. Os Projetos de Lei nºs 392 e 955/2007 são retirados de pauta, atendendo-se a requerimento do Deputado Gilberto Abramo, aprovado pela Comissão. O Projeto de Lei nº 701/2007 é retirado de pauta, atendendo-se a requerimento do Deputado Sargento Rodrigues, aprovado pela Comissão. Após, discussão e votação, são aprovados, cada um por sua vez, os pareceres concluindo pela inconstitucionalidade, pela ilegalidade e pela antijuridicidade, no 1º turno, dos Projetos de Lei nºs 1.685/2007 (relator: Deputado Sargento Rodrigues); 1.748, 1.749 e 1.804/2007 (relator: Deputado Sebastião Costa); 1.798, 1.830 e 1.833/2007 (relator: Deputado Hely Tarquínio); 1.811, 1.812, 1.831, 1.832, 1.835 e 1.838/2007 (relator: Deputado Gilberto Abramo). Os Projetos de Lei nºs 1.403, 1.447 e 1.643/2007 são retirados de pauta, atendendo-se a requerimento do Deputado Delvito Alves, aprovado pela Comissão. Na fase de discussão do parecer do relator, Deputado Dalmo Ribeiro Silva, que conclui pela constitucionalidade, pela legalidade e pela juridicidade com as Emendas nºs 1 a 5 ao Projeto de Lei nº 1.770/2007, no 1º turno, o Presidente defere o pedido de vista do Deputado Hely Tarquínio. Passa-se à 2ª Fase da 2ª Parte (Ordem do Dia), compreendendo a discussão e a votação de proposições que dispensam a apreciação do Plenário. Após discussão e votação, são aprovados, em turno único, cada um por sua vez, os pareceres que concluem pela constitucionalidade, pela legalidade e pela juridicidade dos Projetos de Lei nºs 1.551 e 1.846/2007, ambos com a Emenda nº 1 (relator: Deputado Dalmo Ribeiro Silva); 1.558/2007 (relator: Deputado Gilberto Abramo); 1.581 com a Emenda nº 1, 1.781, 1.840, 1.841 e 1.850/2007 (relator: Deputado Sargento Rodrigues); 1.623, 1.814/2007 com a Emenda nº 1 (relator: Deputado Delvito Alves); 1.771 e 1.820/2007 (relator: Deputado Neider Moreira); 1.821/2007 (relator: Deputado Sebastião Costa); e 1.825/2007 (relator: Deputado Hely Tarquínio). Passa-se à 3ª Fase da 2ª Parte (Ordem do Dia), compreendendo a discussão e a votação de proposições da Comissão. Submetidos a votação, cada um por sua vez, são aprovados os requerimentos que solicitam sejam convertidos em diligência ao autor os Projetos de Lei nºs 1.788, 1.791, 1.819, 1.823/2007; 1.818/2007 ao DER-MG; e ao DER-MG e ao autor o Projeto de Lei nº 1.808/2007. Nesse momento, o Deputado Antônio Júlio dá à Comissão ciência de denúncias ligadas à Polícia Militar Ambiental. Cumprida a finalidade da reunião, a Presidência agradece a presença dos parlamentares, convoca os membros da Comissão para a próxima reunião extraordinária, a ser realizada no dia 5/12/2007, às 10h30min, determina a lavratura da ata e encerra os trabalhos.

Sala das Comissões, 5 de dezembro de 2007.

Dalmo Ribeiro Silva, Presidente - Gilberto Abramo - Sebastião Costa - Ademir Lucas.

ATA DA 31ª REUNIÃO Ordinária da Comissão de Saúde NA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 16ª LEGISLATURA, em 5/12/2007

Às 9h15min, comparecem na Sala das Comissões os Deputados Carlos Mosconi, Ruy Muniz e Célio Moreira (substituindo este ao Deputado Doutor Rinaldo, por indicação da Liderança do BSD), membros da supracitada Comissão. Estão presentes, também, a Deputada Maria Lúcia Mendonça e os Deputados Dinis Pinheiro, Antônio Genaro, Dalmo Ribeiro Silva, Luiz Tadeu Leite, Eros Biondini, Delvito Alves e Vanderlei

Jangrossi. Havendo número regimental, o Presidente, Deputado Carlos Mosconi, declara aberta a reunião e, em virtude da aprovação de requerimento do Deputado Dalmo Ribeiro Silva, dispensa a leitura da ata da reunião anterior, a qual é dada por aprovada e é subscrita pelos membros da Comissão presentes. A Presidência informa que a reunião se destina a debater o tema "Parto anônimo". O Presidente acusa o recebimento das seguintes proposições, para as quais designou os relatores citados a seguir: Projetos de Lei nºs 73/2007, no 2º turno (Deputado Ruy Muniz), e 1.789/2007, em turno único (Deputado Dalmo Ribeiro Silva). A Presidência interrompe a 1ª Parte da reunião para ouvir os Srs. Marcos Antônio Bragança de Matos, Superintendente de Atenção à Saúde da Secretaria de Saúde, representando o Sr. Marcus Pestana, Secretário de Estado de Saúde; Pedro Aleixo Neto, Juiz da 6ª Vara da Família da Capital; Rodrigo da Cunha Pereira, Presidente do Instituto Brasileiro de Direito da Família; Eduardo de Ávila, representando o Sr. Carlos Lindemberg, Presidente do Cepo; Paulo Tarcísio Pinheiro da Silva, Diretor de Assistência do SUS, representando o Sr. Saulo Levindo Coelho, Presidente da Federação das Santas Casas de Minas Gerais e Provedor da Santa Casa de BH; Evaldo Alves D'Assumpção, Presidente da Academia Mineira de Medicina e Bioeticista; Conceição Aparecida Vilela, Coordenadora Estadual da Pastoral da Criança; Marival Veloso de Matos, Diretor-Presidente da União Espírita de Minas Gerais, que são convidados a tomar assento à mesa. A Presidência concede a palavra ao Deputado Dinis Pinheiro, autor do requerimento que deu origem ao debate, para suas considerações iniciais. A Presidência solicita que se projete um documentário institucional sobre o assunto e a seguir, passa a palavra aos convidados, para que façam suas exposições. Participam dos debates, os seguintes convidados: Maria de Lourdes, do Conselho Tutelar de Juiz de Fora; Jana Costa, Escola Estadual Divina Providência; Nilze Rodrigues, da liderança do Barreiro; Carmen Lúcia Costa, da Igreja Santa Clara e São Francisco; Maria Natália do Consolo, Diretora da Escola Estadual José Miguel do Nascimento; Miriam Sandra Gontijo de Oliveira, do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente de Moema; Cid José da Silva, paroquiano do Conselho da Santa Clara de Assis; Eugênio Magno, Coordenador da Pastoral de Fé e Política da Paróquia Santa Clara de Assis; Hilton Paiva Tim, Presidente do Clube Colina; Maria Evangelista Nogueira, da Creche Comunitária Senhora da Paz; Shirley Moreira da Costa e Jacob, administrador do Hospital de Nova Serrana. Segue-se ampla discussão, conforme consta nas notas taquigráficas. A Presidência retoma os trabalhos ordinários da reunião. Passa-se à 3ª Fase da 2ª Parte (Ordem do Dia), compreendendo a discussão e a votação de proposições da Comissão. Submetido a votação, cada um por sua vez, é aprovado requerimento do Deputado Ruy Muniz em que solicita seja realizada reunião conjunta das Comissões de Saúde e de Direitos Humanos, em caráter de audiência pública, com o objetivo de se discutirem as medidas necessárias para agilizar os processos de adoção no Estado, bem como se debater se há lacunas na legislação a serem corrigidas ou medidas administrativas a serem tomadas pelo Tribunal de Justiça. Cumprida a finalidade da reunião, a Presidência agradece a presença dos parlamentares, dos convidados e do público em geral, convoca os membros da Comissão para a próxima reunião ordinária, determina a lavratura da ata e encerra os trabalhos.

Sala das Comissões, 18 de dezembro de 2007.

Carlos Mosconi, Presidente - Hely Tarquínio - Carlos Pimenta - Ruy Muniz - Doutor Rinaldo.

ATA DA 35ª REUNIÃO Ordinária da Comissão de Transporte, Comunicação e Obras Públicas NA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 16ª LEGISLATURA, em 11/12/2007

Às 14h30min, comparece na Sala das Comissões o Deputado Juninho Araújo, membro da supracitada Comissão. Está presente, também, o Deputado Dinis Pinheiro. Havendo número regimental, o Presidente, Deputado Juninho Araújo, declara aberta a reunião, dá a ata por aprovada e a subscreve. A Presidência informa que a reunião se destina a debater a travessia de pedestres sobre linha ferroviária existente no Município de Vespasiano. A Presidência interrompe a 1ª Parte da reunião para ouvir a Sra. Mônica Sofia Pinto Henriques da Silva, Promotora de Justiça, e os Srs. Ademar José da Silva, Prefeito Municipal de Vespasiano; Michel Curi e Silva, Juiz Diretor do Foro da Comarca de Vespasiano; Valdecy Alves Rocha, Presidente da Câmara Municipal de Vespasiano; Sidney de Oliveira Silva, Procurador-Geral do Município de Vespasiano e José Osvaldo Cruz, Gerente de Relações Institucionais da Ferrovia Centro Atlântica, que são convidados a tomar assento à mesa. A Presidência concede a palavra ao Deputado Dinis Pinheiro, autor do requerimento que deu origem ao debate, para suas considerações iniciais; logo após, passa a palavra aos convidados, para que façam suas exposições. Abertos os debates, segue-se ampla discussão, conforme consta nas notas taquigráficas. Cumprida a finalidade da reunião, a Presidência agradece a presença dos parlamentares, convoca os membros da Comissão para a próxima reunião ordinária, determina a lavratura da ata e encerra os trabalhos.

Sala das Comissões, 18 de dezembro de 2007.

Gustavo Valadares, Presidente - André Quintão - Gil Pereira.

ATA DA 7ª REUNIÃO Extraordinária da Comissão de Cultura NA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 16ª LEGISLATURA, em 12/12/2007

Às 15 horas, comparecem na Sala das Comissões as Deputadas Gláucia Brandão e Rosângela Reis e o Deputado Eros Biondini (substituindo este ao Deputado Antônio Genaro, por indicação da Liderança do BSD), membros da supracitada Comissão. Havendo número regimental, a Presidente, Deputada Gláucia Brandão, declara aberta a reunião e, em virtude da aprovação de requerimento do Deputado Eros Biondini, dispensa a leitura da ata da reunião anterior, a qual é dada por aprovada e é subscrita pelos membros da Comissão presentes. A Presidência informa que a reunião se destina a apreciar a matéria constante da pauta e acusa o recebimento das seguintes proposições, para as quais designou os relatores citados a seguir: Projetos de Lei nºs 1.271 e 1.588/2007 (Deputada Rosângela Reis); 1.654 e 1.822/2007 (Deputada Gláucia Brandão); 1.793/2007 (Deputado Dimas Fabiano) em turno único; Projeto de Lei nº 1.698/2007, no 1º turno (Deputada Maria Lúcia Mendonça). Passa-se à 2ª Fase da 2ª Parte (Ordem do Dia), compreendendo a discussão e votação de proposições que dispensam a apreciação do Plenário. Após discussão e votação, são aprovados, em turno único, cada um por sua vez, os Projetos de Lei nºs 1.822/2007 (relatora: Deputada Gláucia Brandão); 1.654/2007 (relator: Deputado Dimas Fabiano) e 1.734/2007 (relatora: Deputada Rosângela Reis), que receberam parecer por sua aprovação. Submetidos a votação, cada um por sua vez, são aprovados os Requerimentos nºs 1.595, 1.637, 1.646 e 1.655/2007. Submetidos a discussão e votação, cada um por sua vez, são aprovados os Pareceres de Redação Final dos Projetos de Lei nºs 791, 811, 1.466, 1.624 e 1.671/2007. Passa-se à 3ª Fase da 2ª Parte (Ordem do Dia), compreendendo a discussão e votação de proposições da Comissão. Submetido a votação, é aprovado requerimento do Deputado Almir Paraca, que solicita seja realizada reunião desta Comissão com o Sr. Frederico Hermann Barbosa Maia, Gerente da Secretaria de Articulação Institucional do Ministério da Cultura, para fazer uma exposição sobre o Programa Mais Cultura do Governo Federal. Cumprida a finalidade da reunião, a Presidência agradece a presença dos parlamentares, convoca os membros da Comissão para a próxima reunião ordinária, determina a lavratura da ata e encerra os trabalhos.

Sala das Comissões, 18 de dezembro de 2007.

Gláucia Brandão, Presidente - Rosângela Reis - Maria Lúcia Mendonça.

ATA DA 1ª REUNIÃO Extraordinária da Comissão Especial SOBRE A Indicação de Luís Carlos Balbino Gambogi para compor o Conselho de Defesa Social, em 12/12/2007

Às 14h58min, comparecem na Sala das Comissões os Deputados João Leite, Durval Ângelo e Luiz Tadeu Leite (substituindo este ao Deputado Adalclever Lopes, por indicação da Liderança do PMDB), membros da supracitada Comissão. Havendo número regimental, o Presidente, Deputado João Leite, declara aberta a reunião e, em virtude da aprovação de requerimento do Deputado Durval Ângelo, dispensa a leitura da ata da reunião anterior, a qual é dada por aprovada e é subscrita pelos membros da Comissão presentes. Registra-se a presença da Deputada Gláucia Brandão. A Presidência informa que a reunião se destina a argüir o Sr. Luís Carlos Balbino Gambogi, para compor o Conselho de Defesa Social, como representante da OAB-MG e, se possível, apreciar o parecer do relator. A Presidência interrompe a 1ª Parte da reunião para ouvir o Sr. Luís Carlos Balbino Gambogi, que é convidado a tomar assento à mesa. A Presidência concede a palavra ao Deputado Durval Ângelo,

relator do parecer, para suas considerações iniciais; logo após, passa a palavra ao arguido, para que faça sua exposição. Abertos os debates, segue-se ampla discussão, conforme consta nas notas taquigráficas. A Presidência suspende os trabalhos por 5 minutos, para que os parlamentares possam se despedir do arguido. Reabre-se a reunião. A Presidência retoma os trabalhos ordinários da reunião. Passa-se à 1ª Fase da 2ª Parte (Ordem do Dia), compreendendo a discussão e a votação de pareceres sobre proposições sujeitas à apreciação do Plenário. Após discussão e votação, é aprovado o parecer pela aprovação, em turno único, da indicação contida na Mensagem nº 133/2007 (relator: Deputado Durval Ângelo). Suspende-se a reunião, para a lavratura da ata. Reabertos os trabalhos, o Presidente, em virtude da aprovação de requerimento do Deputado Luiz Tadeu Leite, dispensa a leitura da ata, a qual é dada por aprovada e é subscrita pelos presentes. Cumprida a finalidade da reunião, a Presidência agradece a presença dos parlamentares e encerra os trabalhos da Comissão.

Sala das Comissões, 12 de dezembro de 2007.

João Leite, Presidente - Luiz Tadeu Leite - Durval Ângelo.

ATA DA 29ª REUNIÃO Ordinária da Comissão de Defesa do Consumidor e do Contribuinte NA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 16ª LEGISLATURA, em 13/12/2007

Às 10h14min, comparecem na Sala das Comissões os Deputados Délio Malheiros, Antônio Júlio, Célio Moreira e Walter Tosta, membros da supracitada Comissão. Havendo número regimental, o Presidente, Deputado Délio Malheiros, declara aberta a reunião e, em virtude da aprovação de requerimento do Deputado Antônio Júlio, dispensa a leitura da ata da reunião anterior, a qual é dada por aprovada e é subscrita pelos membros da Comissão presentes. A Presidência informa que a reunião se destina a apreciar a matéria constante na pauta e comunica o recebimento de ofício do Sr. Carlos Alberto Pavan Alvim, Subsecretário da Casa Civil, publicado no "Diário do Legislativo" de 6/12/2007. O Presidente acusa o recebimento das seguintes proposições, para as quais designou os relatores citados a seguir: Projetos de Lei nºs 973/2007, no 2º turno, e 1.643/2007, no 1º turno (Deputado Antônio Júlio); 1.233/2007, no 2º turno (Deputado Célio Moreira), e 1.099/2007, no 1º turno (Deputado Carlos Pimenta). Passa-se à 1ª Fase da 2ª Parte (Ordem do Dia), compreendendo a discussão e a votação de pareceres sobre proposições sujeitas à apreciação do Plenário. Após discussão e votação, é aprovado o parecer pela aprovação, no 1º turno, do Projeto de Lei nº 1.560/2007 na forma do Substitutivo nº 1, que apresenta (relator: redistribuído ao Deputado Antônio Júlio). Passa-se à 2ª Fase da 2ª Parte (Ordem do Dia), compreendendo a discussão e a votação de proposições que dispensam a apreciação do Plenário. Submetido a votação, é aprovado o Requerimento nº 1.642/2007. Passa-se à 3ª Fase da 2ª Parte (Ordem do Dia), compreendendo a discussão e a votação de proposições da Comissão. Submetido a votação, é aprovado requerimento do Deputado Délio Malheiros em que solicita seja realizada uma visita da Comissão ao Aeroporto de Confins para verificar "in loco" os preços praticados pelos fornecedores de lanches e refeições e, ainda, seja enviado ofício ao Coordenador do Procon Assembléia solicitando pesquisa comparativa de preços dos referidos produtos. Cumprida a finalidade da reunião, a Presidência agradece a presença dos parlamentares, convoca os membros da Comissão para a próxima reunião ordinária, determina a lavratura da ata e encerra os trabalhos.

Sala das Comissões, 18 de dezembro de 2007.

Délio Malheiros, Presidente - Antônio Júlio - Célio Moreira - Carlos Pimenta.

ATA DA 33ª REUNIÃO Ordinária da Comissão de Participação Popular NA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 16ª LEGISLATURA, em 13/12/2007

Às 14h45min, comparecem na Sala das Comissões os Deputados André Quintão, Carlin Moura, Gustavo Valadares, membros da supracitada Comissão. Havendo número regimental, o Presidente, Deputado André Quintão, declara aberta a reunião e, em virtude da aprovação de requerimento do Deputado Gustavo Valadares, dispensa a leitura da ata da reunião anterior, a qual é dada por aprovada e é subscrita pelos membros da Comissão presentes. Registra-se a presença do Deputado João Leite. A Presidência informa que a reunião se destina a discutir e votar matéria constante na pauta e tratar de assunto de interesse da Comissão e comunica o recebimento da seguinte correspondência: ofício do Sr. Marcelo Henrique Lanzillo, publicado no "Diário do Legislativo", de 29/11/2007. Passa-se à 2ª Fase da 2ª Parte (Ordem do Dia), compreendendo a discussão e a votação de proposições que dispensam a apreciação do Plenário. Após discussão e votação, são aprovadas, em turno único, cada uma por sua vez, as Propostas de Ação Legislativa nºs 34, 35, 36, 37, 38, 39, 40, 41, 85, 92, 93, 94, 97, 100, 101 e 102/2007 (relator: Deputado André Quintão); 105, 106, 107, 360, 368 e 369/2007 (relator: Deputado Carlin Moura); 184, 188, 189, 190, 191, 193, 194, 195, 196, 197, 198, 199 e 570/2007 (relator: Deputado Gustavo Valadares); 308, 312, 315, 316, 319, 326, 329, 331, 336, 338, 340, 343, 344, 345, 346, 350, 351, 355, 356 e 361/2007 (relator: Deputado João Leite), que receberam parecer por sua aprovação na forma de requerimentos apresentados. Foram rejeitadas as Propostas de Ação Legislativas nºs 91, 103 e 104/2007 (relator: Deputado André Quintão); 370, 371 e 372/2007 (relator: Deputado Carlin Moura); nºs 341, 342 e 358/2007 (relator: Deputado João Leite). Passa-se à 3ª Fase da 2ª Parte (Ordem do Dia), compreendendo a discussão e a votação de proposições da Comissão. Submetidos a votação, cada um por sua vez, são aprovados requerimentos dos Deputados André Quintão em que solicita manifestação de aplauso desta Casa à implantação do serviço de hemodiálise no Município de Itaobim; Carlin Moura em que solicita visita da Comissão ao Projeto Ribas - Ribeiro de Abreu Social, da Escola Estadual Bolívar Tinoco Mineiro, que faz parte do Programa de Agroecologia - Nossa Horta, administrada pelo Conselho Comunitário Unidos pelo Ribeiro de Abreu, tendo em vista que a Secretaria de Estado de Educação determinou a retirada do projeto das dependências da referida escola em 22 de dezembro de 2007. Cumprida a finalidade da reunião, a Presidência agradece a presença dos parlamentares, convoca os membros da Comissão para a próxima reunião extraordinária, em 18/12/2007, conforme edital a ser publicado, determina a lavratura da ata e encerra os trabalhos.

Sala das Comissões, 18 de dezembro de 2007.

André Quintão, Presidente.

ATA DA 16ª REUNIÃO Extraordinária da Comissão de Política Agropecuária e Agroindustrial NA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 16ª LEGISLATURA, em 13/12/2007

Às 14h52min, comparecem na Sala das Comissões a Deputada Ana Maria Resende (substituindo o Deputado Chico Uejo, por indicação da Liderança do BSD) e os Deputados Vanderlei Jangrossi, Padre João e Getúlio Neiva, membros da supracitada Comissão. Estão presentes, também, os Deputados Gil Pereira, Luiz Tadeu Leite, Weliton Prado e Paulo Guedes. Havendo número regimental, o Presidente, Deputado Vanderlei Jangrossi, declara aberta a reunião e, em virtude da aprovação de requerimento do Deputado Getúlio Neiva, dispensa a leitura da ata da reunião anterior, a qual é dada por aprovada e é subscrita pelos membros da Comissão presentes. A Presidência informa que a reunião se destina a apreciar matéria constante na pauta. Passa-se à 1ª Fase da 2ª Parte (Ordem do Dia), compreendendo a discussão e a votação de pareceres sobre proposições sujeitas à apreciação do Plenário. Após discussão e votação, é aprovado o parecer pela aprovação, no 2º turno, na forma do Substitutivo nº 1 que apresenta ao vencido no 1º turno, do Projeto de Lei nº 1.116/2007 (relator: Deputado Vanderlei Jangrossi), com voto contrário do Deputado Padre João. Passa-se à 2ª Fase da 2ª Parte (Ordem do Dia), compreendendo a discussão e a votação de proposições que dispensam a apreciação do Plenário. Após discussão e votação, é aprovado, em turno único, o Projeto de Lei nº 1.781/2007 (relator: Deputado Padre João). Submetido a votação, é aprovado o Requerimento nº 1.660/2007. Cumprida a finalidade da reunião, a Presidência agradece a presença dos parlamentares, convoca os membros da Comissão para a próxima reunião ordinária, determina a lavratura da ata e encerra os trabalhos.

Sala das Comissões, 18 de dezembro de 2007.

Vanderlei Jangrossi, Presidente - Getúlio Neiva - Antônio Carlos Arantes.

ATA DA 25ª REUNIÃO Extraordinária da Comissão de Administração Pública NA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 16ª LEGISLATURA, em 18/12/2007

Às 18h10min, comparecem na Sala das Comissões os Deputados Elmiro Nascimento, Ademir Lucas, Domingos Sávio e Ivair Nogueira, membros da supracitada Comissão. Havendo número regimental, o Presidente, Deputado Elmiro Nascimento, declara aberta a reunião e, em virtude da aprovação de requerimento do Deputado Domingos Sávio, dispensa a leitura da ata da reunião anterior, a qual é dada por aprovada e é subscrita pelos membros da Comissão presentes. A Presidência informa que a reunião se destina a apreciar a matéria constante na pauta. A Presidência suspende os trabalhos por 4 horas para entendimento entre as lideranças. Às 22h10min são reabertos os trabalhos com a presença dos Deputados Elmiro Nascimento, Ademir Lucas, André Quintão, Domingos Sávio e Inácio Franco. A Presidência prorroga o prazo da reunião por até 2 horas e suspende novamente os trabalhos da Comissão. Às 23h45min, o Presidente, Deputado Elmiro Nascimento, reabre os trabalhos da Comissão com a presença dos Deputados Ademir Lucas, Chico Uejo, Domingos Sávio, Inácio Franco e Weliton Prado (substituindo este ao Deputado André Quintão, por indicação do Líder do PT). O Presidente acusa o recebimento das seguintes proposições, para as quais designou os relatores citados a seguir: Projeto de Lei Complementar nº 34/2007 e Projeto de Lei nº 1.760/2007, no 2º turno (relator: Deputado Ademir Lucas). Passa-se à 1ª Fase da 2ª Parte (Ordem do Dia), compreendendo a discussão e votação de pareceres sobre proposições sujeitas à apreciação do Plenário. A Presidência determina sejam retirados da pauta desta reunião os Projetos de Lei nºs 1.677 e 1.805/2007, em 2º turno, o Projeto de Lei Complementar nº 37/2007 e o Projeto de Lei nº 755/2007, em 1º turno, por falta de pressupostos regimentais. Após discussão e votação, são aprovados, cada um por sua vez, os pareceres pela aprovação, no 2º turno, do Projeto de Lei Complementar nº 34/2007 (relator: Deputado Ademir Lucas) na forma do vencido em 1º turno, com as Emendas nºs 1 a 5 apresentadas; e do Projeto de Lei nº 1.760/2007 (relator: Deputado Ademir Lucas), na forma do vencido em 1º turno. Esgotada a hora destinada à reunião, a Presidência agradece a presença dos parlamentares, convoca os membros da Comissão para a próxima reunião extraordinária, hoje, à 0 hora, para apreciar os Projetos de Lei nºs 1.770, 1.854 e 1.876/2007, em 2º turno, determina a lavratura da ata e encerra os trabalhos.

Sala das Comissões, 18 de dezembro de 2007.

Elmiro Nascimento, Presidente - Chico Uejo - Inácio Franco - Ademir Lucas.

ATA DA 30ª REUNIÃO Ordinária da Comissão de Cultura NA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 16ª LEGISLATURA, em 18/12/2007

Às 15 horas, comparecem na Sala das Comissões as Deputadas Gláucia Brandão, Maria Lúcia Mendonça e Rosângela Reis e o Deputado Antônio Genaro, membros da supracitada Comissão. Está presente, também, o Deputado Getúlio Neiva. Havendo número regimental, a Presidente, Deputada Gláucia Brandão, declara aberta a reunião e, em virtude da aprovação de requerimento da Deputada Rosângela Reis, dispensa a leitura da ata da reunião anterior, a qual é dada por aprovada e é subscrita pelos membros da Comissão presentes. A Presidência informa que a reunião se destina a apreciar a matéria constante na pauta e comunica o recebimento de correspondência publicada no "Diário do Legislativo", na data mencionada entre parênteses: ofício do Sr. José Theobaldo Júnior e da Sra. Yara Tupinambá, respectivamente Diretor Executivo e Diretora-Presidente do Instituto Yara Tupinambá (15/12/2007). Passa-se à 1ª Fase da 2ª Parte (Ordem do Dia), compreendendo a discussão e a votação de pareceres sobre proposições sujeitas à apreciação do Plenário. Após discussão e votação, é aprovado o parecer pela aprovação, no 1º turno, do Projeto de Lei nº 1.698/2007 na forma do Substitutivo nº 1, da Comissão de Constituição e Justiça (relatora: Deputada Maria Lúcia Mendonça) e pela aprovação, no 1º turno, do Projeto de Lei nº 1.799/2007 (relatora: Deputada Rosângela Reis, em virtude de redistribuição). Cumprida a finalidade da reunião, a Presidência agradece a presença dos parlamentares, convoca os membros da Comissão para a próxima reunião extraordinária do dia 19/12/2007, às 15 horas, determina a lavratura da ata e encerra os trabalhos.

Sala das Comissões, 18 de dezembro de 2007.

Gláucia Brandão, Presidente - Rosângela Reis - Antônio Genaro.

ATA DA 38ª REUNIÃO Extraordinária da Comissão de Fiscalização Financeira e Orçamentária NA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 16ª LEGISLATURA, em 18/12/2007

Às 10h30min, comparecem na Sala das Comissões os Deputados Jayro Lessa, Agostinho Patrús Filho, Lafayette de Andrada e Sebastião Helvécio, membros da supracitada Comissão. Havendo número regimental, o Presidente, Deputado Jayro Lessa, declara aberta a reunião, dispensa a leitura da ata da reunião anterior, considera-a aprovada e solicita aos membros da Comissão presentes que a subscrevam. A Presidência informa que a reunião se destina a apreciar a matéria constante na pauta e a discutir e votar proposições da Comissão. Passa-se à 1ª Fase da 2ª Parte (Ordem do Dia), compreendendo a discussão e a votação de pareceres sobre proposições sujeitas à apreciação do Plenário. O Presidente retira a matéria constante na pauta. Cumprida a finalidade da reunião, a Presidência agradece a presença dos parlamentares, convoca os membros da Comissão para a reunião extraordinária na mesma data, às 20 horas, para apreciação dos Projetos de Lei nºs 27, 596, 598, 817, 864, 1.124, 1.584, 1.745, 1.805, 1.828 e 1.879/2007, determina a lavratura da ata e encerra os trabalhos.

Sala das Comissões, 18 de dezembro de 2007.

Jayro Lessa, Presidente - Antônio Júlio - Lafayette de Andrada - Sebastião Helvécio - Agostinho Patrús Filho.

ATA DA 39ª REUNIÃO Extraordinária da Comissão de Fiscalização Financeira e Orçamentária NA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 16ª LEGISLATURA, em 18/12/2007

Às 20h10min, comparecem na Sala das Comissões os Deputados Jayro Lessa, Agostinho Patrús Filho, Antônio Júlio, Lafayette de Andrada, membros da supracitada Comissão. Estão presentes, também, os Deputados Délio Malheiros, Irani Barbosa, Paulo Cesar e Wander Borges. Havendo número regimental, o Presidente, Deputado Jayro Lessa, dispensa a leitura da ata da reunião anterior, considera-a aprovada e solicita aos membros da Comissão presentes que a subscrevam. A Presidência informa que a reunião se destina a apreciar a matéria constante na pauta e a discutir e votar proposições da Comissão e comunica o recebimento da seguinte correspondência: ofício do Deputado Sávio Souza Cruz, Presidente da Comissão de Meio Ambiente e Recursos Naturais, solicitando aos relatores do PPAG e do Orçamento-2008 a previsão de recursos financeiros para a preservação e a recuperação de nascentes na Bacia Hidrográfica do Rio Doce. Passa-se à 1ª Fase da 2ª Parte (Ordem do Dia), compreendendo a discussão e a votação de pareceres sobre proposições sujeitas à apreciação do Plenário. Após discussão e votação, é aprovado o parecer pela aprovação, no 1º turno, do Projeto de Lei nº 1.805/2007 na forma do Substitutivo nº 1, da Comissão de Administração Pública (relator: Deputado Antônio Júlio). Suspende-se a reunião. Às 23h38min são reabertos os trabalhos com a presença dos Deputados Zé Maia, Jayro Lessa, Lafayette de Andrada, Sebastião Helvécio e Délio Malheiros (substituindo este ao Deputado Agostinho Patrús Filho, por indicação da Liderança do PV). São aprovados, cada um por sua vez, os pareceres pela aprovação, no 2º turno, dos Projetos de Lei nºs 598/2007 na forma do vencido no 1º turno (relator: Deputado Sebastião Helvécio); 1.584/2007 na forma do vencido no 1º turno com a Emenda nº 1 (relator: Deputado Lafayette de Andrada); 1.879/2007 na forma do vencido no 1º turno (relator: Deputado Zé Maia); e pela

aprovação, no 1º turno, do Projeto de Lei nº 1.828/2007 (relator: Deputado Jayro Lessa, em virtude de redistribuição). O parecer sobre o Projeto de Lei nº 1.124/2007, no 1º turno, deixa de ser apreciado em virtude de solicitação de prazo regimental pelo relator, Deputado Sebastião Helvécio. Os Projetos de Lei nºs 27, 817 e 1.745/2007 são retirados da pauta, por determinação do Presidente da Comissão, por não cumprirem pressupostos regimentais. Cumprida a finalidade da reunião, a Presidência agradece a presença dos parlamentares, convoca os membros da Comissão para a próxima reunião ordinária e para reunião extraordinária, em 19/12/2007, às 14h15min, determina a lavratura da ata e encerra os trabalhos.

Sala das Comissões, 18 de dezembro de 2007.

Zé Maia, Presidente - Antônio Carlos Arantes - Ademir Lucas - Sebastião Helvécio.

ATA DA 14ª REUNIÃO Extraordinária da Comissão de Saúde NA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 16ª LEGISLATURA, em 18/12/2007

Às 14h14min, comparecem na Sala das Comissões os Deputados Carlos Mosconi, Hely Tarquínio, Carlos Pimenta, Doutor Rinaldo e Ruy Muniz, membros da supracitada Comissão. Está presente, também, o Deputado Fahim Sawan. Havendo número regimental, o Presidente, Deputado Carlos Mosconi, declara aberta a reunião e, em virtude da aprovação de requerimento do Deputado Hely Tarquínio, dispensa a leitura da ata da reunião anterior, a qual é dada por aprovada e é subscrita pelos membros da Comissão presentes. A Presidência informa que a reunião se destina a apurar as consequências para a saúde humana provocadas pela adição de água oxigenada e soda cáustica ao leite comercializado no Estado. A Presidência interrompe a 1ª Parte da reunião para ouvir as Sras. Cláudia Parma Machado, Gerente de Vigilância Sanitária de Alimentos da Secretaria de Saúde; Flávia Helena Paiva, nutricionista; Lillian Luiza Pires e Liliane Denise Miranda Menezes, veterinárias, representando o Dr. Altino Rodrigues Neto, Diretor-Geral do Instituto Mineiro de Agropecuária - IMA; e Sr. Celso Moreira, Presidente do Sindicato das Indústrias de Laticínios de Minas Gerais, que são convidados a tomar assento à mesa. O Presidente, como autor do requerimento que deu origem ao debate, passa a fazer as suas considerações iniciais. Logo após, passa a palavra aos convidados, para que façam suas exposições. Abertos os debates, segue-se ampla discussão, conforme consta nas notas taquigráficas. Cumprida a finalidade da reunião, a Presidência agradece a presença dos parlamentares e dos convidados, convoca os membros da Comissão para a próxima reunião ordinária, determina a lavratura da ata e encerra os trabalhos.

Sala das Comissões, 20 de dezembro de 2007.

Carlos Mosconi, Presidente - Hely Tarquínio - Sebastião Costa.

ATA DA 36ª REUNIÃO Ordinária da Comissão de Transporte, Comunicação e Obras Públicas NA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 16ª LEGISLATURA, em 18/12/2007

Às 14h32min, comparecem na Sala das Comissões os Deputados Gustavo Valadares, Gil Pereira e André Quintão (substituindo este ao Deputado Paulo Guedes, por indicação da Liderança do PT), membros da supracitada Comissão. Havendo número regimental, o Presidente, Deputado Gustavo Valadares, declara aberta a reunião e, em virtude da aprovação de requerimento do Deputado André Quintão, dispensa a leitura da ata da reunião anterior, a qual é dada por aprovada e é subscrita pelos membros da Comissão presentes. A Presidência informa que a reunião se destina a apreciar a matéria constante na pauta e a deliberar sobre proposições da Comissão. O Presidente acusa o recebimento das seguintes proposições, para as quais designou os relatores citados a seguir: Projeto de Resolução nº 716/2007 e Projetos de Lei nºs 1.803/2007, no 1º turno (Deputado Gustavo Valadares) e 1.612/2007, em turno único (Deputado Juninho Araújo). Passa-se à 1ª Fase da 2ª Parte (Ordem do Dia), compreendendo a discussão e votação de pareceres sobre proposições sujeitas à apreciação do Plenário. Na fase de discussão do parecer do relator, Deputado Gustavo Valadares, que conclui pela rejeição do Projeto de Resolução nº 716/2007, no 1º turno, o Presidente defere o pedido de vista do Deputado Gil Pereira. Retira-se o Deputado Gil Pereira. Registra-se a presença do Deputado Juninho Araújo. Após discussão e votação, é aprovado o parecer pela rejeição, no 1º turno, do Projeto de Lei nº 1.803/2007 (relator: Deputado Gustavo Valadares). Retira-se o Deputado André Quintão. Registra-se a presença do Deputado Inácio Franco. Passa-se à 2ª Fase da 2ª Parte (Ordem do Dia), compreendendo a discussão e votação de proposições que dispensam a apreciação do Plenário. Após discussão e votação, são aprovados, em turno único, cada um por sua vez, os Projetos de Lei nºs 607 e 842/2007 (relator: Deputado Gil Pereira); 1.612 e 1.644/2007 (relator: Deputado Juninho Araújo) e 1.667/2007 (relator: Deputado Paulo Guedes), que receberam parecer por sua aprovação. Submetidos a votação, cada um por sua vez, são aprovados os Requerimentos nºs 1.594, 1.596, 1.600, 1.631, 1.633, 1.634, 1.635, 1.636, 1.641, 1.647, 1.652, 1.654, 1.662 e 1.665/2007. Passa-se à 3ª Fase da 2ª Parte (Ordem do Dia), compreendendo a discussão e votação de proposições da Comissão. Submetido a votação, é aprovado requerimento dos Deputados Délio Malheiros e Carlos Pimenta, em que solicitam a realização de reunião conjunta com a Comissão de Defesa do Consumidor e do Contribuinte para, em audiência pública, debater notícia vinculada pela imprensa de que a Prefeitura de Belo Horizonte implantará o sistema de rodízio de veículos, nos moldes do que existe na cidade de São Paulo, bem como a aplicação de multas por via eletrônica. Cumprida a finalidade da reunião, a Presidência convoca os Deputados para reunião extraordinária de amanhã, 19/12/2007, às 15h, com a finalidade de apreciar o Parecer para o 1º Turno do Projeto de Resolução nº 716/2007, agradece a presença dos parlamentares, determina a lavratura da ata e encerra os trabalhos.

Sala das Comissões, 19 de dezembro de 2007.

Gustavo Valadares, Presidente - Djalma Diniz - Inácio Franco.

ATA DA 26ª REUNIÃO Extraordinária da Comissão de Administração Pública NA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 16ª LEGISLATURA, em 19/12/2007

À 0h1min, comparecem na Sala das Comissões os Deputados Elmiro Nascimento, Ademir Lucas, Chico Uejo, Domingos Sávio, Inácio Franco e Weliton Prado (substituindo este ao Deputado André Quintão, por indicação da Liderança do PT), membros da supracitada Comissão. Havendo número regimental, o Presidente, Deputado Elmiro Nascimento, declara aberta a reunião e, em virtude da aprovação de requerimento do Deputado Ademir Lucas, dispensa a leitura da ata da reunião anterior, a qual é dada por aprovada e é subscrita pelos membros da Comissão presentes. A Presidência informa que a reunião se destina a apreciar a matéria constante na pauta. O Presidente acusa o recebimento das seguintes proposições, para as quais designou os relatores citados a seguir: Projetos de Lei nºs 1.770/2007, no 2º turno (Deputado Inácio Franco); 1.854/2007, no 2º turno (Deputado Domingos Sávio); e 1.876/2007, no 2º turno (Deputado Chico Uejo). Passa-se à 1ª Fase da 2ª Parte (Ordem do Dia), compreendendo a discussão e a votação de pareceres sobre proposições sujeitas à apreciação do Plenário. Na fase de discussão do parecer do relator, Deputado Inácio Franco, que conclui pela aprovação do Projeto de Lei nº 1.770/2007, no 2º turno, na forma do vencido ao 1º turno, é recebida proposta de emenda da Deputada Elisa Costa. Submetido a votação, é aprovado o parecer, salvo proposta de emenda. Em seguida, é submetida a votação e rejeitada a proposta de emenda, sendo aprovado o parecer pela aprovação, no 2º turno, do Projeto de Lei nº 1.770/2007 na forma do vencido no 1º turno. Após discussão e votação, são aprovados, cada um por sua vez, no 2º turno, o Projeto de Lei nº 1.854/2007 (relator: Deputado Domingos Sávio) na forma do vencido no 1º turno; e o Projeto de Lei nº 1.876/2007 (relator: Deputado Chico Uejo). Cumprida a finalidade da reunião, a Presidência agradece a presença dos parlamentares, convoca os membros da Comissão para a próxima reunião ordinária, determina a lavratura da ata e encerra os trabalhos.

Sala das Comissões, 19 de dezembro de 2007.

Elmiro Nascimento, Presidente - Ademir Lucas - Inácio Franco - Sávio Souza Cruz.

ATA DA 14ª REUNIÃO Extraordinária da Comissão de Redação NA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 16ª LEGISLATURA, em 19/12/2007

Às 9h31min, comparecem na Sala das Comissões a Deputada Gláucia Brandão e os Deputados Lafayette de Andrada e Gilberto Abramo, membros da supracitada Comissão. Havendo número regimental, o Presidente, Deputado Lafayette de Andrada, declara aberta a reunião e, em virtude da aprovação de requerimento do Deputado Gilberto Abramo, dispensa a leitura da ata da reunião anterior, a qual é dada por aprovada e é subscrita pelos membros da Comissão presentes. A Presidência informa que a reunião se destina a discutir e votar pareceres em fase de redação final e acusa o recebimento das seguintes proposições, para as quais designou os relatores citados a seguir: Projetos de Lei nºs 410, 890, 1.352, 1.553, 1.608, 1.629, 1.668, 1.684, 1.687, 1.688, 1.693, 1.694, 1.695, 1.696, 1.702, 1.710, 1.713, 1.714, 1.715 e 1.717/2007 (Deputado Gilberto Abramo); 1.721, 1.727, 1.729, 1.734, 1.740, 1.743, 1.744, 1.746, 1.757, 1.769, 1.771, 1.773, 1.774, 1.777, 1779, 1.787, 1.790, 1.793, 1.822 e 1.843/2007 (Deputada Gláucia Brandão). Passa-se à 2ª Fase da 2ª Parte (Ordem do Dia), compreendendo a discussão e a votação de proposições que dispensam a apreciação do Plenário. Após discussão e a votação, são aprovados, cada um por sua vez, os Pareceres de Redação Final dos Projetos de Lei nºs 410, 890, 1.352, 1.553, 1.608, 1.629, 1.668, 1.684, 1.687, 1.688, 1.693, 1.694, 1.695, 1.696, 1.702, 1.710, 1.713, 1.714, 1.715 e 1.717/2007 (relator: Deputado Gilberto Abramo); 1.721, 1.727, 1.729, 1.734, 1.740, 1.743, 1.744, 1.746, 1.757, 1.769, 1.771, 1.773, 1.774, 1.777, 1779, 1.787, 1.790, 1.793, 1.822 e 1.843/2007 (relatora: Deputada Gláucia Brandão) que receberam parecer por sua aprovação. Cumprida a finalidade da reunião, a Presidência agradece a presença dos parlamentares, convoca os membros da Comissão para a próxima reunião ordinária, determina a lavratura da ata e encerra os trabalhos.

Sala das Comissões, 19 de dezembro de 2007.

Lafayette de Andrada, Presidente - Gláucia Brandão - Rosângela Reis.

ATA DA 16ª REUNIÃO Extraordinária da Comissão de Redação NA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 16ª LEGISLATURA, em 20/12/2007

Às 9h30min, comparecem na Sala das Comissões a Deputada Gláucia Brandão e os Deputados Gilberto Abramo e Délio Malheiros (substituindo este ao Deputado Agostinho Patrús Filho, por indicação da Liderança do PV), membros da supracitada Comissão. Havendo número regimental, a Presidente, Deputada Gláucia Brandão, declara aberta a reunião e, em virtude da aprovação de requerimento do Deputado Gilberto Abramo, dispensa a leitura da ata da reunião anterior, a qual é dada por aprovada e é subscrita pelos membros da Comissão presentes. Registra-se a saída do Deputado Délio Malheiros e a presença do Deputado Agostinho Patrús Filho. A Presidente acusa o recebimento das seguintes proposições, para as quais designou os relatores citados a seguir: Projeto de Lei nº 1.737 (Deputado Agostinho Patrús Filho) e 1.738/2007 (Deputado Gilberto Abramo). Passa-se à 1ª Fase da 2ª Parte (Ordem do Dia), compreendendo a discussão e a votação de pareceres sobre proposições sujeitas à apreciação do Plenário. Após discussão e votação, são aprovados, cada um por sua vez, os Pareceres de Redação Final dos Projetos de Lei nºs 1.737 (relator: Deputado Agostinho Patrús Filho) e 1.738/2007 (relator: Deputado Gilberto Abramo). A Presidência suspende a reunião. Reabertos os trabalhos, com a presença da Deputada Gláucia Brandão e dos Deputados Agostinho Patrús Filho e Luiz Humberto Carneiro (substituindo este ao Deputado Lafayette de Andrada, por indicação da Liderança do BSD), o Presidente, Deputado Agostinho Patrús Filho, agradece a presença dos parlamentares, convoca os membros da Comissão para as próximas reuniões extraordinárias, de logo mais às 14h30min e às 20 horas, determina a lavratura da ata e encerra os trabalhos.

Sala das Comissões, 20 de dezembro de 2007.

Lafayette de Andrada, Presidente - Gláucia Brandão - Vanderlei Jangrossi.

RELATÓRIO

RELATÓRIO DE ATIVIDADES DA ASSEMBLÉIA

LEGISLATIVA DO ESTADO DE MINAS GERAIS NA 1ª SESSÃO

LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 16ª LEGISLATURA – 2007

A Mesa da Assembléia Legislativa, no exercício da competência que lhe confere o inciso III do "caput" do art. 79 do Regimento Interno, apresenta o Relatório das Atividades desta Casa na 1ª Sessão Legislativa Ordinária da 16ª Legislatura.

1 – APRESENTAÇÃO

Com foco nas diretrizes político-parlamentares anunciadas pela Mesa no início dos trabalhos legislativos, em 1º de fevereiro, a 1ª Sessão Legislativa da 16ª Legislatura encerrou-se com um saldo muito positivo das atividades realizadas, tendo em vista que a Assembléia Legislativa implementou ações importantes para atingir graus mais elevados de eficiência, eficácia e produtividade no desempenho de sua missão institucional, com utilização criteriosa de seus recursos orçamentários e financeiros.

Sempre buscando alternativas mais favoráveis e convenientes para o desenvolvimento das atividades administrativas e levando em conta a política de redução de gastos em curso na Casa, muito foi feito para a modernização, racionalização e otimização dos serviços da Secretaria.

Em 2007 foi concluída a implantação do software livre e gratuito BrOffice nos computadores da Casa e teve início a substituição dos sistemas de correio eletrônico e rede, também com a utilização de softwares livres e gratuitos, medida que tem gerado significativa economia no licenciamento de programas de computador e oferecido aos usuários internos serviços de informática mais modernos e de acordo com a evolução e as tendências do mundo atual.

Ainda na área de informática, registre-se a criação, pela Gerência-Geral de Sistemas de Informação, de sistema implantado na Taquigrafia para gravação digital de áudio das reuniões de Plenário e Comissões, dispensando a aquisição de produto equivalente, de custo elevado, e o início da transmissão ao vivo da TV Assembléia pela internet e pela rede interna de computadores, ampliando o acesso dos cidadãos às atividades do Legislativo.

Cabe mencionar também o aperfeiçoamento do Siafi/Assembléia com o desenvolvimento e a implantação do módulo "Bloqueio Orçamentário", ferramenta importante para a otimização da gestão orçamentária, bem como para maior controle na criação de novas despesas e mais efetividade nas informações contidas nos relatórios de impacto financeiro-orçamentário.

Seguindo a premissa de assegurar o custeio de suas atividades com o máximo de rendimentos e o menor custo, houve cuidadoso gerenciamento dos contratos com empresas terceirizadas, implicando ajustes em condições mais vantajosas para a instituição. São exemplos o contrato de manutenção dos elevadores, que custava mensalmente R\$ 8.200,00 (oito mil e duzentos reais) e passou a vigorar ao custo mensal de R\$ 3.400,00 (três mil e quatrocentos reais); a contratação de outra empresa para segurar os veículos de propriedade da Assembléia, que propiciou redução de 53,93% no valor do custo, com relação ao contrato anterior; e a negociação com as empresas de telefonia fixa e móvel para fins de melhorar os custos com essa prestação de serviços, o que resultou na renovação do contrato estabelecido com a Telemig Celular em melhores condições de preço e com a ampliação do objeto. Além disso, vários contratos foram renovados sem a incidência dos reajustes previstos.

Outro destaque em 2007 foi a contratação de serviços e aquisição de bens por meio de adesão a ata de registro de preços de outros órgãos da administração pública. Com o Sistema de Registro de Preços, os processos licitatórios tornam-se mais ágeis e econômicos, tendo em vista que a Assembléia passa a utilizar licitações já concluídas por outros órgãos.

Ainda no âmbito das licitações, vale registrar a formalização do termo de adesão com a Seplog/Prodemge, para fins de acesso e utilização da rede de fornecedores cadastrados e habilitados a contratarem com a Administração Pública, o que permitirá à Assembléia efetuar aquisições e contratações, até o valor da dispensa de licitação, por meio do Sistema de Cotação Eletrônica de Preços, de forma muito mais ágil, econômica, transparente e uniforme.

O ano de 2007 também foi marcado pela implementação de mudanças na estrutura da Assembléia Legislativa, com a adoção de um modelo mais racional para se obter maior eficiência na gestão administrativa. A principal mudança foi o desmembramento de duas diretorias, a Diretoria de Comunicação Institucional e a Diretoria de Administração e Recursos Humanos, fazendo surgir a Diretoria de Rádio e Televisão e a Diretoria de Infra-Estrutura. Com o novo organograma, a Casa avançou com o estabelecimento de uma diretoria específica para as atividades de Recursos Humanos, que também concentrará as estratégias de atuação dessa área.

Numa demonstração de valorização do servidor e da instituição, a DRH deu início ao estabelecimento de uma nova política de recursos humanos, com a realização de pesquisa de clima organizacional. O objetivo é compreender a relação do servidor com os usos, as práticas e as atividades desenvolvidas na Assembléia, além de analisar as relações interpessoais no ambiente de trabalho. Os resultados da pesquisa nortearão de modo mais preciso o planejamento administrativo e subsidiarão novas diretrizes de aprimoramento na área de recursos humanos.

Visando à conquista de um nível mais destacado e especializado dos trabalhos realizados na Assembléia, foi constituída uma comissão de coordenação de concurso público para provimento de cargos no Quadro de Pessoal da Secretaria, com a expectativa de abertura de vagas para 49 especialidades, em nível de ensino médio e superior, para atender às demandas da instituição nas esferas de conhecimento afetas a sua atuação.

No ensejo, cumpre destacar o cumprimento, por parte da Assembléia, do limite para despesas com pessoal estabelecido na Lei de Responsabilidade Fiscal, conforme se pode verificar em sua página na internet e no Relatório de Gestão Fiscal, publicado no "Diário do Legislativo".

Na área de recursos humanos ainda, destaque-se o êxito do Programa de Cessação do Tabagismo, em parceria com a Unimed/BH, sem custos para a Casa, visando à preservação da saúde e do bem-estar dos servidores e de seus familiares. De acordo com recente levantamento feito pela Unimed, 60% das pessoas que participaram do programa oferecido na Assembléia este ano pararam de fumar. O índice é bem superior aos atestados pela literatura médica, que considera bom um índice de 20 a 30%.

Com relação aos serviços administrativos, verificam-se resultados positivos em todos os setores, conforme demonstram os relatórios de avaliação setorial de 2007, apurados com base nos indicadores de desempenho e nos planos de metas estabelecidos. Os relatórios reafirmam o êxito do Processo de Apuração do Resultado Setorial, método que permite aferir quantitativa e qualitativamente as atividades de cada setor, por meio de parâmetros como qualidade, prazo, volume, eficiência, custos e satisfação do usuário ou do destinatário.

Como nos anos anteriores, no âmbito das atividades que envolvem parceria com instituições do setor público e da sociedade civil, estiveram em pauta, em 2007, temas relacionados às áreas de interesse e atuação da Assembléia, especialmente no formato de seminários legislativos, fóruns técnicos, conferências e ciclos de debates, muitas vezes precedidos de encontros regionais, realizados em cidades-pólo do Estado.

A compreensão de que as ações de planejamento são fundamentais para o Estado e a consciência de que a participação popular fortalece os trabalhos legislativos contribuíram para que a Assembléia estabelecesse, durante o ano, parcerias com os governos estadual e federal para viabilizar iniciativas voltadas para essas duas áreas de atuação política. O primeiro evento realizado nesse campo foi o ciclo de debates "Plano Mineiro de Desenvolvimento Integrado – Estratégia de Desenvolvimento", com foco na promoção do desenvolvimento econômico, na melhoria dos indicadores sociais e na redução das desigualdades regionais do Estado. Em setembro a Assembléia foi palco do Seminário Região Sudeste, promovido pela Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização do Congresso Nacional, destinado a discutir o Plano Plurianual para o período de 2008/2011 e a Proposta Orçamentária da União para 2008. Em novembro foi realizada a audiência pública "Plano Plurianual de Ação Governamental – PPAG 2008/2011", com o objetivo de discutir a proposta do PPAG 2008/2011 e avaliar a execução do PPAG 2004/2007.

O meio ambiente, área em que a Assembléia vem atuando com maior intensidade nos últimos anos, mereceu atenção especial. Destacam-se o ciclo de debates "As novas diretrizes do saneamento básico"; o "VI Fórum das Águas para o Desenvolvimento Sustentável de Minas Gerais"; e o ciclo de debates "O Rio São Francisco e o Desenvolvimento Sustentável do Semi-Árido", durante o qual se aprovou um documento que propõe um pacto, envolvendo os poderes públicos, o setor empresarial, as instituições da sociedade civil e a população de modo geral, com vistas à revitalização do Rio São Francisco, como ação prioritária, antes de qualquer outra, como a transposição, que interfira em sua bacia hidrográfica e na vida das populações envolvidas.

Outro tema abordado pela Assembléia Legislativa em 2007, dentro das atividades institucionais de interlocução com a sociedade, foi o dos problemas urbanos. Em agosto foi realizada a "1ª Conferência Metropolitana da Região Metropolitana de Belo Horizonte"; em setembro a Assembléia participou da "3ª Conferência das Cidades de Minas Gerais"; e em novembro, na cidade de Ipatinga, participou da "1ª Conferência Metropolitana do Vale do Aço". As reivindicações e as questões específicas das mulheres também foram tratadas com destaque, diante das demandas que chegam à Casa e do reconhecimento de que as conquistas alcançadas pela população feminina ainda estão muito aquém do papel que ela exerce na sociedade brasileira. Dois eventos marcaram a atuação do Legislativo nesse campo: o ciclo de debates "A Participação da Mulher nos Espaços de Poder" e a participação da Assembléia na "II Conferência Estadual de Políticas para as Mulheres".

A preocupação com o desenvolvimento econômico e social do Estado motivou a realização do fórum técnico "ICMS Solidário", destinado a colher subsídios para discussão do Projeto de Lei nº 637/2007, em tramitação na Casa. O projeto de lei em referência introduz alterações na Lei 13.803, de 2000, conhecida como Lei Robin Hood, mantendo-se, com referência à legislação existente, a intenção de descentralizar os recursos do ICMS; de estimular o aumento da arrecadação própria municipal e a correspondente eficiência em sua aplicação; de incentivar a implementação de determinadas políticas públicas; e de estabelecer uma parceria entre Estado e municípios, tendo como objetivo principal a melhoria da qualidade de vida da população.

Outros eventos que revelam a preocupação da Assembléia com o desenvolvimento econômico do Estado e o incentivo às vocações mineiras foram o [debate público sobre problemas e potencialidades da região do Lago de Furnas](#), com o objetivo de discutir os desafios e as oportunidades para o desenvolvimento socioeconômico dos municípios do entorno do Lago, e o [debate público "Etanol, investimento e impactos em Minas Gerais"](#), para discutir os impactos socioeconômicos e ambientais dos investimentos no setor.

Aliando saúde e educação, a Assembléia promoveu o ciclo de debates "Alimentação Escolar como Estratégia de Segurança Alimentar e Nutricional", com o objetivo de levar aos agentes interessados informações sobre o Plano Nacional de Alimentação Escolar em Minas Gerais.

Nas atividades de comemoração dos 10 anos do Procon Assembléia, foi promovido o simpósio "Direito do Consumidor", com discussão de temas como "Tribalização dos costumes", com críticas à sociedade de consumo e à ditadura das marcas, "As mudanças na telefonia", "O Direito Penal no Código de Defesa do Consumidor" e "O Poder Judiciário e a defesa dos direitos do consumidor".

Registre-se também a campanha "Viva sem Dívidas", realizada pelo Procon Assembléia, juntamente com outros órgãos de defesa do consumidor. A campanha tem o objetivo de constituir uma rede de proteção ao endividado, que inclui educação para o consumo, orientação para o planejamento financeiro, repressão ao abuso na oferta de crédito, identificação de doenças associadas ao tema e encaminhamento para os centros de saúde.

Com vistas à consolidação de uma cultura de responsabilidade e excelência na elaboração das leis, caminho que a Assembléia de Minas decidiu trilhar, foi realizado o "Congresso Internacional de Legislação - Qualidade da Lei e Desenvolvimento", que constituiu uma oportunidade de reflexão conjunta de legisladores, especialistas e cidadãos, do Brasil e do exterior, sobre a adoção de práticas mais modernas, democráticas e eficazes de legislar.

Nesse campo, merecem ainda destaque em 2007 o lançamento da 2ª edição, revista e ampliada, do Manual de Redação Parlamentar da Assembléia Legislativa e o trabalho de atualização da legislação mineira, com o objetivo de proporcionar a identificação, a compreensão e a interpretação dos textos legais, facilitar a consulta e diversificar as formas de acesso da população ao ordenamento normativo. A legislação ambiental, por exemplo, foi organizada e sistematizada recentemente.

O incremento do processo de interiorização dos trabalhos da Assembléia em 2007 ocorreu, principalmente, por meio das Comissões, que marcaram presença em todas as regiões de Minas, aproximando o Parlamento da sociedade mineira. Em cumprimento de seu papel institucional, elas se reuniram com representantes de movimentos sociais e outras de entidades da sociedade civil, com autoridades e especialistas, para conhecer de perto a realidade do Estado e procurar soluções para os problemas que afligem as comunidades locais. Foram realizadas 1.075 reuniões e audiências públicas, com a participação de 1.806 convidados, 58 visitas, e aprovados 1.603 requerimentos.

Destacam-se, entre as comissões especiais, a que foi constituída para estudo da atenção à pessoa com transtorno mental, deficiência mental ou autismo, com o objetivo de discutir políticas públicas voltadas para o atendimento às necessidades especiais dos deficientes mentais e dos autistas, em especial nas áreas educacional e de saúde. A comissão apresentou o relatório final de seus trabalhos no mês de julho.

Para aprimorar o diálogo com os municípios mineiros, foi uma medida importante a criação da Diretoria de Rádio e Televisão, que se circunscreve no projeto maior de ampliar e reorganizar os sistemas retransmissores da TV Assembléia no interior e na Capital e de implantar um sistema de rádio AM e FM. O incremento das atividades da diretoria já pode ser medido pelo aumento considerável de produtos gravados, incluindo reuniões de comissões e do Plenário da Assembléia, e dos trabalhos da rádio, que entrou também no projeto de divulgação das audiências públicas no interior, produzindo notícias dirigidas exclusivamente para a região de ocorrência dos eventos.

No que diz respeito à aproximação da instituição com os legislativos municipais, foi relevante o trabalho de capacitação de agentes públicos pela Escola do Legislativo, ampliado com a participação do Centro de Apoio às Câmaras Municipais (Ceac), tendo-se registrado mais de 2.500 inscrições em 2007. Além dos programas de capacitação ministrados na Capital, foram realizados encontros, palestras e oficinas em várias cidades.

No exercício de sua função legiferante, a Assembléia Legislativa aprovou leis importantes para o Estado, aprimoradas pela participação cidadã da sociedade civil, sempre com foco na consolidação da democracia em Minas.

Foram realizadas, em 2007, no Plenário da Casa, 126 reuniões ordinárias, 93 reuniões extraordinárias, 62 reuniões especiais e 2 reuniões solenes. Foram apresentadas 1.200 proposições, das quais, até o dia 20 de dezembro, data de encerramento dos trabalhos, 109 já haviam sido aprovadas e inseridas no ordenamento jurídico do Estado. Das 847 proposições de deliberação conclusiva das comissões, 437 já haviam se transformado em norma jurídica.

Entre as principais proposições aprovadas no ano, podem-se citar:

— na área do desenvolvimento do Estado: a que atualiza o Plano Mineiro de Desenvolvimento Integrado (PMDI); a que dispõe sobre a Revisão do Plano Plurianual de Ação Governamental 2004-2007, exercício de 2007; a que dispõe sobre a elaboração da Agenda 21 Estadual, que orientará o desenvolvimento sustentável de Minas Gerais; a que dispõe sobre o apoio a iniciativas de comercialização direta entre agricultores familiares e consumidores; a que autoriza a Copasa a criar empresa subsidiária para atuar na exploração econômica dos recursos hidrominerais do Estado, inclusive dos parques de águas; a que dispõe sobre o Programa Estadual de Crédito Popular e sobre repasse de recursos a beneficiários do Programa Poupança Jovem; e a que dispõe sobre a subvenção econômica ao prêmio do seguro rural;

— na área social: a que destina preferencialmente os produtos florestais apreendidos pela fiscalização a programas de construção de habitações populares desenvolvidos pelo poder público; a que dispõe sobre a doação de produtos apreendidos pelas autoridades competentes no exercício do poder de polícia a instituições filantrópicas ou de caridade; a que assegura que precatórios de natureza alimentar em atraso cujos credores originários tenham idade igual ou superior a sessenta e cinco anos tenham prioridade e preferência para pagamento pelo Poder Executivo; a que autoriza o Poder Executivo a desenvolver ações de acompanhamento social nas escolas da rede pública de ensino do Estado; a que torna obrigatória a afixação, nas delegacias policiais, nas Secretarias de Estado e nos estabelecimentos de ensino público, em lugar visível, de painéis que informem os locais e o horário de funcionamento da Defensoria Pública; a que torna obrigatória a afixação da relação de vagas de trabalho elaborada pelo Sistema Nacional de Emprego em repartições públicas; a que inclui a assistência social entre a proteção e auxílio prestados pelo Estado às vítimas de violência; a que reserva para sentenciados, na contratação de obras e de serviços pela administração pública do Estado, até 5% (cinco por cento) do total das vagas existentes, dando-se preferência aos que apresentem melhores indicadores com relação à aptidão, à habilitação, à experiência, à disciplina, à responsabilidade e ao grau de periculosidade;

— na área do meio ambiente: a que diminui de três para dois anos o prazo em que as empresas de elevado potencial poluidor são obrigadas a realizar auditorias ambientais periódicas; a que inclui a adoção de medidas para a redução dos gases de efeito estufa entre os fatores relevantes a serem considerados pelo governo do Estado na concessão de estímulos em forma de financiamento, incentivo fiscal e ajuda

técnica; a que dispõe sobre a implantação de programa de redução de resíduos por empreendimento público ou privado; a que dispõe sobre o Fundo Pró-Floresta; a que institui a coleta seletiva de lixo pelos órgãos e entidades da Administração Pública do Estado, na hipótese de inexistência de legislação municipal pertinente;

— na área da educação: a que dispõe sobre a orientação profissional aos alunos do ensino médio das escolas públicas e privadas do Sistema Estadual de Educação; a que estabelece normas para a adoção de material didático-escolar pelos estabelecimentos de educação básica da rede particular;

— na área da saúde: a que torna obrigatórios o Teste do Reflexo Vermelho em recém-nascidos no Estado e o exame oftalmológico completo em crianças com idade entre 7 e 10 anos; a que torna obrigatória a afixação de cartazes nas boates e casas noturnas alertando sobre os riscos do uso de drogas; a que dispõe sobre a exibição, nos cinemas do Estado, de filme educativo sobre as conseqüências do uso de drogas; a que institui a política de incentivo ao uso da bicicleta no Estado;

— na área da segurança: a que exige das instituições bancárias e financeiras mais segurança, como a manutenção de vigilância ostensiva durante o período integral de atendimento ao público;

— na área da cultura: a que declara Patrimônio Cultural de Minas Gerais o processo tradicional de fabricação, em alambique, da cachaça de Minas.

Cumprido ressaltar ainda que, em decorrência da delegação da Assembléia Legislativa ao governador para legislar sobre diversos pontos relativos à organização administrativa do Estado, foi editado um conjunto de leis delegadas, visando à construção das bases administrativas necessárias para implantação da segunda geração da reforma administrativa iniciada pelo governo Aécio Neves em janeiro de 2003.

Finalmente, registre-se a realização do Encontro do Colegiado de Presidentes dos Poderes Legislativos Estaduais e do Distrito Federal, no mês de maio. Foi a primeira vez que a Assembléia de Minas sediou uma reunião desse fórum, que discutiu o tema "Fortalecimento do Poder Legislativo e o novo pacto federativo". Ao final do encontro foi elaborada a "Carta de Minas", documento no qual o Colegiado reconhece que um grande obstáculo ao desenvolvimento político, social e econômico do Brasil é o secular desequilíbrio na repartição de competências entre União, Estados e Municípios e sugere reformas para tornar moderna e forte a Federação brasileira, por meio da construção de um novo modelo institucional, capaz de dar organicidade a um processo de descentralização fundado na autonomia e na responsabilidade dos parceiros estaduais e municipais.

Com as ações implementadas, a Assembléia faz uma avaliação positiva dos trabalhos realizados na 1ª Sessão Legislativa Ordinária da 16ª Legislatura e reafirma o propósito de continuar pautando seus trabalhos na busca de soluções para os diversos problemas públicos, com foco no desenvolvimento social e econômico do Estado, no aproveitamento das vocações e potencialidades mineiras e no esforço para o estabelecimento de um novo pacto federativo, que propicie mais autonomia e poder de decisão aos Estados e Municípios.

2 – ATIVIDADES INSTITUCIONAIS

2.1.1 – PLENÁRIO

As atividades desenvolvidas pelos parlamentares mineiros na sessão legislativa de 2007 revelam uma atuação voltada para a elaboração legislativa, mediante a iniciativa, discussão e votação de projetos de lei e outras proposições, e também para as outras funções inerentes ao Poder Legislativo, em especial a função fiscalizadora, tendo como instrumentos os pedidos de providências e informações às autoridades estaduais, a fiscalização e controle dos atos do Executivo, o acompanhamento das políticas públicas, dentre outros.

O quadro abaixo ilustra o volume de proposições apresentadas e apreciadas pelo Plenário em 2007:

Balanco de proposições – 16ª Legislatura – Ano de 2007 (Fonte: MATE - 21/12/2007)

PROPOSIÇÕES DE DELIBERAÇÃO DO PLENÁRIO

APRESENTADAS					APRECIADAS*																					
					EM TURNO ÚNICO					EM 1º TURNO					EM 2º TURNO					EM REDAÇÃO FINAL**						
C	PLC	PL	PRE	TOTAL	PEC	PLC	PL	PRE	TOTAL	PEC	PLC	PL	PRE	TOTAL	PEC	PLC	PL	PRE	TOTAL	PEC	PLC	PL	PRE	TOTAL	P	
0	0	1	0	1	-	-	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
0	0	10	8	18	-	-	0	0	0	0	0	0	2	2	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
3	27	1015	7	1087	-	-	0	0	0	2	0	18	0	20	0	0	0	0	0	0	0	26	0	26		
	7	74	-	82	-	-	0	-	0	0	0	9	-	9	0	0	0	-	0	0	0	25	-	25		

	0	1	3	4	-	-	0	0	0	-	0	0	0	0	-	0	0	0	-	0	0	1	1
	0	2	-	2	-	-	0	-	0	-	0	0	-	0	-	0	0	-	0	-	0	0	0
	1	0	-	1	-	-	0	-	0	-	0	0	-	0	-	0	0	-	0	-	0	0	0
	1	3	-	4	-	-	0	-	0	-	0	0	-	0	-	0	0	-	0	-	1	1	-
	1	0	-	1	-	-	0	-	0	-	0	0	-	0	-	0	0	-	0	-	0	0	-
9	37	1106	18	1200	0	0	0	0	0	2	0	27	2	31	0	0	0	0	0	0	1	52	1

1.

Obs.: *foi considerada somente a última ação. exemplo: um projeto aprovado em redação final não foi contado nas colunas "em 1º turno" ou "em 2º turno" ou "em turno único".

**inclui somente os projetos aprovados em redação final que ainda não foram sancionados ou vetados.

***inclui os projetos de legislaturas passadas apreciados nesta legislatura.

VETOS	
SITUAÇÃO	QUANTIDADE
Em tramitação	2
Mantido(s)	6
Rejeitado(s)	2
Rejeitado(s) parcialmente	2
TOTAL	12

De autoria parlamentar, vale destacar as seguintes proposições apresentadas em 2007:

PEC 3/2007 - Revoga o parágrafo único e acrescenta parágrafos ao art. 38 da Constituição do Estado (dispõe sobre a concessão de aposentadoria especial voluntária com proventos integrais ao servidor policial civil). EMC 77/2007;

Projeto de Lei nº 6/2007, que altera o art.17 da Lei nº 14.309, de 19 de junho de 2002, que dispõe sobre as políticas florestal e de proteção à biodiversidade no Estado (altera procedimentos a serem adotados pelo proprietário ou possuidor de imóvel rural, visando à recomposição de área de reserva legal);

Projeto de Lei nº 8/2007, que institui a política estadual de incentivo à produção e ao consumo de mandioca e derivados. Lei nº 16.741;

Projeto de Lei nº 20/2007, que altera a lei que trata do auxílio às vítimas de violência, garantindo-lhes cirurgia reparadora gratuita, mediante apresentação de boletim de ocorrência policial. Lei nº 16.835;

Projeto de Lei nº 26/2007, que obriga a exibição nas salas de cinema de filme educativo sobre a conseqüências do uso indevido de drogas. Lei 16.834;

Projeto de Lei nº 40/2007, que dispõe sobre a organização e incentivo à produção de pavimento asfáltico com a utilização de pneumáticos inservíveis;

Projeto de Lei nº 68/2007, que altera a Lei nº 15.910, de 2005, que dispõe sobre o Fundo de Recuperação e Desenvolvimento Sustentável das Bacias Hidrográficas (Fhidro). Lei nº 16.908;

Projeto de Lei nº 64/2007, que dispõe sobre a destinação de dez por cento dos imóveis populares construídos pelo governo do Estado aos portadores de deficiência;

Projeto de Lei nº 96/2007, que obriga a separação de locais de culto em penitenciárias. O projeto altera o caput do artigo 72 da Lei de

Execução Penal estadual, com o objetivo de tornar obrigatória a existência de espaço destinado à assistência religiosa aos presos. Lei nº 16.862;

Projeto de Lei nº 328/2007, que acrescenta os parágrafos 4º e 5º ao artigo 37 da Lei nº 11.404, de 25 de novembro de 1994, que contém as normas de execução penal (determina que o edital de licitação de obra ou serviço realizado pela administração pública estadual contenha a previsão de reserva de dez por cento das vagas de trabalho para presos da localidade em que se desenvolva a atividade contratada). Lei nº 16.940;

Projeto de Lei nº 426/2007, que dispõe sobre a instalação de sistema sensor e válvulas de bloqueio de gás e dá providências correlatas;

Projeto de Lei nº 566/2007, que dispõe sobre a política estadual de estímulo à construção de barragens e de desenvolvimento econômico dos Vales do Jequitinhonha e do Mucuri e do Norte de Minas;

Projeto de Lei nº 637/2007, que dispõe sobre a distribuição da parcela da receita do produto da arrecadação do ICMS pertencente aos municípios;

Projeto de Lei nº 952/2007, que dispõe sobre a Bolsa Verde, programa de identificação, catalogação e preservação de nascentes de água no Estado de Minas Gerais;

Projeto de Lei nº 970/2007, que dispõe sobre a concessão de desconto para pagamento de crédito tributário inscrito em dívida ativa, com o objetivo de estimular o apoio a programas de recuperação de dependentes químicos no Estado, e altera o art. 2º da Lei nº 12.462, de 7 de abril de 1997, que cria o Fundo Estadual de Prevenção, Fiscalização e Repressão de Entorpecentes – Funpren – e dá outras providências;

Projeto de Lei nº 1.046/2007, que dispõe sobre incentivos e benefícios para fomentar as atividades de caráter esportivo no Estado de Minas Gerais;

Projeto de Lei nº 1.116/2007, que estabelece normas para o uso alternativo do solo da mata seca.

De autoria da Mesa da Assembléia, o Projeto de Resolução nº 1887/2007 dispõe sobre as especialidades e as atribuições dos cargos de provimento efetivo da Secretaria da Assembléia Legislativa e dá outras providências.

Ressalte-se que a função legislativa atribuída aos parlamentares não se esgota na apresentação de proposições. Estende-se à discussão exaustiva dos projetos que lhes são encaminhados pelos demais titulares de competência legislativa, com vistas ao seu aperfeiçoamento. Foi o que ocorreu com o PLC nº 17/2007, do procurador-geral de Justiça, que altera dispositivos da Lei Complementar nº 34, de 12 de setembro de 1994, que dispõe sobre a organização do Ministério Público do Estado de Minas Gerais e dá outras providências (LCP 99/2007) e com os demais projetos submetidos a exame da Assembléia, em especial os projetos do governador do Estado, versando sobre matérias relativas ao desenvolvimento econômico-social de Minas, dentre os quais merecem destaque:

PLC nº 20/2007, que dispõe sobre a aposentadoria especial do policial civil. LCP 98;

PLC nº 27/2007, que institui a unidade de Gestão Previdenciária Integrada – Ugeprevi – e o Conselho Estadual de Previdência do Estado de Minas Gerais, altera a Lei Complementar 64, de 25 de março de 2002, e dá outras providências;

PL nº 29/2007, que dispõe sobre o Programa Estadual de Crédito Popular – Credpop. Lei nº 16.760;

PL nº 30/2007, que dispõe sobre a inovação tecnológica e as parcerias estratégicas entre as instituições oficiais de ensino e pesquisa e a iniciativa privada, para o desenvolvimento de tecnologias inovadoras no Estado de Minas Gerais;

PL nº 324/2007, que reajusta os valores das tabelas de vencimento básico do Estado e institui a parcela de complementação remuneratória do magistério para fins de implantação do piso remuneratório dos servidores do magistério público estadual. Lei nº 17.006;

PL nº 409/2007, que dispõe sobre a subvenção econômica ao prêmio do seguro rural. Lei nº 16.745;

PL nº 597/2007, que altera a Lei nº 16.190, de 22 de junho de 2006, que estabelece as tabelas de vencimento básico das carreiras do grupo de atividades de tributação, fiscalização e arrecadação do Poder Executivo e das carreiras de técnico fazendário de administração e finanças e de analista fazendário de administração e finanças e dá outras providências. (estabelece que os limites, a forma e as condições de atribuição da Gepi, a título de conta reserva, serão fixados em decreto. Lei nº 16.795;

PL 1070/2007, que dispõe sobre as diretrizes para a elaboração da lei orçamentária para o exercício de 2008 e dá outras providências;

PL nº 1182/2007, que acrescenta dispositivo à Lei nº 14.699, de 6 de agosto de 2003, que dispõe sobre formas de extinção e garantias de crédito tributário e dá outras providências. (dispõe sobre a priorização dos cidadãos com idade igual ou superior a 70 anos no pagamento de precatórios judiciais de natureza alimentar devidos pelo governo do Estado, observada a disponibilidade financeira do Tesouro Estadual). Lei nº 17.113;

PL nº 1269/2007, que institui normas gerais aplicáveis aos resíduos sólidos e institui a Política Estadual de Resíduos Sólidos;

PL nº 1323/2007, que dispõe sobre as penalidades aplicáveis às clínicas médicas e psicológicas credenciadas para realizar exames de aptidão física e mental e de avaliação psicológica em candidatos à permissão para dirigir veículo automotor, à renovação de carteira nacional de habilitação e à troca de categoria e dá outras providências;

PL nº 1585/2007, que altera a Lei nº 6.763, de 26 de dezembro de 1975, que consolida a legislação tributária do Estado de Minas Gerais;

Projeto de Lei nº 1807/2007, que extingue o Fundo Máquinas para o Desenvolvimento – Fundomaq;

De 2006, o PL nº 3378, que autoriza a criação de empresa subsidiária da Companhia de Saneamento de Minas Gerais – Copasa-MG – foi

apreciado pelo Plenário em 2007 e transformado na Lei nº 16693/2007.

2.1.2 – COMISSÕES

Embora muitos considerem que a atividade parlamentar se resume às discussões e votações em Plenário, é nas Comissões que as idéias são debatidas em minúcias, o contraditório se manifesta plenamente e a sociedade pode obter respostas mais rápidas e consistentes para suas inquietações.

Com a dinamização e interiorização do trabalho das Comissões, o Legislativo mineiro criou novos padrões de relação do Estado com a sociedade, e com isso a população passou a acompanhar melhor o processo legislativo e influenciar de forma mais direta nos projetos de seu interesse.

Exemplo marcante dessa nova era na Assembléia de Minas é a discussão que vem ocorrendo anualmente, em parceria com o Executivo, com autoridades municipais e segmentos da sociedade civil das diferentes regiões de Minas, sobre os projetos do Orçamento, acrescida em 2007 do PPAG. Ao possibilitar um diagnóstico da situação socioeconômica do Estado, esse processo tem contribuído para melhor aplicação dos recursos e redução das desigualdades regionais.

Ressalte-se que o envolvimento das comissões temáticas nessa discussão estendeu-se ao longo dos últimos anos, não mais se limitando às Comissões de Participação Popular e de Fiscalização Financeira.

Em 2007, as Comissões da Assembléia trataram em suas reuniões de problemas importantes, como a rebelião, incêndio e mortes na cadeia de Ponte Nova; o escândalo do leite contaminado; o aumento do preço do gás veicular; o desaparecimento de pessoas no Estado; além de outras questões substanciais para o desenvolvimento de Minas.

O quadro abaixo apresenta um demonstrativo das atividades das Comissões em 2007:

Comissões	Reuniões Especiais/ Ordinárias	Reuniões Extraordinárias	Audiências Públicas no Interior	Visitas	Convidados	Requerimentos s/nº Aprovados
Administração Pública	37	27	-	1	55	33
Assuntos Municipais e Regionalização	33	14	6	2	145	95
Constituição e Justiça	40	20	-	-	8	11
Cultura	31	8	2	-	39	22
Defesa do Consumidor e do Contribuinte	29	13	1	-	98	75
Direitos Humanos*	40	28	11	34	433	523
Educação, Ciência, Tecnologia e Informática	37	9	3	1	71	140
Ética e Decoro Parlamentar	01	-	-	-	-	-
Fiscalização Financeira e Orçamentária	36	40	1	-	86	7
Meio Ambiente e Recursos Naturais	37	8	12	1	159	131
Participação Popular	34	17	-	1	77	86

Política Agropecuária e Agroindustrial	36	17	5	-	124	78
Redação	27	16	-	-	-	-
Saúde	34	14	3	4	171	135
Segurança Pública	36	15	7	2	148	136
Trabalho, Previdência e Ação Social	32	7	-	-	65	39
Transporte, Comunicação e Obras Públicas	37	10	4	7	48	76
Turismo, Indústria, Comércio e Cooperativismo	31	11	2	2	27	13
Comissões Especiais (PECs, Estudos, Vetos)	55	36	-	-	52	3
Conjuntas	59	-	6	3	**	**
TOTAIS	702	310	63	58	1.806	1.603

*Registra-se na Comissão de Direitos Humanos, além dos 433 convidados oficiais, a presença de 411 denunciante.

** O nº de convidados presentes e o de requerimentos aprovados nas reuniões conjuntas já estão incluídos nos totais de cada comissão.

A seguir, um breve relato das atividades de cada uma das Comissões do Parlamento mineiro em 2007:

A Comissão de Administração Pública discutiu, dentre outros assuntos afetos a sua área de competência, a não-nomeação, pelo Estado, de aprovados em concursos públicos com resultados já homologados; o decreto que desapropriava imóveis de propriedade do Ipsemg em Belo Horizonte; o credenciamento de clínicas de psicologia e medicina de trânsito junto ao Detran.

Na Comissão de Assuntos Municipais e Regionalização, merecem destaque as discussões sobre: a política habitacional do Estado; a suspensão do Programa Nacional de Universalização do Acesso e Uso da Energia Elétrica - "Luz para Todos" - na maior parte do Estado; a jornada de trabalho de 30 horas semanais dos profissionais de enfermagem no Brasil e, em especial, no Estado de Minas Gerais; o aumento do aluguéis no Shopping Popular Oiapoque e a iminente rescisão unilateral dos contratos de alguns empreendedores populares.

Em Buritizeiro, a Comissão discutiu, em audiência pública, a interdição da Ponte Marechal Hermes, que liga aquele município a Pirapora; em Montes Claros, Paracatu, Araçuaí e João Pinheiro, os problemas de atraso na implementação do Programa "Luz para Todos"; em Barbacena, o convênio de cooperação celebrado entre a prefeitura daquele município e a Copasa.

A Comissão de Constituição e Justiça, cumprindo previsões regimentais, examinou, sob o ponto de vista da legalidade, da juridicidade e da constitucionalidade, centenas de proposições e promoveu debate sobre a Lei Complementar Federal nº 123, de 14 de dezembro de 2006, que instituiu o Estatuto Nacional da Microempresa e da Empresa de Pequeno Porte.

A alteração na forma de cobrança do serviço de telefonia fixa, do sistema de pulsos para o de minutos; as denúncias de eventual formação de cartel por parte dos revendedores de combustível em Belo Horizonte; a instalação de hidrômetros individuais em unidades de condomínio; a não-implementação do parcelamento de multas de trânsito, conforme previsto em lei; o valor cobrado pela Caixa Econômica Federal para perícia e avaliação de imóveis; e o contrato do Estado com o Banco do Brasil para abertura de conta de servidores foram algumas das matérias examinadas pela Comissão de Defesa do Consumidor e do Contribuinte.

Em audiências públicas, foram discutidos os critérios de escolha e credenciamento de clínicas especializadas em exames médicos e aplicação de testes psicológicos para obtenção ou renovação da Carteira Nacional de Habilitação; o aumento excessivo do preço do leite longa vida e de seus derivados; a elevação no preço do cimento; a proposta do Tribunal de Justiça sobre a obrigatoriedade de registro em cartório dos contratos de financiamento de veículos; as denúncias de adulteração do leite comercializado no Estado, em especial nos Municípios de Uberaba e Passos; a possível elevação do preço do gás veicular; a venda casada de cartões de crédito por empresas prestadoras de serviços.

A Comissão de Direitos Humanos, cumprindo suas atribuições regimentais, dedicou-se à defesa dos direitos individuais e coletivos e dos direitos das minorias, além da divulgação e promoção desses direitos, por intermédio de audiências públicas, atos públicos e visitas a locais em que esses direitos se viam ameaçados. Em suas reuniões, na Capital e no interior do Estado, buscou esclarecimentos para a violência crescente e o assassinato de diversas pessoas; averiguou denúncias do aumento substancial do número de mutilados e mortos em acidentes de trabalho na área da construção civil em Minas e possíveis fraudes em exames de DNA que teriam sido expedidos pela Universidade Federal de Viçosa; discutiu os problemas enfrentados por famílias e comunidades carentes e o acirramento dos conflitos agrários em várias regiões do Estado.

Em parceria com o governo do Estado, a Comissão promoveu, em comemoração aos 59 anos da Declaração Universal dos Direitos Humanos, debate público, que contou com a presença de autoridades e representantes da sociedade civil que atuam junto a movimentos sociais, além de especialistas do Brasil e do exterior.

Em visitas realizadas a delegacias e cadeias públicas de vários municípios, os membros da Comissão tiveram oportunidade de conhecer de perto as condições de vida dos presos. Em Ponte Nova, juntamente com membros da Comissão de Segurança Pública, participaram da investigação sobre as causas do incêndio que culminou com a morte de 25 presos na cadeia daquela cidade.

Os trabalhos da Comissão de Educação, Cultura, Ciência, Tecnologia e Informática concentraram-se, em especial, no debate sobre o Projeto de Lei nº 219/2007, que dispõe sobre a obrigatoriedade de implantação do acesso à internet para os alunos das escolas da rede estadual; na discussão da situação dos trabalhadores demitidos pela Fundação Mineira de Educação e Cultura – Fumec – e dos docentes da Uemg. Denúncias sobre irregularidades no Programa Brasil Alfabetizado foram também objeto de debates na Comissão.

Os membros da Comissão foram a São João das Missões, para conhecer as escolas indígenas do município, e a Januária, para verificar a situação das escolas da região.

Além de examinar a repercussão financeira de grande número de projetos, a Comissão de Fiscalização Financeira e Orçamentária, juntamente com a Comissão de Participação Popular, realizou audiências públicas em cidades-pólo de várias regiões do Estado, para discutir os projetos do Orçamento e do PPAG com autoridades municipais e segmentos organizados da sociedade civil, visando colher sugestões para aplicação dos recursos do Estado. Com essa iniciativa, a Assembléia de Minas, em parceria com o Executivo, visa fortalecer o poder do cidadão e fazer com que o orçamento do Estado atenda ao máximo às necessidades regionais.

Os problemas enfrentados pelos municípios mineiros que aderiram ao Programa Máquinas para o Desenvolvimento – Fundomac – e que estão impedidos de firmar convênios com outros entes federativos e o projeto de construção do Centro Administrativo do Estado foram outros temas de reuniões da Comissão, que levou ainda à cidade de Prata o debate sobre o Projeto de Lei nº 637/2007, do Deputado Dinis Pinheiro, que dispõe sobre a distribuição da parcela do ICMS pertencente aos municípios.

Nas reuniões da Comissão de Meio Ambiente e Recursos Naturais, destacam-se, além do exame das proposições afetas a sua área de competência, a discussão sobre as conseqüências ambientais, econômicas e sociais do rompimento da barragem da Mineradora Rio Pomba-Cataguases, em Mirai; a situação das empresas e empregados das mineradoras, beneficiadoras e comercializadoras de quartzito do Sul do Estado, diante da possibilidade de interrupção de suas atividades; os impactos socioambientais do projeto da MMX Mineração e Metálicos S/A para a construção do Mineroduto Minas-Rio; as propostas apresentadas na reunião da Câmara da Indústria Mineral da Fiemg para solucionar os problemas causados pelo transporte de minério de ferro na BR-040, no trecho entre o Belvedere e Conselheiro Lafaiete; a execução dos programas e a área de atuação da Companhia de Desenvolvimento dos Vales do São Francisco e Parnaíba – Codevasf – no Estado; os estudos técnicos de identificação da localização, dimensão e limites da Serra do Ouro Branco e a criação do Parque Estadual da Serra do Ouro Branco; problemas relacionados com o meio ambiente em diversas regiões Minas e a atuação dos órgãos ambientais nessas regiões; e a incorporação da Serra da Calçada ao Parque Estadual do Rola-Moça.

Debate público sobre a perda de renda do produtor rural na atual fase de crescimento do agronegócio mineiro e brasileiro foi uma das realizações importantes da Comissão de Política Agropecuária e Agroindustrial, que discutiu ainda: o abate ilegal de bovinos; o Projeto de Lei nº 409/2007, do governador do Estado, que dispõe sobre a subvenção econômica ao prêmio do seguro rural; a nova demarcação do Parque Nacional da Serra da Canastra; a importância do cooperativismo e do associativismo como instrumentos para conter a perda de renda dos agricultores familiares do Estado; as estratégias e políticas públicas para produção de álcool combustível em microdestilarias.

No interior do Estado, a Comissão promoveu discussão sobre: os impactos ambientais provocados pelo avanço da monocultura do eucalipto na região de Minas Novas; as conseqüências da provável construção de barragens nos Rios das Velhas e Paraúna sobre as atividades econômicas dos pequenos produtores rurais da região de Curvelo, dentre outros assuntos.

A Comissão de Redação emitiu em 2007 parecer de redação final sobre centenas de proposições.

A realidade e as perspectivas da saúde no Brasil e a relação do Ministério da Saúde com Minas Gerais; a saúde da mulher, sobretudo o combate e a prevenção do câncer de mama e do colo do útero; o controle de doenças, como a dengue e o diabetes infantil; o processo de contratualização na área da saúde e a grave situação financeira dos hospitais filantrópicos e privados de Minas Gerais; a situação do SUS no Estado; os prejuízos à saúde causados pelo tabagismo; o Ipsemg, seus planos de expansão, dificuldades e avanços nos últimos anos; e, de modo especial, o credenciamento e fechamento de agências do Sul de Minas e a descriminalização do aborto no Brasil foram alguns dos temas tratados pela Comissão de Saúde.

Também foram realizadas pela Comissão audiências públicas com o objetivo de discutir os problemas na área da saúde enfrentados pela população de diversas cidades do Estado e de apurar denúncia de que medicamentos de tratamento de câncer importados de países vizinhos, ineficazes ou prejudiciais à saúde, estariam sendo usados nas unidades da Fhemig, no Hospital do Ipsemg e nas unidades de Oncologia do Sistema Único de Saúde em Minas Gerais.

Em visita à Cooperativa dos Produtores de Leite do Vale do Rio Grande – Coopervale –, em Uberaba, e à Cooperativa Agropecuária do Sudeste Mineiro – Casmil –, em Passos, a Comissão investigou a adulteração do leite longa vida, conforme denúncias veiculadas na mídia.

Nas reuniões da Comissão do Trabalho, da Previdência e da Ação Social, entre os assuntos debatidos, destacaram-se: o impacto econômico e as conseqüências para a saúde dos trabalhadores da implantação do turno fixo pela empresa Acesita; a desigualdade entre mulheres e homens no mercado de trabalho; o Projeto de Lei nº 29/2007, de autoria do governador do Estado, que dispõe sobre o Programa Estadual de Crédito Popular – Credpop; a situação da Defensoria Pública Estadual; o trabalho voluntário no Estado e as formas de promovê-lo; o intenso fluxo de trabalhadores brasileiros para o exterior, em busca de oportunidades de trabalho, suas causas e conseqüências, em especial para a região do Vale do Rio Doce, e a adoção de medidas para minimizar os efeitos da emigração.

A grave situação das rodovias mineiras e as ações necessárias para sua recuperação; a construção do novo terminal rodoviário de Belo Horizonte, no Bairro Calafate; o projeto do Rodoanel, a ser implementado na Região Metropolitana de Belo Horizonte; o aumento do risco de acidentes, devido ao depósito de resíduos de minério transportado por caminhões no trecho entre os trevos de Belo Vale e Congonhas, na BR-040; a democratização dos meios de comunicação no Brasil; o serviço de transporte rodoviário intermunicipal fretado de passageiros, em face de recentes decretos editados pelo Poder Executivo estadual; a concessão e a instalação de pedágios na Rodovia Fernão Dias e a proposta de revitalização e modernização do Mineirão, tendo em vista que esse estádio será uma das sedes dos jogos da Copa do Mundo de 2014 foram temas de debate na Comissão de Transporte, Comunicação e Obras Públicas.

A Comissão de Turismo, Indústria, Comércio e Cooperativismo tratou, dentre outros assuntos, da regulamentação do funcionamento do comércio aos domingos e feriados em Belo Horizonte; das políticas públicas de desenvolvimento do turismo no Estado; do projeto de expansão

do Parque Siderúrgico da Usiminas e seus impactos na Região Metropolitana do Vale do Aço; do papel da mídia na divulgação e fortalecimento do turismo no Estado de Minas Gerais; da legalização plena das atividades dos pequenos empreendedores nos shoppings populares e dos resultados dos trabalhos realizados pelo Fórum Estadual de Turismo.

No interior do Estado, a Comissão discutiu, em Uberaba, a viabilização do Projeto Uberaba Terra dos Dinossauros, Turismo e Sustentabilidade Socioambiental e, em Ipatinga, o incentivo ao turismo regional como instrumento gerador de emprego, renda e desenvolvimento sustentável.

As questões relativas à segurança pública no Estado, especialmente as medidas propostas no "Pacote Antiviolação" do governo federal e as metas da administração penitenciária em relação à implantação de unidades prisionais, com especial enfoque para o uso de celulares nos presídios; a expansão do serviço de recolhimento de valores por carros-fortes nas casas lotéricas; a segurança pública e o aumento da violência e criminalidade em diversos municípios mineiros; o furto e o roubo de veículos, a participação de receptadores e quadrilhas especializadas em desmonte de veículos e revenda de peças no Estado, e o Projeto de Lei nº 429/2007, que disciplina o funcionamento de estabelecimentos comerciais de desmonte de veículos automotores; a adoção de ações preventivas com vistas a coibir fugas, rebeliões e entrada de objetos nas carceragens de delegacias, cadeias públicas, penitenciárias e centros de remanejamento do Estado; as formas de prevenção e combate à violência nos estádios de futebol; e a aplicabilidade da Lei Estadual nº 16.301, que disciplina a criação de cães de raças, foram algumas das principais questões tratadas nas reuniões da Comissão de Segurança Pública.

A Comissão de Participação Popular realizou, mais uma vez, importante trabalho na discussão do Orçamento e do PPAG, ouvindo e incorporando sugestões de entidades organizadas da sociedade civil para a implantação e aperfeiçoamento das políticas públicas (122 propostas de ação legislativa foram transformadas em emendas ao PPAG e 45 ao projeto do Orçamento). Além disso, a Comissão promoveu a instalação da Frente Parlamentar de Defesa dos Direitos da Criança e do Adolescente; audiências públicas para discussão das políticas públicas de combate à violência, abuso e exploração sexual de crianças e adolescentes no Estado; e o trabalho infantil no Estado

Nas reuniões da Comissão de Cultura, foram tratados assuntos como o Projeto de Lei nº 59/2007, do Deputado Weliton Prado, que institui a cobrança de meia-entrada em estabelecimentos culturais, de lazer e esportivos no Estado; os programas e iniciativas existentes no Ministério de Cultura, bem como na Fundação Municipal de Cultura, que visem ao fomento e incentivo às atividades culturais nos municípios mineiros; e as iniciativas na área cultural desenvolvidas pelas universidades mineiras.

Em audiência pública, a Comissão promoveu a discussão do Projeto de Lei nº 1.022/2007, que propõe alterações na Lei nº 12.733, de 30 de dezembro de 1997, que dispõe sobre a concessão de incentivos fiscais com o objetivo de estimular a realização de projetos culturais no Estado.

Assuntos importantes e de interesse comum, como as dificuldades de implantação da Lei nº 11.340, de 7 de agosto de 2006 (Lei Maria da Penha); o desaparecimento de crianças e adolescentes no Estado; a maioria penal na legislação brasileira; a comercialização de placas de táxis em Belo Horizonte e Região Metropolitana; a elaboração e implementação de uma política estadual voltada para o gerenciamento da coleta, tratamento e disposição final dos resíduos sólidos de origem domiciliar, industrial e hospitalar no Estado; e a transferência de parte do tráfego aéreo do Aeroporto de Congonhas, em São Paulo, para o Aeroporto Internacional Tancredo Neves (Confins) foram discutidos conjuntamente por algumas comissões.

Além das comissões permanentes, das de representação e das constituídas com o objetivo de emitir parecer sobre proposições e sobre a indicação dos titulares dos cargos previstos na Constituição do Estado, funcionaram, na sessão legislativa de 2007, as seguintes comissões:

Comissão Especial para o Estudo da Atenção à Pessoa com Transtorno Mental, Deficiência Mental ou Autismo. Com atividades no período de 19/04/2007 a 11/07/2007, ela foi criada com o objetivo de discutir políticas públicas voltadas para o atendimento às necessidades especiais dos deficientes mentais e dos autistas, em especial nas áreas educacional e de saúde. Essa Comissão discutiu, com convidados e especialistas, temas como a estruturação da rede de assistência à pessoa portadora de deficiência física, mental ou com autismo e o fortalecimento das instituições que atuam nessa área; e sugeriu, em seu relatório final, a realização de cadastro ou censo para levantar dados sobre as pessoas portadoras de deficiências mentais e/ou autistas; e a realização, pela Secretaria de Estado da Fazenda, de treinamento específico para os médicos da rede pública de saúde, a fim de capacitá-los para o diagnóstico precoce desse tipo de deficiência.

Comissão Interestadual Parlamentar de Estudos para o Desenvolvimento Sustentável da Bacia Hidrográfica do Rio Doce – Cipe Rio Doce. Essa Comissão reuniu-se para discutir os estudos e propostas que vêm sendo desenvolvidas pelo Grupo de Estudos da Integração da Bacia do Rio Doce, com a presença de deputados das Assembléias Legislativas de Minas e do Espírito Santo. Em encontro realizado em Governador Valadares, foi discutida a contratação de empresa para elaboração do plano integrado de recursos hídricos da bacia.

3 – ATIVIDADES DE INTERLOCUÇÃO COM A SOCIEDADE

Planejamento e participação

A compreensão de que as ações de planejamento são fundamentais para o Estado e o fortalecimento da participação popular nos trabalhos legislativos contribuíram para que a Assembléia de Minas estabelecesse, durante o ano de 2007, parcerias com os governos estadual e federal para viabilizar iniciativas voltadas para essas duas áreas de atuação política.

O primeiro evento realizado pela Casa nesse campo foi o ciclo de debates "Plano Mineiro de Desenvolvimento Integrado – Estratégia de Desenvolvimento", no dia 26 de junho, em seu Plenário, em parceria com a Secretaria de Estado de Planejamento e Gestão.

A motivação concreta do ciclo de debates foi a tramitação, na Assembléia, do Plano Mineiro de Desenvolvimento Integrado (PMDI), que estabelece ações estratégicas de planejamento, de médio e longo prazo, para o período 2007/2023, envolvendo o governo, a iniciativa privada e organizações da sociedade civil, com vistas à promoção do desenvolvimento econômico, à melhoria dos indicadores sociais e à redução das desigualdades regionais do Estado.

O evento teve como objetivos específicos: apresentar o Plano Mineiro de Desenvolvimento Integrado; apresentar algumas áreas de resultado do PMDI; e promover reflexões sobre avaliação de políticas públicas. Frisou-se, durante os trabalhos, a importância das metas e diretrizes do PMDI para orientar a discussão das ações de planejamento de médio e curto prazo contidas no Plano Plurianual de Ação Governamental (PPAG), na Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) e na Lei Orçamentária Anual (LOA).

No dia 27 de setembro, a Assembléia foi palco do Seminário Região Sudeste, promovido pela Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização do Congresso Nacional, destinado a discutir o Plano Plurianual para o período de 2008/2011 e a Proposta Orçamentária da União para 2008.

Estiveram presentes o senador José Maranhão, presidente da referida comissão; o deputado federal Cláudio Vignatti, membro da comissão e relator do projeto de lei do Plano Plurianual para o período 2008/2011; e o deputado federal José Pimentel, membro da comissão e relator-

geral da Proposta Orçamentária para 2008.

Os participantes do seminário puderam apresentar sugestões de emendas à Proposta Orçamentária e ao projeto de lei do Plano Plurianual, para serem encaminhadas aos parlamentares coordenadores de bancadas estaduais e às comissões técnicas do Senado e da Câmara, para análise e possível aproveitamento nos citados textos legais.

Nos dias 6, 7 e 8 de novembro, a Assembléia realizou a audiência pública "Plano Plurianual de Ação Governamental – PPAG 2008/2011", com os seguintes objetivos: discutir a proposta do PPAG 2008/2011; avaliar a execução do PPAG 2004/2007; sugerir alterações e apresentar novas propostas.

O evento foi precedido de uma etapa de interiorização, com audiências públicas nas cidades de Araguaí, Frutal e Juiz de Fora. Nesses encontros regionais e na etapa final, em Belo Horizonte, foram feitas exposições sobre o Projetos Estruturadores (pelos quais o governo diz quanto e como pretende investir em cada região e em cada setor da vida do Estado), para que os participantes tivessem uma visão geral do PPAG.

Tais exposições constituíram o ponto de partida para as atividades dos grupos de trabalho das audiências públicas, nos quais se discutiram e se apresentaram propostas sobre os seguintes temas: Desenvolvimento do Norte de Minas, Jequitinhonha, Mucuri e Rio Doce; Redução da Pobreza e Inclusão Produtiva; Rede de Cidades e Serviços; Logística de Integração e Desenvolvimento; Protagonismo Juvenil; Defesa Social; Vida Saudável; Investimento e Valor Agregado da Produção; Educação de Qualidade; Inovação, Tecnologia e Qualidade; e Qualidade Ambiental.

No decorrer das audiências públicas, foram apresentadas mais de 500 proposições, encaminhadas à Comissão de Participação Popular e à Comissão de Fiscalização Financeira e Orçamentária da Assembléia, para serem analisadas e, se acatadas, transformadas em emendas à proposta do PPAG 2008/2011.

Atenção com o meio ambiente

Como nos anos anteriores, as questões ligadas ao meio ambiente tiveram atenção especial por parte da Assembléia Legislativa, em razão da importância que adquiriram nos últimos tempos, no Brasil e em todo o mundo, e dos problemas específicos de Minas Gerais, sempre presentes nos trabalhos da comissão permanente da Casa voltada para o setor.

O primeiro dos eventos promovidos pela Assembléia em 2007 na área ambiental foi o ciclo de debates "As Novas Diretrizes do Saneamento Básico", nos dias 6 e 7 de março. O foco principal das discussões foi o Projeto de Lei 3.374/06, tramitando então na Casa em regime de urgência, a pedido do governador do Estado.

O projeto, com as alterações feitas nas comissões que o analisaram, autorizava a Copasa a criar uma subsidiária para operar os serviços públicos de água e esgoto em municípios dos Vales do Jequitinhonha, Mucuri, São Mateus e no Norte de Minas, e em outros municípios do Estado com baixo Índice de Desenvolvimento Humano; e outra subsidiária para atuar no fornecimento de água para irrigação no Projeto Jaíba.

As dúvidas e os questionamentos a respeito do assunto tinham levado a Assembléia a realizar, em 2006, por meio das Comissões de Administração Pública e de Meio Ambiente e Recursos Naturais, audiências públicas nas cidades de Araguaí e Teófilo Otoni, para que fosse discutido abertamente com as comunidades.

O ciclo de debates colocou também em pauta a legislação estadual diante das novas diretrizes nacionais para o setor, contidas na Lei Federal nº 11.445, sancionada em 5 de janeiro de 2007.

Nos dias 21 a 23 de março, a Assembléia promoveu, em parceria com a Secretaria de Estado de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável e outros órgãos governamentais e da sociedade civil, o "VI Fórum das Águas para o Desenvolvimento Sustentável de Minas Gerais", como parte das atividades alusivas ao Dia Mundial da Água, comemorado em 22 de março.

O evento teve os seguintes objetivos: debater como a preservação e o uso das águas devem ser compatibilizados com seu valor biológico, com as atividades sociais e econômicas e com as políticas públicas, tendo como objetivo comum a qualidade de vida; acentuar a importância da educação ambiental, formal e não-formal, como requisito indispensável para o sucesso da política estadual de recursos hídricos; estimular a participação da sociedade na gestão das águas, fundamental para a implementação das políticas públicas voltadas para a preservação e o uso racional dos recursos hídricos; ressaltar a necessidade de conhecer as condições naturais de produção da água, as demandas dos usuários e os programas voltados para o setor, para viabilizar um sistema de informações de recursos hídricos e disponibilizá-lo para a sociedade; discutir as ações referentes à gestão participativa e descentralizada das águas, visando ao desenvolvimento sustentável das bacias hidrográficas; avaliar a efetividade dos instrumentos de gestão das águas.

Destacaram-se, durante o fórum, a escassez e a distribuição irregular dos recursos hídricos; a acentuada carência de água em algumas regiões do Estado, principalmente no Norte de Minas e nos Vales do Jequitinhonha e Mucuri; o descuido com a natureza e com a preservação dos mananciais hídricos.

Lembrou-se também que Minas Gerais tem uma legislação das mais avançadas e um sistema de gerenciamento das águas dos mais modernos do mundo, mas que ainda falta muito para colocá-los em prática, o que demandaria recursos humanos e financeiros; um bom entendimento entre os órgãos governamentais envolvidos; ações de educação ambiental; e um esforço conjunto, envolvendo todos os setores da sociedade.

Nos dias 21 e 22 de novembro, a Assembléia realizou o ciclo de debates "O Rio São Francisco e o Desenvolvimento Sustentável do Semi-Árido", com os objetivos de apresentar a situação dessa região brasileira; apresentar e discutir ações e alternativas para seu desenvolvimento sustentável; apresentar e discutir ações de revitalização da bacia do Rio São Francisco.

Durante o evento, foi ressaltada a importância histórica, econômica e cultural que o Rio São Francisco tem para o Minas Gerais, com influência direta em 242 municípios situados em sua bacia hidrográfica, e também para o Brasil, percorrendo cinco Estados e influenciando a vida de cerca de 15 milhões de pessoas, em aproximadamente 500 municípios.

Ao final do evento, os participantes aprovaram um documento no qual se propõe um pacto, envolvendo os poderes públicos, o setor empresarial, as instituições da sociedade civil e a população de modo geral, com vistas à revitalização do Rio São Francisco, como ação prioritária, antes de qualquer outra, como a transposição, que interfira em sua bacia hidrográfica e na vida das populações envolvidas.

Nos meses de outubro e novembro, a Assembléia promoveu também várias reuniões preparatórias, com representantes de órgãos governamentais e de entidades da sociedade civil, visando à realização de um ciclo de debates sobre licenciamento ambiental e de um

seminário legislativo sobre mineração.

Problemas urbanos

Outra área em que a Assembléia Legislativa esteve bastante presente em 2007, dentro das atividades institucionais de interlocução com a sociedade, foi a da discussão dos problemas urbanos.

Nos dias 20 e 21 de agosto, a Casa realizou, em parceria com a Secretaria de Estado de Desenvolvimento Regional e Política Urbana, a "1ª Conferência Metropolitana da Região Metropolitana de Belo Horizonte", que se desenvolveu por meio de Encontros Temáticos, destinados a promover uma reflexão sobre funções públicas de interesse comum na RMBH.

Esses encontros abordaram os seguintes assuntos: Desenvolvimento Econômico e Social (incluindo o conceito de cidade aeroportuária, os circuitos turísticos na RMBH e a inclusão produtiva); Política Urbana (incluindo transporte intermunicipal, sistema viário de âmbito metropolitano, uso do solo metropolitano e habitação); e Gestão Ambiental (incluindo o Sistema Estadual de Meio Ambiente, a revitalização do Rio das Velhas, as unidades de conservação, o zoneamento econômico e ecológico, o saneamento ambiental e o tratamento dos resíduos sólidos da RMBH).

A conferência teve como atividades de destaque: proclamação e instalação da Assembléia Metropolitana; eleição dos representantes da sociedade civil para o Conselho Deliberativo de Desenvolvimento Metropolitano; eleição dos representantes dos municípios para o Conselho Deliberativo de Desenvolvimento Metropolitano; posse do Conselho Deliberativo de Desenvolvimento Metropolitano; assinatura do decreto de regulamentação do Fundo Metropolitano; entrega do projeto de lei de criação da Agência Metropolitana; e lançamento da Frente Parlamentar Mineira em prol da RMBH.

Também em parceria com a Secretaria de Estado de Desenvolvimento Regional e Política Urbana, a Assembléia participou, nos dias 17 a 19 de setembro, da "3ª Conferência das Cidades de Minas Gerais", que teve estes objetivos: propor a interlocução entre autoridades e gestores públicos dos três entes federados com os diversos segmentos da sociedade sobre assuntos relacionados à Política Nacional de Desenvolvimento Urbano; sensibilizar e mobilizar a sociedade para o estabelecimento de agendas, metas e planos de ação para enfrentar os problemas existentes nas cidades mineiras; garantir a participação popular de diversos segmentos da sociedade, considerando as diferenças de sexo, idade, raça e etnia, na formulação de proposições e realização de avaliações sobre as formas de execução da Política Nacional de Desenvolvimento Urbano.

As exposições e debates da conferência centraram-se nos seguintes temas: Os municípios e a obrigatoriedade de implantação de Planos Diretores; A política de desenvolvimento urbano e as intervenções nas cidades; A capacidade e forma de gestão das cidades; As intervenções urbanas e a integração de políticas; As intervenções urbanas e o controle social; As intervenções urbanas e os recursos; Capacidade administrativa e de planejamento e estrutura institucional; Receitas municipais e ampliação de receitas próprias.

Ao final do evento, os participantes aprovaram um documento de propostas para serem encaminhadas à "3ª Conferência Nacional das Cidades", realizada posteriormente em Brasília, e elegeram os delegados que iriam representar o Estado naquela conferência e os membros do Conselho Estadual de Desenvolvimento Regional e Política Urbana.

Nos dias 12 e 13 de novembro, a Assembléia participou, em Ipatinga, da "1ª Conferência Metropolitana do Vale do Aço", novamente em parceria com a Secretaria de Estado de Desenvolvimento Regional e Política Urbana.

O assunto em pauta haviam sido debatido diversas vezes na Casa, por iniciativa de deputados ligados à região, propondo-se um arranjo institucional apropriado para os municípios de Ipatinga, Coronel Fabriciano, Timóteo e Santana do Paraíso, que formam a Região Metropolitana, e as 22 cidades de seu raio de influência, que formam o Colar Metropolitano do Vale do Aço.

A conferência teve como principais atividades: proclamação e instalação da Assembléia Metropolitana; eleição dos representantes da sociedade civil para o Conselho Deliberativo de Desenvolvimento Metropolitano; posse do Conselho Deliberativo de Desenvolvimento Metropolitano; entrega do projeto de lei de criação da Agência Metropolitana.

Políticas para as mulheres

As reivindicações e as questões específicas das mulheres têm sido tratadas com destaque, nos últimos anos, pela Assembléia Legislativa, diante das demandas que chegam à Casa e do reconhecimento de que as conquistas alcançadas pela população feminina ainda estão muito aquém do papel que ela exerce na sociedade brasileira.

Dois eventos marcaram a atuação do Legislativo nesse campo em 2007. O primeiro deles foi o ciclo de debates "A Participação da Mulher nos Espaços de Poder", no dia 14 de março, atendendo a requerimento das deputadas que cumprem seu mandato na Casa.

Destacou-se, durante o evento, que, apesar de terem garantida em lei a igualdade de direitos, de serem maioria no eleitorado, nas universidades e em muitas áreas de trabalho, as mulheres ainda estão longe, no Brasil, de ter a devida correspondência quando se trata de ocupar cargos e funções de relevância.

No mesmo dia, a Assembléia realizou uma reunião especial em homenagem às mulheres, dentro das comemorações do Dia Internacional da Mulher.

Em parceria com a Secretaria de Estado de Desenvolvimento Social, a Coordenadoria Especial de Políticas para as Mulheres do Estado de Minas Gerais e o Conselho Estadual da Mulher, a Assembléia participou, nos dias 9 e 10 de julho, da "II Conferência Estadual de Políticas para as Mulheres".

O evento teve como objetivos: avaliar a implementação do Plano Estadual e do Plano Nacional de Políticas para as Mulheres e apresentar propostas de alteração dos mesmos; analisar a participação da mulher nos espaços de poder e elaborar sugestões para ampliar essa participação; apresentar propostas para a II Conferência Nacional de Políticas para as Mulheres, realizada posteriormente em Brasília; e eleger a delegação do Estado para aquela conferência.

As exposições e debates do evento desenvolveram-se em torno dos seguintes temas: Avaliação das ações e políticas públicas desenvolvidas para as mulheres; A participação da mulher nos espaços de poder; Autonomia, igualdade no mundo do trabalho e cidadania; Educação inclusiva e não sexista; Saúde das mulheres, direitos sexuais e direitos reprodutivos; Enfrentamento da violência contra as mulheres; Mulher e poder:

participação social e política.

Alimentação escolar

Nos dias 18 e 19 de outubro, a Assembléia promoveu o ciclo de debates "Alimentação Escolar como Estratégia de Segurança Alimentar e Nutricional", como o objetivo geral de levar aos membros dos Conselhos de Alimentação Escolar, dos Colegiados Escolares e a todos os envolvidos com a questão da alimentação e nutrição e da segurança alimentar e nutricional informações sobre a gestão, execução e fiscalização do Plano Nacional de Alimentação Escolar (PNAE) em Minas Gerais.

O evento foi também norteado pelos seguintes objetivos específicos: trocar experiências relevantes de gestão do PNAE; discutir formas de monitoramento do PNAE no Estado; discutir mecanismos de interação entre o Conselho Estadual de Alimentação Escolar, os Conselhos Municipais de Alimentação Escolar e os Colegiados Escolares; estabelecer mecanismos de promoção do direito humano à alimentação saudável no ambiente escolar; enfatizar a alimentação escolar como programa estratégico para a segurança alimentar e nutricional dos escolares do Estado; identificar responsabilidades e competências dos órgãos governamentais e órgãos de fiscalização, com vistas a aprimorar a execução do PNAE no Estado, em atendimento aos preceitos técnicos e legais vigentes.

Lembrou-se, durante o evento, que a sociedade brasileira está diante de sérios problemas relacionados à alimentação, como o excesso no consumo de alimentos e a ingestão de produtos prejudiciais ao organismo; que a escola é um espaço importante na prevenção de tais problemas, aliando a função de transmitir conhecimentos à formação de hábitos saudáveis das crianças e adolescentes; e que o público escolar pode também transformar-se em multiplicador das informações que dizem respeito à alimentação, principalmente no ambiente familiar.

Distribuição do ICMS

Com o objetivo de colher subsídios para discussão do Projeto de Lei nº 637/2007, em tramitação na Casa, a Assembléia promoveu, durante os meses de agosto e setembro, em cidades-pólo de todas as regiões de planejamento do Estado e em Belo Horizonte, o fórum técnico "ICMS Solidário".

O Projeto de Lei nº 637/2007 introduz alterações na Lei 13.803, de 2000, conhecida como Lei Robin Hood, agrupando os critérios existentes de distribuição do ICMS em Critérios Econômicos, Critérios Sociais Solidários e Critérios de Compensação Solidária e beneficiando, por meio de filtros, os municípios que estejam em situação desfavorável em relação à média do Estado.

Mantém-se, com referência à legislação existente, a intenção de descentralizar os recursos do ICMS; de estimular o aumento da arrecadação própria municipal e a correspondente eficiência em sua aplicação; de incentivar a implementação de determinadas políticas públicas; e de estabelecer uma parceria entre Estado e municípios, tendo como objetivo principal a melhoria da qualidade de vida da população.

O projeto é fruto do trabalho realizado na Casa, em 2001, por uma comissão especial encarregada de analisar a Lei Robin Hood. Depois de ouvir diversas autoridades e técnicos especialistas na matéria, a comissão concluiu ser necessário promover um avanço na distribuição dos recursos do ICMS, como forma de atenuar as desigualdades regionais e socioeconômicas existentes entre os municípios mineiros.

Os encontros regionais do fórum técnico – realizados nas cidades de Montes Claros, Diamantina, Teófilo Ottoni, Governador Valadares, Manhuaçu, Conselheiro Lafaiete, Juiz de Fora, Varginha, Uberlândia, Patos de Minas, Unaí e Divinópolis, contaram com representantes de 382 municípios, dentre os quais 235 prefeitos, e resultaram na apresentação de 102 propostas para aprimoramento do projeto de lei.

4 – MESA DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA

A Mesa da Assembléia Legislativa, no exercício das competências que lhe são atribuídas pelo Regimento Interno, implementou ao longo de 2007 ações importantes para a consecução do objetivo de realizar a missão da instituição em grau elevado de eficiência, eficácia e produtividade.

Com a consolidação do sistema de gerenciamento das despesas operacionais pautado nos critérios da eficiência e da economicidade, a Assembléia Legislativa tem conseguido obter o máximo de rendimentos com o menor custo possível, otimizando a utilização de seus recursos financeiros. São exemplos: a renegociação relativa ao contrato de manutenção dos elevadores, com alterações que possibilitaram a diminuição do custo mensal de R\$ 8.200,00 (oito mil e duzentos reais) para R\$ 3.400,00 (três mil e quatrocentos reais); a contratação de outra empresa para segurar os veículos de propriedade da Assembléia, que propiciou, com relação ao contrato anterior, redução de 53,93% no valor do custo; e a negociação com as empresas de telefonia para fins de melhorar os custos relativos a essa prestação de serviços, o que resultou na renovação do contrato estabelecido com a Telemig Celular em melhores condições de preço e com a ampliação do objeto. Além disso, vários contratos foram renovados sem a incidência dos reajustes previstos.

Na área do processo licitatório, registre-se a edição da Deliberação da Mesa nº 2.396, que implementa o Sistema de Registro de Preços na Assembléia Legislativa, permitindo a contratação de serviços e aquisição de bens por meio de adesão a uma ata de registro de preços de outros órgãos da administração pública estadual ou federal. Com a nova modalidade, os processos licitatórios tornam-se mais ágeis e econômicos, tendo em vista que a Assembléia passa a utilizar licitações já concluídas por outros órgãos.

Outra ação de destaque no âmbito das licitações foi a formalização do termo de adesão da Assembléia com a Seplag/Prodemge, para fins de acesso e utilização da rede de fornecedores cadastrados e habilitados a contratar com a Administração Pública, o que permitirá à Assembléia efetuar aquisições e contratações, até o valor da dispensa de licitação, por meio do Sistema de Cotação Eletrônica de Preços, de forma mais ágil, econômica, transparente e uniforme.

Atenta às novidades tecnológicas, a Assembléia está sempre inovando no que diz respeito à utilização de recursos na área de informática, num esforço para assegurar serviços mais modernos e de forma mais racional, econômica e produtiva. Em 2007, por exemplo, foi concluída a implantação do software livre e gratuito BrOffice nos computadores da Casa e teve início a substituição dos sistemas de correio eletrônico e rede, também com a utilização de softwares livres e gratuitos; foi criado para a Taquigrafia um sistema para a gravação digital de áudio das reuniões de Plenário e Comissões, dispensando a aquisição de produto equivalente, de custo elevado; e teve início a transmissão ao vivo da TV Assembléia pela internet e pela rede interna de computadores, ampliando-se o acesso dos cidadãos às atividades do Legislativo. Cabe mencionar ainda o aperfeiçoamento do Siafi/Assembléia com o desenvolvimento e a implantação do módulo "Bloqueio Orçamentário", ferramenta importante para otimizar a gestão orçamentária, bem como para obter maior controle na criação de novas despesas e mais efetividade nas informações contidas nos relatórios de impacto financeiro-orçamentário.

A busca de um modelo mais racional e que atenda aos propósitos de obter mais eficiência no cumprimento de sua prestação de serviços motivou a Assembléia Legislativa a implementar algumas alterações na estrutura de sua Secretaria em 2007, com a edição da Resolução nº 5.305, regulamentada pela Deliberação da Mesa nº 2.401. A principal mudança foi o desmembramento de duas diretorias: a Diretoria de

Comunicação Institucional e a Diretoria de Administração e Recursos Humanos, fazendo surgir diretorias específicas para as áreas de rádio e televisão; infra-estrutura; e recursos humanos. Registre-se que a DRH, que também concentrará as estratégias de atuação dessa área, já iniciou o projeto de uma nova política de recursos humanos na Casa, com a realização de pesquisa de clima organizacional, entre outras iniciativas.

A constituição de comissão de coordenação de concurso público para provimento de cargos no Quadro de Pessoal da Secretaria é outra ação comprometida com as diretrizes traçadas pela Mesa no início dos trabalhos da 1ª Sessão Legislativa da 16ª Legislatura, para fins de atender às demandas da instituição nas esferas de conhecimento objeto de sua atuação.

Nesse sentido, é importante ressaltar que os gastos da Assembléia Legislativa com pessoal continuam bem abaixo do limite fixado na Lei de Responsabilidade Fiscal, que é de 2,2272% da receita corrente líquida do Estado. Conforme se pode verificar no Relatório de Gestão Fiscal sem Dedução de Inativos e Pensionistas, publicado no "Diário do Legislativo" e também na página da Assembléia na internet, a Casa realizou, no período de setembro de 2006 a agosto de 2007, o total de 1,4083%, pouco mais da metade do limite que lhe é autorizado.

Na área de recursos humanos ainda, vale destacar o êxito do Programa de Cessação do Tabagismo, em parceria com a Unimed/BH, sem custos para a Assembléia, que conseguiu que 60% dos participantes do programa parassem de fumar. O índice é bem superior aos atestados pela literatura médica, que considera bom um percentual de 20 a 30%.

Com o objetivo de aperfeiçoar e incrementar os processos internos de trabalho da Secretaria, a Mesa editou outros importantes atos normativos, dentre os quais são exemplos: a Deliberação nº 2.397, que contém o regimento interno do Procon Assembléia; a Deliberação nº 2.392, que dispõe sobre o processo de digitalização de documentos na Casa; a Deliberação nº 2.400, que dispõe sobre a utilização dos serviços de telefonia na Secretaria da Assembléia Legislativa; e a Portaria Pres/Psec nº 1, que estabelece procedimentos para aquisição de bens e mercadorias e contratação de serviços com a isenção do ICMS prevista no item 136 da Parte 1 do Anexo I do Regulamento do ICMS.

Ainda no rol de ações implementadas por determinação da Mesa, merece destaque a 2ª edição, revista e ampliada, do Manual de Redação Parlamentar da Assembléia Legislativa, iniciativa que atende, entre outros objetivos, ao propósito de consolidar uma cultura de responsabilidade e excelência na elaboração das leis.

5 – SECRETARIA

A Secretaria da Assembléia Legislativa desenvolveu em 2007 uma série de ações com vistas a oferecer apoio técnico, logístico e operacional às atividades parlamentares, seguindo as diretrizes da Mesa. A seguir, relacionam-se algumas das mais relevantes.

5.1 – ESCOLA DO LEGISLATIVO

No ano em que a Escola do Legislativo celebrou 15 anos de fundação, foi inaugurada a exposição "Escola do Legislativo: uma lição de cidadania", no Corredor Cultural. Também como parte das comemorações, a Escola sediou o X Encontro da Associação Brasileira das Escolas do Legislativo (Abel), que reuniu 71 representantes de escolas de diversos Legislativos e Tribunais de Contas.

Ao longo do ano foram realizadas 204 atividades, para mais de 13.254 pessoas, entre parlamentares, servidores da ALMG e de câmaras municipais, representantes de organizações da sociedade civil e público em geral. Desse total, 63 atividades foram de capacitação de servidores da Casa, com 2.730 inscritos. Em termos de capacitação para o público externo, foram realizadas 30 atividades, com a participação de 2.642 pessoas.

Atividades para os servidores

Entre as ações destinadas ao público interno, teve prioridade o programa de recepção à 16ª Legislatura, com cursos e palestras para os novos servidores dos gabinetes parlamentares, com mais de 700 participantes.

Visando à capacitação e atualização dos servidores, a Escola buscou parceria com a Gerência-Geral de Consultoria Temática para estimular e viabilizar a disseminação dos conhecimentos sobre legística. Além de palestra aberta a todos os servidores, foi realizado o curso Introdução à Legística, que teve a participação de 99 servidores da Diretoria de Processo Legislativo, e um congresso aberto ao público em geral.

O Programa de Atualização em Poder Legislativo e Administração Pública, em sua terceira edição, contou com oito palestras, registrando a presença de quase mil participantes. Também foram destaque os cursos de atualização em língua portuguesa, de produção de textos e redação parlamentar; o curso de atualização do Código de Processo Civil; os cursos e palestras sobre noções de arquivamento de documentação administrativa e gestão de arquivos eletrônicos; e os cursos e oficinas sobre leis orçamentárias e apresentação de emendas parlamentares.

Atividades para o público externo

Entre as ações destinadas ao público externo, o destaque foi o "Congresso Internacional de Legística – Qualidade da Lei e Desenvolvimento", realizado em setembro. O congresso, organizado em parceria com a Gerência-Geral de Consultoria Temática e demais setores da Casa, reuniu em Belo Horizonte especialistas de renome mundial e quase 600 participantes de todo o Brasil e de países da América do Sul.

A Escola do Legislativo buscou também consolidar as ações de seu programa de educação a distância, oferecendo mais duas turmas do curso "História Política de Minas Gerais – Uma Introdução Crítica" e, em parceria com o Interlegis, o curso "Redação Oficial", ministrado por servidora da ALMG, com mais de 500 alunos de todo o país.

Por meio de parceria com o Instituto de Educação Continuada (IEC), da PUC Minas, a Escola deu continuidade ao Curso de Especialização em Poder Legislativo e abriu outra área de pós-graduação, com o curso Comunicação Pública.

Também foram destaque os cursos destinados a servidores da Secretaria de Estado de Planejamento e Gestão e da Assembléia Legislativa de Santa Catarina e o Ciclo de Palestras sobre Comunicação e Poder Legislativo.

Apoio aos municípios

No âmbito do Programa de Apoio aos Municípios, que contou com parceria do recém-criado Centro de Apoio às Câmaras (Ceac), a Escola do Legislativo promoveu ou participou de outras 30 atividades, com a presença de vereadores e servidores de câmaras municipais, atendendo a

um público de 3.964 pessoas – um avanço significativo em relação aos anos anteriores.

No primeiro semestre, a Escola e o Ceac ofereceram o Programa de Capacitação em Poder Legislativo Municipal, com 126 horas de atividades e mais de 700 participantes. No segundo semestre, foi realizado o Encontro Ceac: Legislativo, Comunicação e Cidadania, visando à capacitação dos servidores municipais e à disseminação de materiais de apoio editados pela Assembléia, com participação de 351 pessoas.

Foram realizadas ainda nove edições do programa Encontros com a Política, destinado a agentes públicos, vereadores e servidores municipais e à comunidade em geral. A Escola também articulou a participação de seus professores e de consultores da ALMG em diversos eventos realizados pelas próprias câmaras ou organizações da sociedade civil do interior do Estado. Foram ministradas 12 palestras pelos servidores da ALMG, mobilizando quase 2 mil participantes.

Destaque-se, finalmente, o apoio à implantação de câmaras-escola em cidades de médio e grande porte do Estado, numa proposta de disseminação e suporte da educação legislativa em âmbito municipal e regional, esforço que resultou na criação de escolas nas Câmaras de Belo Horizonte, Sete Lagoas e Montes Claros.

Educação para a cidadania

Por meio do programa Educação para a Cidadania, a Escola ofereceu 81 atividades a um público de 3.918 estudantes dos ensinos fundamental, médio e superior, além de grupos especiais e da terceira idade. Iniciou ainda as ações de capacitação dos servidores dos Legislativos municipais para implantação de projetos de educação para a cidadania nas câmaras e para utilização do "Kit Cidadania", material de apoio pedagógico editado pela ALMG para gestores de projetos dessa natureza nos municípios mineiros.

A quarta edição do Parlamento Jovem, realizado em parceria com a PUC Minas, foi o destaque do Educação para a Cidadania no primeiro semestre. O programa reuniu 130 estudantes de oito escolas do ensino médio da Capital e do curso de Ciências Sociais da PUC Minas. Só na Escola do Legislativo, foram mais de 30 horas de capacitação, com o registro de 758 presenças em oito atividades oferecidas.

A Escola do Legislativo coordenou também as ações de um projeto Conexão Assembléia com o curso de Direito do UNI-BH, que reuniu alunos da disciplina Direito Penitenciário, durante três meses, para elaboração de um documento com sugestões para aprimorar as leis de execução penal.

Publicações

A Escola lançou, em 2007, a coleção "Relatórios do Nepal", que contém o resultado dos projetos de pesquisa desenvolvidos no Núcleo de Estudos e Pesquisa da Escola do Legislativo. Foram lançados quatro fascículos, disponíveis também na internet.

Outras publicações foram a Revista Coquetel sobre a Assembléia de Minas, a edição especial dos Cadernos da Escola do Legislativo sobre a legística, o Guia para Organização de Atividades Acadêmicas e o Guia para Organização de Atividades de Educação Cidadania.

5.2 – DIRETORIA DE RÁDIO E TELEVISÃO

No primeiro ano de atividades da Diretoria de Rádio e Televisão (DTV) – antes uma gerência-geral vinculada à Diretoria de Comunicação Institucional –, houve expressivo ganho de produtividade, especialmente nos setores de edição e de transmissão ao vivo de eventos e no núcleo de rádio.

A DTV está em fase de transição de tecnologia. Além de incentivar a digitalização de todos os setores da ALMG, a Gerência de Operações dedicou-se a melhorar o ambiente de gravação no Plenário e nas comissões. O projeto inclui captação, armazenamento e exibição digital das principais reuniões da Casa.

TV Assembléia

Para ampliar o alcance da emissora e reavaliar os custos de manutenção dos sistemas retransmissores, a diretoria firmou contrato com uma empresa especializada, que vai elaborar projeto com esse fim. Também estão sendo tomadas providências para obtenção da outorga do canal gerador e viabilização do projeto de transmissão digital. Além disso, a diretoria está trabalhando na modernização da linguagem gráfica e visual de suas produções e aumentando o leque de conteúdos e formatos.

A Gerência de Edição elevou consideravelmente o número de produtos gravados, incluindo reuniões de comissões e do Plenário (foram editadas 123 reuniões de comissão, 192% a mais que em 2006, e 169 reuniões ordinárias e extraordinárias de Plenário, 65% a mais que em 2006), o que contribuiu para a redução de reprises.

A instituição da rotina de avaliação das matérias do Repórter Assembléia foi de extrema importância para a melhoria da qualidade dos produtos veiculados. No setor de produção, foram adotadas mudanças na rotina de trabalho, de modo que os estagiários participassem de todas as fases da produção. O aumento de produtividade do setor refletiu-se no crescimento de pautas produzidas, com destaque para reportagens elaboradas com base nas audiências públicas no interior do Estado.

Rádio

O núcleo de rádio intensificou o uso da internet, acrescentando importantes serviços, como a oferta de áudio dos principais eventos institucionais para rádios e demais ouvintes. A rádio participou também do projeto de divulgação das audiências públicas no interior, produzindo notícias especificamente para a região de ocorrência dos eventos. Houve aumento substancial dos boletins oferecidos às rádios do interior, tanto ao vivo como gravados em formato mp3. O volume de notícias baixadas no site da ALMG dobrou em relação ao ano passado, atingindo mais de 14 mil acessos. Além disso, o site foi reorganizado, com o acréscimo de links separados por tema e a criação de novos produtos e vinhetas, bem como a oferta de discursos feitos em eventos do Plenário, desde agosto.

A rádio interna ampliou serviços e acompanhou campanhas da Secretaria, como a de prevenção ao fumo. Também colaborou com a Semana do Servidor, divulgando as atividades e os objetivos da administração da Casa com sua realização.

5.3 – DIRETORIA DE COMUNICAÇÃO INSTITUCIONAL

Em seu primeiro ano de funcionamento, o Centro de Apoio às Câmaras Municipais (Ceac), vinculado à CRPC, já atende a grande parte da demanda de informações e serviços por parte de vereadores. O setor vem consolidando a parceria entre os Legislativos em Minas Gerais e aumentando o intercâmbio de experiências para o aprimoramento conjunto.

Em 2007, foram processadas mais de 700 demandas de vereadores e servidores de câmaras, sendo que 70% delas são respondidas em até dois dias. O boletim eletrônico, enviado semanalmente, já conta com 2.500 assinantes. Mais de 2.500 vereadores e servidores de câmaras participaram dos cursos ministrados no ano em parceria com a Escola. Também foram produzidos 23 programas para o "Ceac na TV" e "Ceac no Rádio", com base nas perguntas processadas no setor.

A Coordenação de Relações Públicas e Cerimonial foi responsável também pelo diagnóstico e planejamento do projeto "Comissões no Interior: Assembléia aqui Comigo", que integra diversos setores da Casa na consolidação de uma diretriz importante da atual Presidência: a valorização dos trabalhos das comissões, especialmente no interior. Na execução do projeto, a Gerência de Relações Públicas exerce o papel de articuladora das ações de comunicação.

Em razão da demanda por um setor específico para atuar na afirmação de conceitos e na propagação de idéias, projetos e ações frente ao grande público, foi criada na CRPC a Assessoria de Publicidade, que utiliza técnicas de branding (gestão de marca) e as ferramentas de publicidade e propaganda.

Mereceram destaque, em 2007, a posse do governador e dos deputados, a recepção dos novos parlamentares e a cerimônia da Medalha do Mérito Legislativo. Para a realização desses eventos, adotou-se a criação de grupos técnicos intersetoriais.

Também relevante foi o projeto "Cantata de Natal para a Cidade", que reuniu 300 vozes de corais de instituições públicas, visando à participação da ALMG nas comemorações do aniversário da Capital; à aproximação da ALMG com a comunidade; à integração dos servidores; ao fomento do convívio com outras instituições públicas; e à valorização do canto coral. O projeto envolveu diversos setores da Assembléia.

A CRPC está buscando capacitar sua equipe para a adoção de instrumentos de planejamento, gestão e controle de eventos e projetos institucionais, de forma a criar padrões de processos, procedimentos e qualidade no trabalho desenvolvido. Nesse sentido, destaque-se a constituição de grupos técnicos interdisciplinares, com vistas a recuperar práticas da Casa e avaliar e revisar sua pertinência.

O trabalho desenvolvido pela CRPC ao longo do ano aponta para a necessidade de uma agenda institucional única, que permita a visão completa das atividades desenvolvidas pela Casa, dos pontos de vista estratégico e operacional. Atualmente, a Casa trabalha com pelo menos seis agendas distintas.

Em outubro, a CRPC realizou duas reuniões com as áreas envolvidas para fazer o diagnóstico da situação atual, analisar a viabilidade de uma agenda única, propor medidas para a padronização e o aperfeiçoamento dos processos e discutir os recursos tecnológicos disponíveis para a modernização e racionalização do processo.

A pesquisa interna de clima organizacional, em andamento, contou com a participação da CRPC no grupo responsável pelo planejamento e acompanhamento. O objetivo é conhecer melhor o público interno e sua relação e satisfação com o trabalho e a instituição, para nortear as ações comunicativas e o planejamento administrativo e aprimorar a política de recursos humanos da Assembléia.

Gerência de Imprensa e Divulgação

A Gerência-Geral de Imprensa e Divulgação (GID) atendeu, em 2007, a cerca de 2.900 ligações telefônicas, recebidas dos diversos públicos que demandam informações sobre a ALMG: imprensa da Capital, do interior e de outros pontos do Brasil; jornalistas de assessorias de imprensa, de outros órgãos públicos e de entidades privadas; assessorias parlamentares, cidadãos em geral. Além desse atendimento feito por telefone, acrescentem-se as demandas atendidas pessoalmente, no dia-a-dia, pela equipe da Gerência de Jornalismo.

Em 2007, foram redigidas, editadas, publicadas e distribuídas 2.080 matérias jornalísticas (até 17/12), produzidas a partir da cobertura das atividades da Assembléia, antes e depois dos eventos. As matérias são publicadas no site da ALMG, distribuídas pelo correio eletrônico para todos os veículos e jornalistas constantes do banco de dados da GID, editadas e publicadas no "Assembléia Informa", bem como na parte de notícias do "Minas Gerais", órgão oficial do Estado.

Para o site da ALMG, foram criados 24 hot-sites – páginas especiais para divulgação de eventos institucionais. No "Banco de Fotos" da internet, onde estão armazenadas e publicadas as fotos de cobertura dos trabalhos da Assembléia, foram acrescentadas, em 2007, 14.432 novas imagens (até 17/12). O número de fotos supera significativamente o de 2006, por razões especiais: as posses do governador Aécio Neves e dos deputados da 16ª Legislatura, eventos que demandam grande cobertura fotográfica; e a entrega da Medalha do Mérito Legislativo, que mereceu também um trabalho especial de cobertura jornalística.

5.4 – GERÊNCIA-GERAL DE SISTEMAS DE INFORMAÇÃO

A Gerência-Geral de Sistemas de Informação (GSI) desenvolveu uma série de ações em consonância com as diretrizes da Assembléia para o exercício de 2007. Entre os destaques, cabe mencionar o início da transmissão ao vivo da TV Assembléia pela internet e pela rede interna de computadores, ampliando o acesso dos cidadãos às atividades do Legislativo.

Para reduzir custos e otimizar gastos, a GSI deu prosseguimento à substituição dos sistemas de correio eletrônico e de rede por soluções alternativas baseadas em softwares livres e gratuitos, o que vem proporcionando significativa economia no licenciamento de programas de computador e modernização dos serviços oferecidos.

Além disso, um sistema desenvolvido internamente para gravação digital de áudio das reuniões de comissão e Plenário foi implantado na Taquigrafia. Isso dispensou a necessidade de aquisição de produto equivalente, que teria custo elevado.

Quanto à capacitação de servidores, a GSI preparou aqueles que tomaram posse no início da 16ª Legislatura para o uso dos recursos de informática oferecidos pela Casa.

5.5 – PROCON ASSEMBLÉIA

No em que completou seus dez anos de funcionamento, o Procon Assembléia deu continuidade aos relevantes serviços que presta à sociedade. Nas unidades Lourdes e Procon, foram feitos 52.715 atendimentos pessoais, além dos 2.090 atendimentos por telefone ou e-mail, para dar orientações aos consumidores. Com vistas a eliminar conflitos nas relações de consumo, o Procon formalizou 16.636 notificações e realizou 3.922 audiências.

Outra importante área de atuação foi o programa Educação para o Consumo, destinado a conscientizar estudantes, fornecedores e empresas sobre os direitos e deveres do consumidor. Em 2007, foram 148 as atividades realizadas, para um público de 15.097 pessoas. O Procon Assembléia também esteve presente em 15 eventos, nos quais pode atuar em prol de uma relação de consumo saudável e trocar experiências com outros Procons.

O total de pesquisas de preço feitas no ano foi de 94. O serviço facilita a comparação dos preços praticados pelo mercado, oferecendo levantamentos úteis que podem ser consultados pelo consumidor antes da aquisição de produtos e serviços.

Em 2007 foram publicadas as cartilhas "Procon na Escola - ensino fundamental"; "Procon na Escola - ensino médio"; e "Telefonia fixa - mudança na tarifação", esta em conjunto com a Comissão de Defesa do Consumidor e do Contribuinte da Assembléia Legislativa.

Outra ação que distingue o Procon como órgão que atua efetivamente em defesa do consumidor foi sua integração ao Conselho de Usuários da Oi, a convite da empresa, tendo participado de todas as reuniões bimestrais realizadas no ano.

MATÉRIA ADMINISTRATIVA

ATO DA MESA DA ASSEMBLÉIA

Na data de 26/12/2007, o Sr. Presidente, nos termos do inciso VI do art. 79 da Resolução nº 5.176, de 6/11/97, e nos termos das Resoluções nºs 5.100, de 29/6/91, 5.179, de 23/12/97, e 5.203, de 19/3/02, c/c as Deliberações da Mesa nºs 1.509, de 7/1/98, e 1.576, de 15/12/98, assinou o seguinte ato relativo a cargo em comissão de recrutamento amplo do Quadro de Pessoal desta Secretaria:

Gabinete do Deputado Deiró Marra

exonerando Domingos José da Fonseca do cargo de Auxiliar de Serviços de Gabinete I, padrão VL-27, 4 horas.

ERRATAS

DECISÃO DA MESA

Na publicação da matéria em epígrafe verificada na edição de 28/12/2007, na pág. 95, col. 2, no art. 1º, inclua-se o nome do Deputado Gil Pereira, após o do Deputado Getúlio Neiva.

EDITAL Nº 1/2007

O Diretor-Geral da Secretaria da Assembléia Legislativa do Estado de Minas Gerais – ALMG – comunica que foram efetuadas as seguintes correções no Edital nº 1/2007, publicado no "Minas Gerais - Diário do Legislativo" de 29/12/2007:

1 - Na pág. 45, col. 2, na Tabela V, referente ao cargo de Procurador, na pontuação prevista para a 4ª Etapa - Prova de Títulos, onde se lê:

"30", leia-se:

"20".

2 - Os itens 11.1.2 e 11.1.2.7 (pág. 48, col. 1) e 15.1.1.2 (pág. 51, col. 1) do edital passam a ter a seguinte redação:

"11.1.2 – A segunda etapa, eliminatória e classificatória, valendo 120 (cento e vinte) pontos, consistirá em avaliação de condicionamento físico por testes específicos."

"11.1.2.7 – Serão aplicados 5 (cinco) testes específicos, independentes e sucessivos. Será automaticamente eliminado o candidato que não obtiver, no mínimo, 60% (sessenta por cento) dos pontos atribuídos à avaliação de condicionamento físico ou que não alcançar o índice mínimo exigido em qualquer um dos testes físicos previstos."

"15.1.1.2 – Somente serão convocados para a segunda etapa os aprovados na prova objetiva e classificados até a 150ª (centésima quinquagésima) colocação, respeitados os empates na última posição."

3 - Na bibliografia sugerida no item 21.3.4 – CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS (pág. 55, col. 2), acrescente-se, após a indicação "BONDER, Cíntia. O assistente social e o planejamento. *Serviço social e sociedade*. Cortez.", a referência "São Paulo, 2004, nº 78, jul, p. 69-81".

4 - No título do item 25.5.7 (pág. 59, col. 2), onde se lê:

"ÁREA DE SELEÇÃO IV", leia-se:

"ÁREA DE SELEÇÃO VII".

5 - No item 26.4.1 – CONSULTOR DO PROCESSO LEGISLATIVO – LÍNGUA PORTUGUESA, subitem 2 (pág. 60, col. 1), onde se lê:

"Norma padrão e norma padrão", leia-se:

"Norma culta e norma padrão".

6 - O edital fica acrescido dos seguintes itens 33.1.8.1, 41.1.1.2, 41.1.2.2, 41.1.3.1 e 41.1.4.3:

"33.1.8.1 – Ficarão automaticamente eliminados o candidato que não obtiver, no mínimo, 60% (sessenta por cento) dos pontos atribuídos às provas práticas a que se referem os itens 33.1.4, 33.1.5, 33.1.6 e 33.1.7."

"41.1.1.2 – Ficarão automaticamente eliminados o candidato que não obtiver, no mínimo, 60% (sessenta por cento) dos pontos atribuídos à prova a que se refere o item 41.1.1."

"41.1.2.2 – Ficarão automaticamente eliminados o candidato que não obtiver, no mínimo, 60% (sessenta por cento) dos pontos atribuídos à prova a que se refere o item 41.1.2."

"41.1.3.1 – Ficarão automaticamente eliminados o candidato que não obtiver, no mínimo, 60% (sessenta por cento) dos pontos atribuídos à prova a que se refere o item 41.1.3."

"41.1.4.3 – Ficarão automaticamente eliminados o candidato que não obtiver, no mínimo, 60% (sessenta por cento) dos pontos atribuídos à prova a que se refere o item 41.1.4."

PARECER DE REDAÇÃO FINAL DO PROJETO DE LEI Nº 1.615/2007

Na publicação da matéria em epígrafe, verificada na edição de 4/1/2008, na p. 23, col. 1, no § 1º do art. 2º, onde se lê:

"Lei nº 17.0007", leia-se:

"Lei nº 17.007".

Na p. 23, col. 2, no parágrafo único do art. 10, onde se lê:

"(701)º", leia-se:

"(701)".

Na p. 29, col. 2, no inciso CXXIV do Anexo III, no valor correspondente à linha "Orçamento Fiscal", onde se lê:

"R\$1.079.290,00", leia-se:

"R\$1.079.290,00".

Na p. 30, col. 1, na numeração do inciso que se segue ao CXLVIII, onde se lê:

"CLIX", leia-se:

"CXLIX".

E, na p. 31, cols. 1 e 2, na numeração dos incisos que se seguem ao CLXIV, onde se lê:

"CLV", "CLVI", "CLVII", "CLVIII", "CLIX", "CLX", "CLXI", "CLXII", "CLXIII", "CLXIV", "CLXV", "CLXVI", "CLXVII", "CLXVIII" e "CLXIX", leia-se, respectivamente:

"CLXV", "CLXVI", "CLXVII", "CLXVIII", "CLXIX", "CLXX", "CLXXI", "CLXXII", "CLXXIII", "CLXXIV", "CLXXV", "CLXXVI", "CLXXVII", "CLXXVIII" e "CLXXIX".